



**EFEITOS SOCIAIS DE GRANDES PROJETOS
HIDRELÉTRICOS:**

As Barragens de Sobradinho e Machadinho

Lygia Sigaud

COMUNICAÇÃO Nº 9

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

MUSEU NACIONAL - UFRJ

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: JUSSARA GOMES GRUBER

DATILOGRAFIA: YEDDA ENNES

PUBLICADO COM OS RECURSOS DO CONVÊNIO FINEP 4/1/85/0317/00/01

- 1986 -

EFEITOS SOCIAIS DE GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS:
AS BARRAGENS DE SOBRADINHO E MACHADINHO

Lygia Sigaud

PROJETOS HIDRELÉTRICOS
DE SOBRADINHO E MACHADINHO

Apresentação	1
Introdução	2
Iª Parte: O caso Sobradinho	9
1. Dados gerais do Projeto	10
2. O Estado e o Vale do São Francisco	12
3. A percepção social dos efeitos da barragem	16
4. Energia: uma prioridade inquestionável	19
5. A construção social do destino da população	21
a) as soluções pensáveis x as soluções impensáveis	21
b) a resistência da população	26
6. Determinações políticas e estruturais dos efeitos de Sobradinho	33
7. A descapitalização cumulativa: do povoado ao núcleo	46
8. Estado e Mudança Social	53
a) mudanças provocadas pela intervenção no curso do rio	54
b) mudanças decorrentes do reassentamento dos povoados	57
c) mudanças decorrentes da implantação de uma infra-estrutura na região	60
9. A reestruturação da vida social	63
IIª Parte: O caso Machadinho	67
1. Dados gerais do Projeto	68
2. Cronologia dos fatos relativos à barragem de Machadinho: 1966-1985	69
3. Os fundamentos da resistência da população	97
Conclusão	109
Referências Bibliográficas	110
Mapa: Localização das Hidrelétricas de Sobradinho e Machadinho	117

APRESENTAÇÃO

Este texto foi elaborado a partir do esforço coletivo de uma equipe por mim coordenada, e integrada por Moacir Palmeira (Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Consultor do Projeto) e pelos seguintes assistentes (todos alunos do PPGAS): Ligia Dabul, Ana Luiza Costa, Ana Maria Daou (que trabalharam na parte referente à barragem de Sobradinho), Mirian Nutti e Odaci Coradini (que trabalharam na parte referente à barragem de Machadinho). Jorge Romano colaborou na fase inicial da pesquisa e Maria José Lindoso, na fase final.

Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, a pesquisa que deu origem a esse texto (redigido entre novembro de 1984 e março de 1985) se integra a uma investigação mais ampla, de caráter interdisciplinar, sobre "Impactos de Grandes Projetos Energéticos", realizada na Área de Energia da COPPE/UFRJ, sob a coordenação do Prof. Luiz Pinguelli Rosa.

A pesquisa está sendo desenvolvida com recursos do IDRC, FINEP, Fundação Ford e CNPq, instituição a qual me encontro vinculada na condição de Pesquisador I B.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é o resultado preliminar de uma investigação em curso, cujo objetivo é o estudo comparativo dos efeitos, para a população camponesa, da intervenção do Estado visando a construção de hidrelétricas. Foram selecionados dois casos: o da barragem de Sobradinho, no Submédio São Francisco, Estado da Bahia, e o da barragem de Machadinho, no rio Pelotas, afluente do rio Uruguai, Rio Grande do Sul, a primeira de um conjunto de 22 barramentos previstos no Vale do rio Uruguai.

O que se pretende é contrapor duas situações que, embora se assemelhem por terem sido criadas a partir de iniciativas do Estado brasileiro e por atingirem fundamentalmente uma população camponesa (em média 80% para o caso de Sobradinho e 70% para o caso do rio Uruguai), apresentam aspectos bastante diferenciados. Em Sobradinho trata-se de um projeto concluído, com a barragem funcionando desde 1978, enquanto no rio Uruguai as obras começaram em 1982, e a previsão é de que passe a operar em 1992. Se em Sobradinho a área atingida pelo reservatório é de 4.214 km² e a população deslocada alcançou a cifra oficial de sessenta mil pessoas (60.000), para o Projeto do Rio Uruguai, apenas para Machadinho prevê-se uma extensão de 270 km² a serem alagados e uma estimativa de 11.200 pessoas a serem desalojadas. Tomando-se o projeto global, a previsão é de que a área que vai contribuir para a geração de energia chegue a 75 mil km² no trecho nacional, sendo que 29 mil km² somente no Rio Grande do Sul. Os dados não oficiais referentes à população a ser deslocada indicam um contingente de duzentas mil pessoas (200.000).

O contraste entre as duas situações vai além do tempo de construção e dos números envolvidos. Vale a pena ressaltar diferenças ao nível da conjuntura política em que os dois projetos foram desencadeados. Enquanto Sobradinho teve sua construção iniciada num momento de considerável autori-

tarismo político, o que contribuiu para inibir reações por parte da população a ser compulsoriamente deslocada, no caso do Projeto do Rio Uruguai, o país atravessa uma conjuntura de maiores liberdades democráticas. Essa variável política talvez seja um dos elementos que explique porque no Sul verificou-se uma intensa mobilização da população de toda a área a ser atingida, tão logo o projeto foi tornado público, antes mesmo do início das obras de Machadinho.

A estas diferenças entre os projetos em questão, somam-se as diferenças entre as duas regiões. No caso do rio São Francisco, trata-se de uma área povoada desde o século XVI por criadores de gado que iriam abastecer as regiões produtoras de cana-de-açúcar do litoral, com carne, couro e animais de tração. O rio sempre funcionou como uma espécie de elo de ligação entre o Norte e o Sul do país, a ponto de ser chamado de "rio da unidade nacional". Ao longo de suas margens desenvolveram-se modos de vida profundamente vinculados à utilização do rio. O núcleo desse modo de vida foi uma combinação de pesca, agricultura de vazante, agricultura de terra firme e criatório nas áreas secas, que atravessou sem grandes transformações quatro séculos de colonização. Já o rio Uruguai apresenta uma população dispersa sobretudo de grupos indígenas, até meados do século XIX, quando então se inicia a colonização dirigida da área, envolvendo imigrantes europeus. O rio, desde o período colonial, era apenas local de passagem, no fluxo comercial entre a campanha rio-grandense e a região das minas. Em torno dele não se desenvolveu nada do gênero do que foi assinalado para o São Francisco.

É a partir dessas semelhanças e diferenças, pensadas numa perspectiva comparativa, que se pretende oferecer alguns parâmetros para a compreensão da intervenção do Estado sobre grupos camponeses. Neste sentido, este trabalho se distingue do que, via de regra, é produzido para interpretar os efeitos de barragens, como se verá a seguir.

A literatura ⁽¹⁾ que se tem ocupado com a análise dos

"impactos sociais" de grandes projetos energéticos, particularmente de hidrelétricas, poderia ser caracterizada por sua preocupação acentuada em detectar regularidades e generalizar efeitos a partir de estudos feitos em contextos sociais distintos como África e América Latina.

Os "impactos" são pensados como resultantes de uma intervenção vinda de cima (de agências governamentais) e o referencial para a avaliação desses "impactos" é a população compulsoriamente deslocada para a formação dos reservatórios, bem como as populações vizinhas. Na visão da literatura os "impactos" consistem em respostas culturais da população à intervenção, como se a um estímulo (intervenção) correspondesse uma reação (resposta cultural/impacto). A dimensão temporal se configura como importante para os autores, pois estabelecem uma distinção entre "impactos" a curto e longo prazo e chegam até mesmo a preconizar o término dos "impactos", o que ocorreria quando a população finalmente recuperasse sua auto-suficiência e se sentisse à vontade em seu novo habitat. Para detectar essa normalização, são sugeridos alguns indicadores como por exemplo recuperação do padrão de vida anterior e retomada de atividades religiosas.

Os autores destacam, também, os aspectos traumáticos da realocação compulsória e assinalam a redução da capacidade de inovações culturais, como uma das dimensões da reação da população a um tipo de desenvolvimento econômico que lhe está sendo imposto de cima.

Sem colocar em questão a própria intervenção que gera o impacto, a literatura parece mais preocupada em subsidiar as agências com indicações obtidas a partir de estudos feitos, a fim de minimizar os efeitos negativos, os quais são concebidos como decorrentes de procedimentos equivocados.

Causa estranheza que esse tipo de perspectiva tenha si

(1) Cf. Partridge, 1983 e Scudder, 1973, que num intervalo de 10 anos tentaram dar um balanço dos progressos da Antropologia no estudo do problema de impactos de barragens.

do gerada no interior da Antropologia, disciplina particularmente sensível às diferenças entre sociedades e à especificidade das organizações sociais. Surpreende portanto que se encontrem em textos produzidos por antropólogos tentativas de generalização, fundadas no suposto de que causas aparentemente iguais (aqui a intervenção de uma agência visando a construção de uma barragem) produzam efeitos iguais em qualquer sociedade.

Não cabe aqui dar conta do enfoque desviante em relação a determinados consensos da disciplina que se encontra na "Antropologia de Barragens", o qual provavelmente resulta de sua perspectiva "aplicada". Pode-se supor que tal "teoria" sobre impactos tenha sido constituída a partir de estudos localizados feitos sob encomenda de agências interessadas, os quais trariam a marca registrada de terem sido conduzidos para dar conta de uma problemática externa à disciplina. Os "impactos" preocupam aqueles que os causam, que então se dirigem a especialistas para que produzam respostas a algumas questões colocadas pela própria prática dessas agências. Como muitos dos locais onde são construídas barragens abrigam populações "naturalmente" estudadas por antropólogos (camponeses, grupos tribais), nada mais natural do que lhes confiar esta tarefa. Assim, tudo indica que a maioria dos trabalhos sobre "impactos" não são produzidos a partir de questões formuladas no interior da antropologia, mas de questões vindas de fora e respondidas com o uso das técnicas e conceitos da antropologia.

Esta investigação, talvez por estar livre destas determinações externas, vem sendo conduzida a partir de outros parâmetros conceituais. Aceitando a premissa de que a intervenção de agências produz efeitos para a população local, tende-se aqui a pensá-los como resultantes de um processo social que se desencadeia na área a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente. Na medida que se opta por um estudo comparativo entre dois casos produzidos a partir de uma origem comum (as subsidiárias da

ELETROBRÁS), pode-se perceber como os "impactos" não são produto exclusivo da intervenção do Estado. Assim, num dos casos estudados (Sobradinho) verificou-se que o próprio deslocamento da população — um dos parâmetros para pensar os "impactos" — resultou de conflitos de interesses e de um jogo de forças políticas. No outro caso (Machadinho) constatou-se que o destino da população é o objeto principal das disputas que se travam entre futuros deslocados e a agência do Estado (ELETROSUL) e que um dos efeitos da pressão efetuada pela população foi a revisão por parte da agência de seu plano de reassentá-la a milhares de quilômetros de distância.

Ora, se é a população reassentada que sofre "impactos" e se se verifica que as condições de reassentamento não resultam apenas da intervenção do Estado, não há como generalizar "impactos", nem mesmo neste estudo que toma dois casos ocorridos no mesmo país e nos quais a iniciativa de construção de hidrelétricas partiu do mesmo Estado.

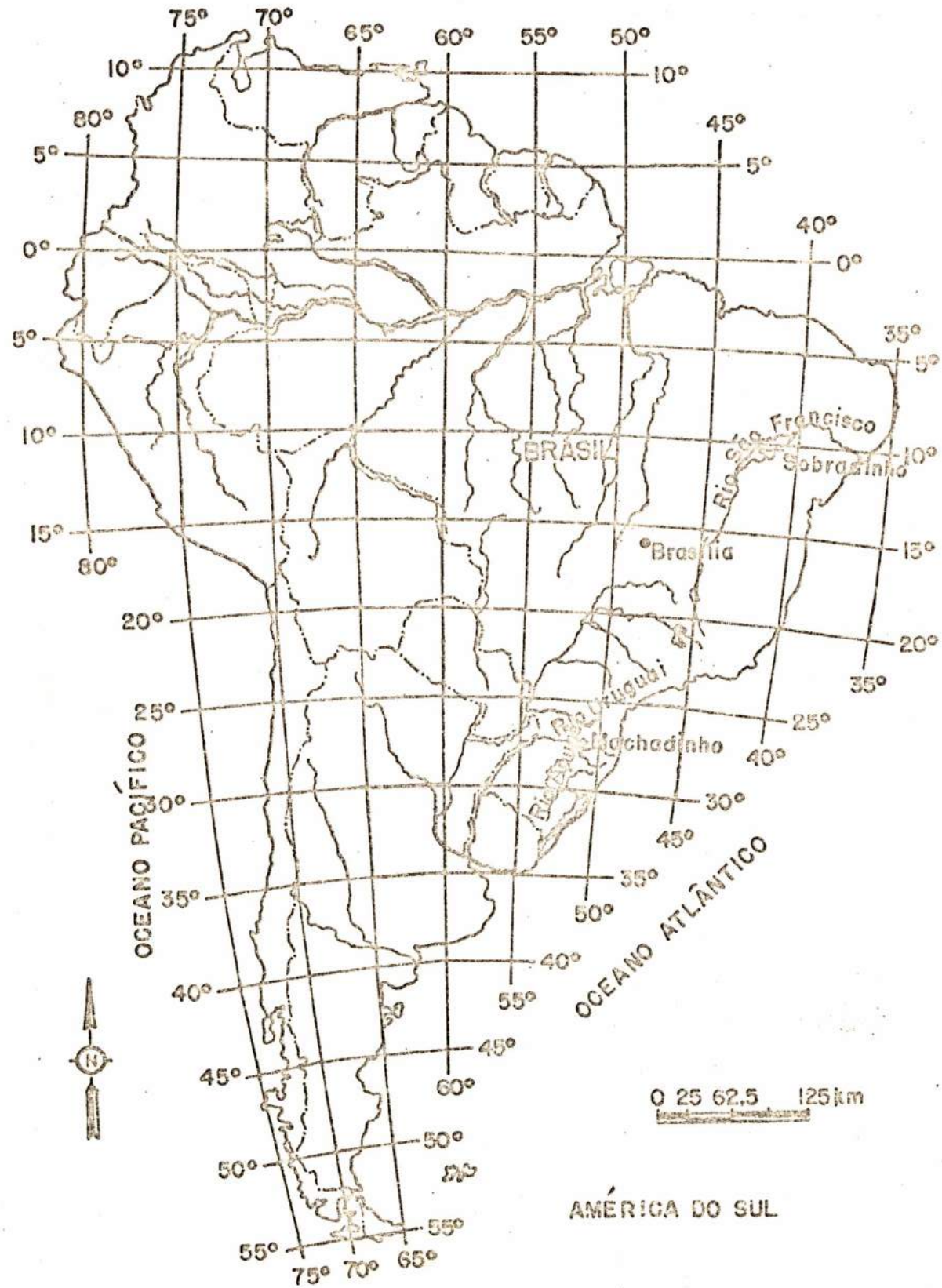
No que se refere aos efeitos propriamente ditos, a perspectiva adotada foi a de analisá-los não como respostas culturais da população, mas como mudanças na estrutura das relações sociais na qual está inserida, perspectiva esta que coloca em questão a própria possibilidade de "impactos temporais". Assim, ao invés de verificar aqui os mesmos efeitos apontados pela literatura, procurar-se-á pensar os efeitos a partir de outros parâmetros teóricos, incorporando as dimensões políticas e estruturais na análise.

O trabalho que se segue é o resultado parcial do exame da literatura levantada. Trata-se de uma análise feita a partir dos dados disponíveis em documentos oficiais produzidos para agências governamentais, assim como em estudos por elas encomendados e editados; em documentos produzidos pelo Congresso Nacional; em documentos produzidos por entidades representativas da população e por entidades que apóiam as lutas atuais desta população e em estudos feitos na área antes, durante e depois da construção de barragem, com as

mais variadas perspectivas. Procurou-se aqui produzir uma interpretação a respeito do significado social da construção da barragem de Sobradinho, tanto a nível do Estado como da sociedade nacional e apontar para as principais tendências de mudança social. Com base nessa interpretação a partir de literatura, formulou-se um conjunto de questões para posterior aprofundamento e verificação através de trabalho de campo.

No que se refere à barragem de Machadinho (cujá construção foi temporariamente suspensa em março de 1985) o trabalho feito consistiu, também, na análise dos dados fornecidos pelos documentos oficiais, estudos mais gerais sobre a região encomendados pelo Governo e documentos produzidos por entidades representativas que se opõem à construção da barragem. Formularam-se, igualmente, questões a serem investigadas diretamente no campo.

Localização das Hidreletricas de Sobradinho e Machadinho.



1ª PARTE: O CASO SOBRADINHO

1. DADOS GERAIS DO PROJETO

A barragem Sobradinho está situada no Submédio São Francisco, a cerca de 50 km da cidade de Juazeiro, na Bahia, tendo sido construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), subsidiária da ELETROBRÁS, a qual se encontra subordinada ao Ministério das Minas e Energia.

A decisão de construir Sobradinho foi tomada no interior do Ministério das Minas e Energia, em 1972, um ano após a definição de sua localização, quando era Presidente o General Emílio Médici, cujo Governo pode ser caracterizado como um dos mais autoritários da história da República do Brasil.

O objetivo primeiro de Sobradinho era a regularização plurianual do curso do São Francisco, estabelecendo uma vazão mínima de 2.060 m³/segundo, para garantir o funcionamento contínuo das usinas à jusante, particularmente Paulo Afonso. Outros objetivos eram o melhoramento das condições de navegabilidade à montante e a construção de uma tomada de água para garantir a irrigação do Projeto Massangano da CODEVASF, nos municípios de Casa Nova e Petrolina (Congresso Nacional, 1982: 56). Nesse primeiro momento, havia apenas uma orientação para se incluir no "lay-out" do projeto do reservatório a previsão de construção de uma usina hidrelétrica, sem data de implementação decidida (Congresso Nacional, 1982: 58).

Em junho de 1973, foram iniciadas as obras para a formação do reservatório. Exatamente um ano mais tarde, quando era Presidente o General Ernesto Geisel, o Governo decidiu que Sobradinho deveria produzir energia elétrica, por considerar que a crise mundial de petróleo tornaria inviável a instalação de novas usinas térmicas no país. Assim, ainda em 1974 são iniciados os trabalhos de implantação das casas de força, quando as obras das estruturas do vertedouro já se encontravam em fase de concretagem (Congresso Nacional, 1982: 58).

O represamento parcial das águas começa em dezembro de 1976, voltando o rio ao seu curso natural, mas exigindo a desocupação de 1/3 da área do reservatório (CHESF, 1980: 2). O represamento total data de dezembro de 1977 e em março de 1978, o Presidente Geisel inaugura a barragem (Congresso Nacional, 1982: 115), quatro meses antes do reservatório atingir 392,50 m, sua cota máxima de operação. O lago de Sobradinho tem 4.214 km², uma extensão de 350 km, uma largura variável de 5 a 40 km, e uma capacidade de armazenar 34 bilhões de m³ de água (CHESF, 1980).

Em março de 1979, Sobradinho começa a produzir energia para atender à demanda das regiões Norte e Nordeste do país, através de sistemas de transmissão interligados. Neste mesmo mês, verifica-se a ocorrência de uma cheia sem precedentes no rio São Francisco, que iria se repetir no ano seguinte.

Até recentemente, segundo dados disponíveis, a energia gerada por Sobradinho ainda não havia beneficiado totalmente a região matriz, onde está situado o reservatório (Congresso Nacional, 1983: 80).

Para a formação do lago de Sobradinho foram parcialmente inundadas terras dos municípios de Juazeiro, Sento Sé e Xique-Xique, na margem direita do São Francisco, e de Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado, na margem esquerda; quatro sedes municipais (Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado); dezenas de povoados e desalojadas aproximadamente 60.000 pessoas, segundo dados oficiais (CHESF, 1980) ou 72.000, segundo dados da organização sindical dos trabalhadores rurais (CONTAG, 1979: 3). A população deslocada constitui 77% da população da área e, dentro deste total atingido, cerca de 80% se dedicava a atividades agropecuárias (Hidroservice, 1975: 48).

2. O ESTADO E O VALE DO SÃO FRANCISCO

A construção da barragem de Sobradinho indica uma mudança da política do Estado em relação ao Vale do São Francisco, conforme pode ser constatado através da análise de sucessivos projetos para a região.

Mais do que qualquer outro rio brasileiro, o São Francisco sempre estimulou a imaginação dos intelectuais e homens públicos. Considerado como o "rio da unidade nacional", foi objeto de estudos e de projetos vários, dos mais simples aos mais mirabolantes, bem como da ação tópica de organismos governamentais. Mas, foi só a partir de 1946 que se delineou uma ação sistemática do Estado na região, com a inclusão na Constituição (artigo 29 das Disposições Constitucionais Transitórias) do artigo que estabelecia a utilização de não menos que 1% das rendas tributárias federais, durante 20 anos, no estudo e execução de "um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes" (Lopes, 1955: 22 e 27 e 58).

Dois anos depois, a Lei nº 451 de 15/12/1948 criava a Comissão do Vale do São Francisco (Congresso Nacional, 1983: 29), definia suas atribuições e estabelecia os objetivos do plano geral de aproveitamento do Vale (Lopes, 1955: 55 e segs.). Em 17/03/49, o Decreto 26.476 estabelecia o regimento da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e detalhava as atribuições daquela Comissão e os objetivos do plano (Lopes, 1955: 56 e segs.). Finalmente, em 15 de dezembro de 1950, o Presidente Dutra enviou ao Congresso Nacional mensagem nº 548 com o Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco (Congresso Nacional, 1983: 78). O conjunto de programas traçados para o Vale foram distribuídos "em quatro planos quinquenais (1951 e 1970), precedidos de um Plano de Emergência durante o período 1947 a 1950" (CVSF, 1957: 34). A Lei nº 2.559, de 13/09/55 completou, por assim dizer, o quadro legal que informou a atuação governamental no São Francisco, precisando "os objetivos do

plano geral de desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco" (CVSF, 1957: 34).

O estabelecimento de uma política para o São Francisco esteve preso à idéia de "recuperação" do Vale. Dizia a Mensagem de 1948: "Não era mais lícito protelar a restauração do Grande Rio: cumpria, ao revés, restituir-lhe, deliberadamente, as suas funções históricas que lhe reconheceram os estudiosos: traço de união vital entre o Norte e o Sul do país, fonte de energia hidráulica, celeiro de víveres, condensador de populações" (Lopes, 1955: 22). E o Ministro Lucas Lopes, já em 1955, (Governo Juscelino) ainda insistia: "O Rio São Francisco, que foi considerado, na relatividade dos conceitos que a história dinamiza, um condensador de gentes, perdeu, há muito, esta função para se tornar principalmente uma rota de imigração (...) A recuperação econômica do Vale deverá restituir-lhe a função de condensador de gentes, de área progressista e expansionista, para que, mais tarde, seja possível o alargamento de nossa linha de ocupação demográfica até às vertentes do Tocantins e às nascentes do Parnaíba" (Lopes, 1955: 31 e 32).

A "recuperação" do Vale colocava-se para os constituintes de 1946 e para os primeiros governos da fase democrática como um imperativo geopolítico (CVSF, 1957: 26 e Lopes, 1955: 25). Tratava-se de "fortalecer a unidade nacional" (Lopes, 1955: 30), de "afirmar a unidade do país" (CVSF, 1957: 26) ou de "consolidar a unidade nacional" (Lopes, 1955: 30), ocupando o vazio demográfico que se criara no curso médio do grande rio, separando o Nordeste do Centro e do Sul (Lopes, 1955: 30), e implantando, no dizer dos constituintes de 1946, "uma civilização que seja uma síntese, uma transição entre as civilizações que se desenvolvem no nordeste, no centro e no sul do país" (apud, CVSF, 1957: 26 e Lopes, 1955: 30).

Daí a ênfase dada pelo Plano de Valorização do São Francisco à questão migratória. Tratava-se de estancar o fluxo migratório norte-sul, fixando populações em suas margens:

"A meta final do enorme e complexo Plano de Atividades da Comissão do Vale do São Francisco — por assim dizer, e sua finalidade moral — é criar na região fatores propícios à permanência e desenvolvimento de sua população, em condições de vida progressivamente melhores" (Congresso Nacional, 1983: 29). Dentro do mesmo espírito é que a Missão Francesa sugeria à CVSF: "as ações a promover devem incidir com prioridade sobre a agricultura indígena tradicional" (CVSF, 1957: 37) e completava: "É preciso, pois, a todo preço, manter no local o máximo de populações rurais, e, para isso, assegurar rapidamente uma transformação tão profunda quanto possível de suas condições atuais de existência; uma tal evolução não pode evidentemente resultar, senão de um aumento da produção indígena (...)" (CVSF, 1957: 38).

Essa consolidação do São Francisco visando a consolidação da unidade nacional era concebida como uma integração do Vale e de suas populações "ao âmbito das regiões desenvolvidas do litoral" e com a criação de uma "base de expansão demográfica sobre o Brasil Central" (Lopes, 1955: 25 e 33).

A intervenção estatal no Vale foi pensada como um "plano regional". Segundo a Mensagem do Presidente da República ao Congresso de 1948 (Lopes, 1955: 63), era "a primeira tentativa, em nosso país, de planejamento regional", cujo maior obstáculo não está em projetar determinadas obras e serviços, mas em selecionar e executar os de maior repercussão na vida econômica e social das populações interessadas, condicionando, por outro lado, o início de qualquer obra à exigência de suficientes recursos humanos, técnicos e financeiros, para sua realização dentro de prazos pré-fixados (Lopes, 1955: 63). Como tal, esse plano devia ser "total ou geral, isto é, não deveria se restringir a aspectos parciais de aproveitamento econômico do Vale" (Lopes, 1955: 58). Tanto era assim que a Constituição Federal de 1946 a ele referia-se como "um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes" (Constituição de 46, Disposições Transitórias, art. 29) e a le-

gislação que se seguia como um "plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco" (Lopes, 1955: 55 e 56). Mas, é no próprio Plano Geral que a abrangência de seus propósitos aparece com toda a clareza: "A valorização do Vale e a recuperação do homem são os objetivos finais do Plano" (Congresso Nacional, 1983: 81).

Já na primeira metade dos anos 50, com poucos anos de operação da Comissão do Vale do São Francisco, os objetivos do Estado em relação ao Vale começam a mudar. Assim, Lucas Lopes, Ministro da Viação do Governo Juscelino, um dos principais responsáveis pelo Plano de Metas, com sua ênfase no binômio transporte - energia (infra-estrutura necessária ao programa de industrialização), em seu livro O Vale do São Francisco, que nada mais é do que o "Plano das Obras de Recuperação Econômica do Vale do São Francisco", elaborado por uma equipe de técnicos alguns anos antes, defende teses que se afastam das formulações de 1948. Contrastando com a Missão Francesa, que, na mesma época, defende "uma grande política de pequenos trabalhos", Lucas Lopes defende uma política de grandes obras. Apesar do livro considerar como básico o "domínio da água" e a contenção das enchentes (Lopes, 1955: 1965 e segs.), a navegação fluvial cede lugar explicitamente às rodovias (1955: 263, 264, 305 e 313) e a hidreletricidade já se insinua como prioridade (1955: 304). Aliás, a construção de Três Marias, no Alto São Francisco, é justificada não só em termos de regularização da vazão fluvial, mas em termos de que "acarretará também a criação de uma grande fonte de energia hidráulica, a uma distância aproximada de 220 km do centro de gravidade do consumo de energia elétrica da região central de Minas que se encontra junto a Belo Horizonte" (Lopes, 1955: 202 e 203).

Se a prioridade à hidreletricidade já está insinuada em meados da década de 50, será no início dos anos 70 que ela se consolidará com Sobradinho, cuja construção não estava prevista no plano para o Vale. Construída para produzir energia, Sobradinho representa a ruptura definitiva com a

concepção de que o Vale constituía uma unidade e com os objetivos de sua valorização econômica, de fixação da população, de contenção de cheias, de projetos de irrigação voltados para o desenvolvimento da agricultura da região.

3. A PERCEPÇÃO SOCIAL DOS EFEITOS DE SOBRADINHO

A construção e funcionamento da barragem de Sobradinho foram objeto de avaliação de diversos setores da sociedade que ressaltam principalmente seus efeitos sociais negativos, a dimensão positiva ficando por conta da visão oficial veiculada a partir do Estado, o qual tende a enfatizar a grandiosidade da obra e a energia gerada por ela.

No interior do Congresso Nacional, onde, em virtude das grandes e sucessivas cheias que se seguiram à construção de Sobradinho, constituiu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (por solicitação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) a principal crítica, segundo parecer do relator da Comissão, Deputado Elquisson Soares, está centrada nos objetivos da obra (Congresso Nacional, 1983). Diz o parecer que esses objetivos não coincidiram com o enfatizado no "Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco", que era o de regularização do regime hidrológico do rio, especialmente para a contenção de suas grandes cheias. Além disso, Sobradinho não teria contribuído para a melhoria das condições de vida da população ribeirinha, meta final da atuação do Estado no Vale do São Francisco preconizada naquele Plano. Ao contrário, "as grandes barragens construídas no Rio São Francisco infernizaram a vida dos ribeirinhos" (Congresso Nacional, 1983: 29) e Sobradinho teria sido "a gota d'água que fez transbordar o caudal social no Vale do São Francisco" (Congresso Nacional, 1983: 33).

A organização sindical dos trabalhadores rurais, como se pode perceber através de documentos e de depoimentos de

suas lideranças, sempre aponta para o altíssimo custo social da construção de Sobradinho. Dentre os itens mais enfatizados pela organização sindical nas suas avaliações dos efeitos de Sobradinho, estão os valores das indenizações pagas aos trabalhadores rurais residentes na área alagada e a forma arbitrária de seu estabelecimento; o deslocamento compulsório dessa população, o êxodo rural dele decorrente e a fixação de grande parte na periferia das cidades da região ou nas grandes cidades do centro sul; a falta de um plano de realocação para a população rural atingida; as enchentes temporâneas atribuídas à construção de Sobradinho e a problemas de coordenação de sua operação com a de Três Marias, que abalaram a população já fragilizada economicamente pela atuação de órgãos governamentais na região (Congresso Nacional, 1983: 37 a 40).

As considerações feitas pela Igreja Católica, expressas em documentos e em declarações de membros da hierarquia, coincidem freqüentemente com as do Movimento Sindical. Nessas avaliações, destaca-se também a destruição do patrimônio cultural que constituía o modo de vida da população ribeirinha que ocupava a área alagada com a conformação do reservatório, sendo apontadas desde a impossibilidade da população dispor do rio que lhe servia de referencial para a organização de diversas esferas de sua vida social (CPT, 1979: 12), até a dispersão de comunidades com a necessidade de deslocamento (Congresso Nacional, 1982: 289).

A população atingida manifestou-se também a respeito dos efeitos da construção de Sobradinho em diversas oportunidades, através de cartas remetidas às autoridades governamentais e eclesiásticas e a seus representantes sindicais. Nessas manifestações e também pelo que se depreendeu de dados coletados por pesquisadores na área, a população da região aponta, por exemplo, para o caráter autoritário da atuação da CHESF (Broeckelman, 1979: 12), para as perdas materiais decorrentes do processo de transferência (Broeckelman, 1979: 14), e para os graves problemas enfrentados nas novas

localidades nas quais foi reassentada (Barros, 1983: 42 e segs.).

Mesmo avaliações encomendadas pela CHESF sobre o "impacto" gerado pela construção de Sobradinho revelam efeitos negativos para a população afetada. Dentre esses efeitos, há referências à inundação das terras aluviais utilizadas pela população; à decantação no lago de Sobradinho das águas que antes do represamento carregavam sedimentos orgânicos, atualmente não mais fertilizando ilhas e margens à jusante da barragem; e à mudança no regime do rio que inviabilizou a cultura de vazante à jusante da barragem, anteriormente possível graças ao transbordamento regular do rio (Barros, 1983: 6). No que se refere à população reassentada na borda do lago, são apontados, por exemplo, os desníveis decorrentes de diferenças entre os lotes agrícolas no que tange às condições de solo, acesso à água, tamanho e infra-estrutura de apoio (Barros, 1983: 79). A descapitalização que se constata experimentar muitas vezes essa população reassentada concorre para a transferência de seus lotes para empresários que atuam na região, seja através da venda, seja do arrendamento dessas áreas (Barros, 1984: 43).

A análise das condições de produção da população reassentada na borda do lago também foi feita por outros cientistas sociais, entre eles Paulo Sandroni, em pesquisa realizada para a ELETROBRÁS, que associa ao empobrecimento dos pequenos produtores o processo de diferenciação e de proletarização em curso na região (Sandroni, 1979: 13). Outros estudiosos que tiveram a oportunidade de acompanhar parcialmente o processo de realocação, além de relatarem o desespero e a insegurança da população antes e durante a sua transferência e revelarem os aspectos coercitivos e contraditórios da atuação da CHESF na área (Tallowitz, 1979 e Duqué, 1980), apontam para a proletarização dos pequenos produtores (Tallowitz, 1979) e para sua expropriação (Duqué, 1984).

Parciais porque produzidos a partir de uma determinada posição social ou tópicos porque visam dar conta de aspec

tos específicos, essas diferentes versões a respeito de Sobradinho, no entanto, forneceram os principais dados para, junto com os elementos revelados por depoimentos de autoridades e por documentos oficiais, montar a análise que se segue.

4. ENERGIA: UMA PRIORIDADE INQUESTIONÁVEL

Muitos dos efeitos desastrosos que hoje são atribuídos à construção e operação da barragem de Sobradinho eram previstos pela CHESF. Antes mesmo de dar início às obras de construção da barragem, a Companhia antevia o "impacto" negativo que poderia resultar de sua intervenção na área do reservatório. Em carta datada de 1972, dirigida ao Presidente da ELETROBRÁS, o engenheiro Eunápio Peltier de Queirós, então Diretor de Obras da CHESF e ex-constituente de 1946, depois de chamar a atenção para as implicações da obra em termos de inundação da área agricultável e portanto de eliminação da base da economia da região, exorta os "Poderes Públicos" a prestarem "solidariedade e assistência" à população, sob pena de favorecer "sua emigração desordenada e conseqüentemente marginalização, expondo-a ao tráfico, à mendicância, à delinquência e à prostituição" (Congresso Nacional, 1983: 67) (2).

No entanto, apesar da previsão de conseqüências danosas à população, a CHESF não foi capaz de evitá-las, pelo que se depreende da avaliação da Câmara dos Deputados, da população local, da organização sindical de trabalhadores rurais, da Igreja Católica e dos estudiosos do assunto, conforme já foi ressaltado.

Essa incapacidade não poderia ser atribuída a uma su

(2) A possibilidade de que a obra gerasse efeitos negativos aparece também nos estudos feitos pela empresa consultora contratada pela CHESF, Cf. Hidroservice, 1973a: 142.

posta mã fé da empresa nem de seus técnicos, e nem mesmo aos outros órgãos, empresas e respectivos técnicos, tais como a ANCARBA (hoje EMATERBA), o INCRA, a CODEVASF, a SUDENE e a SUCAM, que atuaram em Sobradinho.

Desde o primeiro momento, os efeitos que a construção da barragem poderia produzir na região sempre foram considerados uma questão subordinada à questão principal que era a questão energética, quer quando ainda se tratava apenas de assegurar a vazão do rio para alimentar a Usina de Paulo Afonso, quer quando já se tratava da geração de energia em Sobradinho. A prioridade dada à produção de energia havia sido estabelecida intra-muros, a nível do Poder Executivo, sem qualquer consulta nem à sociedade nacional, nem à sociedade local, em nome de supostos interesses do país, também definidos de forma autoritária. Tratava-se de uma prioridade inquestionável que, ao ser estabelecida, excluía tanto qualquer consideração a respeito dos interesses da população local, quanto outras prioridades nacionais, como aquelas definidas pela Constituinte de 46 e pelo Congresso Nacional em décadas passadas.

Nestas condições, a população local não poderia deixar de se constituir senão em entrave, em obstáculo a ser removido para a formação do lago e a geração de energia. O que estava em jogo não era aquela população sobre a qual iriam incidir os efeitos. Ela só se torna objeto de preocupações porque ocupava margens do São Francisco. Assim a "imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os seus meios e razões de viver" (Cf. Carta do Diretor de Obras da CHESF, Congresso Nacional, 1983: 67) sobre a população da região nada mais é senão uma constatação a posteriori à decisão e à determinação de construir Sobradinho por parte do Estado.

Portanto a previsão do caos não poderia necessariamente se desdobrar em medidas capazes de evitá-lo, pois tal equivaleria a colocar em questão o próprio empreendimento. Fosse outra a lógica de atuação do Estado, teria sido pos

sível rever prioridades e decisões já tomadas, a partir das evidências relativas aos efeitos previsíveis da barragem. Daí que o caos social fosse uma fatalidade que o "humanismo" dos técnicos da CHESF e de outras instituições que atuaram na área não poderia ter impedido. Essa conclusão autoriza a relativização de algumas avaliações que tendem a atribuir à forma de atuação da CHESF os "impactos" negativos, embora as evidências também indiquem que alguns dos problemas vividos hoje pela população teriam sido minimizados se a companhia tivesse tido outra política de indenização. Essa no entanto é uma questão menor diante da desestruturação social que a intervenção do Estado provocou na região de Sobradinho, e que, como já foi dito, já estava embutida na decisão de fazer a barragem.

O problema criado com a decisão de construir Sobradinho era político e só politicamente poderia ter sido enfrentado, o que não ocorreu, em virtude das condições desfavoráveis daquele momento político, da força do Estado para impor o que havia estabelecido e da fragilidade da população em termos de organização.

5. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO DESTINO DA POPULAÇÃO

A) AS SOLUÇÕES PENSÁVEIS X AS SOLUÇÕES IMPENSÁVEIS

Se os efeitos desastrosos para a população eram solidários à própria decisão de construir Sobradinho, o destino que seria dado à população da área não estava pré-determinado, como podem fazer crer documentos recentes da CHESF, nos quais se afirma que após a constatação, através de estudos, do desejo de mais de 50% da população em permanecer na área "ofereceram-se" três alternativas: a borda do lago, o Projeto de Colonização da Serra do Ramalho e a emigração para fora da região (Cf. CHESF, 1980: 8).

No ano em que se decide a construção de Sobradinho, a

CHESF ainda não sabia como administrar o esvaziamento da região, como fica claro na já mencionada carta do Diretor de Obras, datada de 1972. Neste documento, o que aparece é a alternativa de instalação da população na borda do lago, a qual é considerada problemática (em virtude da aridez das terras, do tempo que demandaria para a formação da vazante para uso agrícola, das dificuldades de acesso à água pela depleção periódica do reservatório, etc.) porém provavelmente inevitável. As demais alternativas levantadas de "deslocamento para o interior do município", "deslocamento para a região circunvizinha" e "alocação de mão-de-obra" são descartadas como inviáveis (Congresso Nacional, 1983: 64-66). Fica portanto claro que pelo menos até julho de 1972 (data da carta), quando o canteiro de obras já havia sido instalado, não se dispunha de alternativas concretas para a população.

A rigor, as alternativas mencionadas pela CHESF correspondem ao destino efetivamente tomado pela população e não propriamente a um leque de opções articuladas oferecidas a um só tempo após a verificação do desejo da população de permanecer na área como se pode verificar através dos dados disponíveis ⁽³⁾. Neste momento cabe ressaltar que a referência a partir daqui é a população de pequenos produtores, não apenas porque se trata do maior contingente atingido e do segmento social escolhido para avaliar os efeitos da intervenção do Estado, mas também porque as reflexões que se seguem não se aplicam à população urbana. Para os habitantes das sedes municipais que desejaram permanecer na área, a CHESF logo definiu uma solução que consistia na sua instalação nas quatro novas cidades a serem construídas.

Em outubro de 1973, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a pedido da CHESF, começa a investigar a possibilidade de instalar quatro mil famílias

⁽³⁾ A fonte para a construção dessa cronologia são basicamente os dados contidos no trabalho de Duquê (1980).

na região do lago (Duquê, 1980: 316). Em janeiro de 1974, a ANCARBA assume a tarefa de avaliar as alternativas de produção da borda do lago. Até esse momento, na ausência de qualquer definição uma grande insegurança provocada pelo desconhecimento em relação ao seu destino parecia ser o sentimento generalizado no interior da população conforme indicações de Duquê (1980) e de um Deputado Federal, grande fazendeiro de Casa Nova e membro do Partido do Governo (Congresso Nacional, 1982: 393-394). O que gerava insegurança não era tanto um "medo ao desconhecido" inato a uma população "atrasada", como parece sugerir a CHESF, mas propriamente a desinformação.

Quando a ANCARBA inicia sua avaliação, a CHESF já dispõe do parecer do INCRA, que considera que nenhum projeto é viável na área de Sobradinho e aponta a zona do rio Corrente (afluente do São Francisco); a 700 quilômetros de distância da área do reservatório como a indicada para a instalação das quatro mil famílias.

A partir desta indicação, a CHESF obtém junto ao Governo Federal a desapropriação da região escolhida (nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha) e encomenda a uma empresa consultora (Hidroservice) a elaboração de um projeto de colonização, a ser executado pelo INCRA. Em março de 1975 é criado o Projeto de Colonização de Sobradinho, posteriormente denominado Projeto de Colonização Serra do Ramalho (PECSR). E, em abril do mesmo ano, a ANCARBA conclui que só poderiam ser instaladas na Borda do Lago 1.426 famílias. Até essa data, portanto, certamente não se havia ainda oferecido alternativas à população para permanência na área rural.

Tal indefinição, à medida que se aproximava a data do fechamento do reservatório (fim de 1976), parece revelar algo mais do que a imprevidência do Estado. Examinando as razões que levam o INCRA a optar por Serra do Ramalho e a ANCARBA a só admitir 1.426 famílias na borda do lago, verifica-se que o argumento definitivo foi o fato de que tanto a

periferia do reservatório quanto a região de Sento Sê, apontada pela própria CHESF ao INCRA como podendo abrigar a população, requeriam, para se tornarem "produtivas", pesados investimentos em irrigação. No caso de Sento Sê, é a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) o sucedâneo da Comissão do Vale do São Francisco, que veta a área sob a alegação de que havia reservado a região para projetos de alto rendimento (4). No caso da borda do lago, o parecer da ANCARBA restringindo o acesso a 1/4 das famílias estava baseado no fato que esse era o número limite de instalação sem irrigação.

Essa incompatibilidade entre a solução irrigada e a população da área nos leva, em primeiro lugar, a uma reflexão a respeito do modo como essa população era percebida pelos técnicos do Estado, percepção essa que parece ser o suposto de muitas das decisões tomadas. Mais uma vez é preciso recorrer à já citada carta do Diretor de Obras da CHESF, na qual sua visão da população é expressa através da concepção que faz da figura do "barranqueiro" típico, segundo ele, da região. Trata-se, de acordo com a carta, de um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, auto-suficiente, analfabeto, sem contatos com os meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado cultural e economicamente do resto do país (Congresso Nacional, 1983: 63).

Cidadão de segunda categoria, o "barranqueiro" é percebido de uma forma que se assemelha em muito à visão do colonizador "civilizado" diante das sociedades tribais "bárba

(4) No II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Plano de Ação do Governo para o Vale do São Francisco para o período 1975-1979, define claramente a prioridade a ser dada à irrigação em benefício de grandes empresas agro-pecuárias (CODEVASF, 1975: 9, 10 e 101).

ras e primitivas" que pretende submeter. O "barranqueiro" que aparece nessa carta, a rigor, é uma construção ideológica, sem qualquer suporte na realidade da vida social, construção esta montada a partir de sinais negativos escolhidos por oposição a um suposto cidadão de primeira categoria, alfabetizado, ligado aos meios de comunicação, voltado para os contatos diversificados, ou seja, a partir de um conjunto de sinais positivos que compõem a imagem, também desenraizada do concreto da vida social, do cidadão urbano.

Essa percepção que exclui qualquer tentativa de compreender a especificidade do modo de vida daquela população parece informar tanto as avaliações feitas pela empresa consultora (Hidroservice, 1973a: 129; Hidroservice, 1973b: 98 e Hidroservice, 1975: 76), como documentos posteriores da própria CHESF e decisões por ela tomadas (CHESF, 1980: 5-6).

A partir dessa reflexão, é possível perceber que o que a CHESF e os órgãos e empresas a ela associados tinham pela frente não era apenas um entrave a ser removido, mas um entrave constituído de "incapazes" que não poderiam ser objeto de investimentos custosos destinados aos "capazes".

A solução irrigada era impensável não apenas pelo alto custo dos investimentos (ponto de vista da CHESF, expresso in Hidroservice, 1975: 90 como pressuposto para o plano de reassentamento) mas também porque beneficiaria pequenos produtores (ponto de vista da CODEVASF, segundo depoimento de seu Presidente, expresso in Congresso Nacional, 1982: 236), os quais eram percebidos como praticando uma "agricultura de subsistência", sem perspectivas comerciais.

Ora são os dados da própria empresa encarregada de proceder ao levantamento sócio-econômico que revelam a presença de produtores nas feiras da região comercializando seus excedentes (Hidroservice, 1973b: 65), assim como Duquê, que participou do levantamento feito para a ANCARBA, que afirma que em Casa Nova 60% dos vendedores na feira eram produtores. E tratava-se de pequenos produtores, pois a grande propriedade estava voltada para a criação de gado e produtos

como o algodão, com destinação industrial. Trabalhos anteriores sobre o Vale do São Francisco fornecem também elementos para relativizar essa suposta agricultura de subsistência para o autoconsumo, como, por exemplo, o do geógrafo Zarur (1946: 52). "A cultura de vazante não é estritamente uma cultura de subsistência. Os centros urbanos da Bacia Média do São Francisco obtêm provisões destas chácaras de estação seca; quando não produzem falta alimento, principalmente vegetal, nas vilas e cidades".

O não reconhecimento do papel econômico da pequena produção que, além de assegurar a subsistência do próprio produtor e de sua família, ainda abastece os mercados urbanos da região, se ajustava perfeitamente à intenção política do Estado de canalizar a infra-estrutura que estava criando a partir da barragem para os grandes projetos agropecuários.

A imprevidência do Estado aí sim se revela na sua incapacidade de perceber que a proposta de afastar da área 4.000 pequenos produtores provocaria uma elevação dos preços dos alimentos na área, que teriam então de serem trazidos de fora da região, o que parece ter ocorrido segundo dados de Tallowitz (1979). Por outro lado a exclusão da solução irrigada, única forma de restituir à população o que dela seria tirado com a inundação das terras naturalmente fertilizadas pelo rio, revela a discriminação do Estado em relação aos "barranqueiros", não apenas percebidos, como tratados enquanto cidadãos de segunda categoria.

B) A RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO

A definição do Projeto de Colonização em Serra do Ramalho desencadeia a reação da população. Conforme relata Duqué (1980), os técnicos da CHESF e da própria ANCARBA vinham dando garantias à população rural a respeito de sua permanência na área, de acordo com o desejo por ela expresso e detectado por levantamentos realizados desde 1973 (Hidroservice, 1973a e b). Quando a população toma conhecimento de

que a alternativa tão esperada era o seu deslocamento para 700 quilômetros de distância, ela reage recusando-se a participar do projeto, o qual aparentemente apresentava a vantagem de não discriminar ninguém, na medida que não exigia maiores qualificações dos futuros colonos e estava aberto para todos, dispensando-se qualquer seleção, ao contrário do que costuma ocorrer neste tipo de projeto.

O trabalho de motivação iniciado a partir de abril de 1976 não surte os efeitos desejados, pois, ao invés de atrair, afasta a população. Ao que parece, ainda segundo Duqué (1980), as vantagens acenadas não são recebidas enquanto tais pela população, que se sente ludibriada face à quebra de suas expectativas e passa a desconfiar da palavra dos técnicos. A anunciada "assistência técnica" que receberia a respeito de métodos de cultivo e produtos a serem cultivados é interpretada pela população como um indício do "cativo", concepção que indica subordinação e perda de liberdade. Tal concepção encontrada por outros pesquisadores, com significado semelhante entre camponeses de diferentes regiões do país⁽⁵⁾, designa a situação do indivíduo "cativo" ou "sujeito" a outrem e, nessa região do Submédio São Francisco, parecia informar a classificação dos "agregados" residentes no interior das fazendas de gado, conforme indica Duqué em outro contexto de seu trabalho. Pelo que se pode depreender dos dados apresentados pela autora, os agregados eram considerados "cativos" porque não tinham a liberdade de ir e vir, nem autonomia em relação à sua agricultura, como os demais camponeses da área, os quais com base na experiência em outras regiões, supomos que se pensassem como "libertos".

(5) Velho, 1976 para a região de fronteira agrícola do sul do Pará; Sigaud, 1979 para as grandes plantações canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco; Garcia Jr., 1983 a, para a periferia destas grandes plantações também em Pernambuco; Bastos, 1977 para a região produtora de laranja do Estado do Rio de Janeiro; Garcia Jr., 1983 b para o Brejo da Paraíba.

Além de rejeitar o "cativeiro" a população estava de terminada a permanecer na região, particularmente na borda do lago, onde acreditava poder manter sua agricultura de vazante. Essa determinação possivelmente era reforçada pela percepção que a população tinha de que a borda do reservatório era uma perspectiva real para alguns: os "caatingueiros" (habitantes da região seca). Para aqueles "caatingueiros" que ocupassem terras que fossem apenas ser parcialmente cobertas pelas águas, a CHESF estava oferecendo apoio para construir uma nova casa e estender os campos e uma soma fixa para a transferência. Cabe ressaltar que não se tratava aí de uma opção para o conjunto da população, mas uma espécie de solução individualizada para alguns.

Duqué indica que pesou para a rejeição do PECSR o desejo da população de manter seus vínculos com a população urbana das sedes municipais, notadamente com os chefes políticos da região, dos quais recebiam favores como o acesso às terras de vazante, socorro médico, empréstimos, etc. A CHESF tende a atribuir à oposição das elites locais (prefeitos, chefes políticos e lideranças religiosas) o insucesso da Serra do Ramalho, como se pode depreender do depoimento do Diretor de Obras da Companhia na CPI (Congresso Nacional, 1982: 133). Não se coloca aqui em dúvida a oposição das elites, que certamente temiam perder eleitores e recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios, calculado com base no número de habitantes. No entanto, reduzir a reação da população a uma suposta manipulação das elites se configura como uma simplificação grosseira, a qual, no entanto, se articula logicamente com a percepção que os técnicos do Estado tinham a respeito da população, analisada acima.

A reação iria se expressar não apenas na recusa do Projeto e no retorno de muitas famílias que chegaram a se deslocar para Serra do Ramalho, como também através de uma atitude mais afirmativa. Muitos tentam se fazer passar por "caatingueiros", na esperança de conseguir realocação na borda,

e a maioria passa a exigir que algumas das vantagens do Projeto Serra do Ramalho sejam também concedidas na borda.

No final do ano de 1975, segundo Duqué, a maior parte da população permanece na área. A situação se torna tensa e as relações entre a população e os técnicos da CHESF se deterioram rapidamente. É possível supor que a partir de então se intensifiquem as ameaças contra a população, às quais se referem documentos do movimento sindical, embora sem precisar datas, e as proibições de cultivo, mencionadas tanto pelo movimento sindical, como pelo chefe político de Casa Nova em depoimento à CPI (Congresso Nacional, 1982: 162-163). Cabe lembrar que toda a área havia sido declarada de segurança nacional, o que certamente favorecia um clima de intimidações e o uso de métodos coercitivos.

Em março de 1976 é feita a primeira transferência para Serra do Ramalho (Duqué, 1980: 325). Este teria sido o primeiro deslocamento efetivamente organizado pela CHESF, como uma opção oferecida ao conjunto da população. Até então já tinha havido deslocamentos populacionais, feitos no entanto de forma individualizada. Tratava-se dos "caatingueiros" já mencionados, cujo reassentamento foi individual, segundo dados da CHESF (1980: 13), e da chamada "solução própria", a qual não deixaria de ser também uma solução individualizada, conforme pode ser demonstrado.

Os que se interessavam pela "solução própria" (e a maior incidência ocorreu no interior da população rural) recebiam da CHESF passagem e indenização pelos bens que possuíam. Segundo dados da CHESF (1980: 17), a maior parte dos que optaram pela "solução própria" dirigiram-se para a beira do São Francisco, nos municípios vizinhos de Xique-Xique e Barra, à montante do reservatório, e para Petrolina e Juazeiro, à jusante. Há evidências no entanto, em dados dispersos no trabalho de Tallowitz (1979), que a "solução própria" inclui também a caatinga dos municípios que seriam inundados.

É possível supor que essa solução, que envolveu 23,75%

da população, tenha prevalecido até fins de 1976. Diante da indefinição geral, a "solução própria" deve ter atraído não apenas os que desejavam se deslocar da área mas aqueles que viam nela a única possibilidade de viabilizar, mediante os recursos fornecidos pela CHESF, uma solução qualquer.

São escassos os dados relativos à "solução própria", mas o fato de que os que a escolheram optaram também pela fixação nas margens do São Francisco nos municípios vizinhos revela a importância que a proximidade do rio tinha para essa população, na medida que era essa proximidade que viabilizava a agricultura de vazante. Assim, embora a "solução própria" e a borda do lago pareçam, à primeira vista, opções distintas, é impossível deixar de identificar nelas um denominador comum, qual seja, o valor social do rio.

E, se efetivamente ocorreu uma "solução própria" com destino à caatinga dos municípios do reservatório, é provável que tenha sido esse o contingente daqueles que retornaram para a beira do rio, quando a CHESF finalmente decidiu instalar a população na borda. Há referências à chegada de muita gente vinda da caatinga, no ano de 1976, bem como existe evidência de que a CHESF teria se recusado ou relutado em instalar na borda famílias que anteriormente haviam optado pela "solução própria".

Os documentos da CHESF não indicam em que momento preciso foi tomada a decisão de atender à reivindicação da população sob a forma de instalação de 25 núcleos na borda do lago. Essa omissão não parece gratuita, uma vez que graças a ela é possível veicular a imagem das opções articuladas colocadas para a população a um só momento.

No trabalho de Duqué aparece a data de 1977, como sendo aquela em que se teria iniciado a construção dos núcleos. O levantamento da Hidroservice de 1975 menciona o início da construção de núcleos, os quais possivelmente seriam aqueles destinados àquela parcela da população definida pela ANCARBA. Sabe-se ainda que, segundo Duqué, em fins de 1976, centenas de famílias eram realocadas por semana. É

possível portanto supor que a construção dos núcleos tenha se intensificado nos anos de 1976 e 1977. Se, por ocasião da inauguração da barragem, em março de 1978, o lago já estava praticamente formado, conclui-se que a construção de núcleos e realocação tenham sido quase que simultâneas. Considerando que a maior parte da população rural foi aí realocada, é possível compreender porque a barragem de Sobradinho é objeto de tantas avaliações negativas. As informações veiculadas pelos documentos do movimento sindical e da Igreja e o depoimento de pessoas que acompanharam esse processo final, como Duqué (1980) e Tallowitz (1979), transmitem a imagem de uma situação caótica: o rio subindo e as pessoas em pânico ainda não realocadas fugindo das águas, as criações morrendo afogadas, famílias inteiras desabrigadas na beira das estradas, suicídios, etc. (Congresso Nacional, 1962: 265).

Embora fragmentários tais relatos fazem sentido se inseridos no contexto de uma cronologia como a que se tentou montar, trabalhando inclusive com os documentos oficiais. Para o observador que não assistiu às cenas da retirada da população e delas apenas tomou conhecimento através de textos escritos, a conclusão a que chega é a de que a realocação da população em Sobradinho está mais próxima de uma operação militar para evacuar um território, do que de uma operação de reassentamento de uma população.

Desconhece-se a lógica que presidiu as opções feitas pela população, que constam do quadro abaixo (Quadro I). O que se procurou aqui foi resgatar, através da cronologia, o sentido e a dinâmica do processo que culminou com a instalação nos núcleos da borda do lago, passando pela "solução própria", pelo Projeto de Colonização Serra do Ramalho e pela solução dada aos "caatingueiros". Através de dados colhidos diretamente na área, provavelmente, seria possível reconstituir trajetórias e recuperar o significado das diversas opções.

QUADRO I
DESTINO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO E REASSENTADAS PELA CHESF

LOCAL DE ORIGEM	BORDA DO LAGO				"SOLUÇÃO PRÓPRIA"			PEC SR	FALECIDO E DESTINO IGNORADO	TOTAL GERAL
	NOVAS CIDADES	NÚCLEOS	CAATINGA	SUBTOTAL	ÁREAS VIZINHAS	OUTRAS ÁREAS	SUBTOTAL			
ÁREA URBANA	SENTO SÉ	264	-	2	266	19	5	35	1	291
	CASA NOVA	577	-	5	582	27	12	29	2	632
	REMANSO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	1.983
	PILÃO ARCADO	284	-	-	284	22	16	38	3	328
	SUBTOTAL	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	3.234
	%	88,96	0,0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	100
ÁREA RURAL	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	9	223
	SENTO SÉ	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	3.597
	XIQUE XIQUE	-	-	-	-	74	11	85	-	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	454	139	593	652	2.847
	REMANSO	101	273	531	905	54	156	210	21	1.200
	PILÃO ARCADO	80	3	370	453	95	79	174	35	666
	SUBTOTAL	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	8.619
	%	11,30	30,78	20,31	62,39	14,99	8,76	23,75	11,75	100
TOTAL DO RESERVATÓRIO		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	11.853
%		32,49	22,40	14,99	69,88	11,68	7,56	19,25	8,65	100

6. DETERMINAÇÕES POLÍTICAS E ESTRUTURAIS DOS EFEITOS SOCIAIS DE SOBRADINHO

Ao reconstituir ainda que precariamente este processo, foi possível perceber como a "solução final" não estava dada desde o início, conforme já foi dito, e o quanto esta solução dependeu do enfrentamento entre diversas forças, que lutaram para fazer prevalecer seus interesses. No interior do aparelho de Estado, os diversos órgãos e empresas, a partir de interesses próprios, tentaram através de seus técnicos impor soluções que respondiam à lógica específica de cada uma delas; a CODEVASF impedindo a cessão à população de uma área destinada à irrigação de grandes projetos e a CHESF tentando reduzir o custo social de seu empreendimento através do veto à irrigação. Os interesses eram diversos mas convergentes e se coadunavam com as opções políticas do Estado. De outro lado, tem-se a população determinada a permanecer próxima ao rio e as elites políticas, que mediatizavam a relação daquela população com o próprio Estado e que dele dependiam para manter sua força política, convergindo para uma posição de oposição à solução que o Estado através da CHESF delienava para a população. Haveria ainda os técnicos de segundo escalão da CHESF, da ANCARBA e do INCRA os quais desempenharam papéis contraditórios, ora subsidiando a população com informações sigilosas, funcionando como uma espécie de aliados, ora forçando a população a abandonar rapidamente a área, funcionando como uma espécie de braço repressivo da Companhia (Duqué, 1980; Congresso Nacional, 1982: 264).

O processo de realocação da população a partir do qual a literatura tende a pensar os "impactos sociais" de barragens, (Scudder, 1973 e Partridge, 1983) não parece portanto resultar exclusivamente da intervenção imposta de cima (no caso pelo Estado), nem do modo como as empresas e técnicos encaminham soluções, nem dos detalhes técnicos do planejamento, mas sim de um processo marcado por conflitos de in

teresses cujo desfecho depende não da correção desta ou da aquela ação específica, mas do embate das forças presentes. O caso aqui analisado permite pensar, para além do que está posto pela literatura, que a intervenção do Estado nesses casos desencadeia um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais. Essas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas ao longo do tempo de realocação.

A análise até aqui conduzida permite colocar em questão as tentativas generalizantes propostas por alguns autores, que tentam pensar os efeitos das barragens a partir de um modelo construído sobre casos ocorridos em regiões radicalmente diferentes, do ponto de vista histórico, social e cultural, como a África e a América Latina. Se é a partir da realocação que se pensam os "impactos" e se a realocação é o resultado de um processo político, torna-se difícil admitir a possibilidade de que em sociedades tão distintas a intervenção vinda de cima produza os mesmos efeitos. O que haveria de comum entre os diversos casos é o fato de se tratar de hidrelétricas ou grandes obras e de sempre estar em jogo a realocação da população. Entre a ação do Estado e seus efeitos, existe um conjunto de mediações que não podem ser ignoradas sob pena de se perder a especificidade do concreto da vida social. Teoricamente tratar-se-ia portanto muito mais de se procurar avançar em termos de parâmetros para a análise que incorporem a estrutura das relações sociais sobre as quais se processa a ação do Estado e a dimensão política do processo que se desencadeia, do que em termos de "impactos" produzidos pela interação Estado x População.

O caso Sobradinho permite ainda repensar o modo como a literatura formula a questão dos "impactos", via de regra sob a forma de uma resposta "cultural" da população às condições que lhes são impostas. Aqui se tenderia mais a iden-

tificar na "resposta" dada pela população — a pressão pela borda do lago — uma *resposta* política, no sentido de que foi capaz de influir no rumo que estava sendo dado à solução pensada pelo Estado. O fato da solução borda do lago ter prevalecido pode ser computado como uma vitória da população, na medida que conseguiu impor, apesar das resistências, a solução que lhe parecia mais conveniente. A literatura produzida a partir da barragem, à exceção do trabalho de Duqué (1980), tende a ignorar o quanto a solução borda do lago dependeu da pressão da população. Preocupada em enfatizar os efeitos sociais negativos, esta literatura, seja acadêmica, seja produzida pela organização sindical e pela Igreja, tende a chamar mais a atenção para a fragilidade da população e para a ausência de reação face ao Estado autoritário.

Diante das dimensões do que lhe estava sendo imposto, a reação da população foi, sem dúvida, limitada, mas, se não conseguiu impedir que a intervenção do Estado produzisse a desestruturação de sua organização social, também não foi absolutamente passiva diante dos acontecimentos.

De um ponto de vista sociológico, essa reação é uma questão que merece uma reflexão mais detida. A questão que se coloca é saber o que tornou possível a resistência da população.

Sabe-se que a organização sindical, onde existia, era frágil e débil. Os próprios documentos do movimento sindical são reveladores a esse respeito quando afirmam que não havia "trabalho de base" na fase do deslocamento, que os sindicatos eram vistos pela população como "órgãos assistenciais" e que os trabalhadores desmobilizados aceitavam as propostas da CHESF (CONTAG, 1979 a) ⁽⁶⁾. Por outro lado, a Igreja Católica que, assim como a organização sindical, é

⁽⁶⁾ As propostas aqui referidas são as indenizações, que serão examinadas mais adiante.

hoje atuante na área, parece só ter começado a influir efetivamente no final do processo. E, finalmente, não se tem notícia da atuação de partidos ou grupos políticos durante o período que se encerra com a reinstalação da população.

Ora, dada essa inexistência de uma mediação política através da qual a população se organizasse para formular e expressar suas demandas e por elas lutar, qual a mediação que viabilizou a resistência? As indicações de que se dispõe, fornecidas por documentos da CHESF, depoimentos prestados na CPI e análises feitas por estudiosos apontam para soluções "comunitárias", que teriam presidido todas as opções (borda do lago, PECSR, "solução própria"). Mas a literatura se limita a constatar esse viés "comunitário" sem dele extrair conseqüências e sem se preocupar em explicitar o que seria essa "comunidade". Essas indicações permitem levantar a hipótese de que teria sido exatamente a organização "comunitária" a que teria viabilizado a resistência ao projeto de colonização e a pressão pela solução borda do lago. Daí que se tenha procurado então entender que "comunidade" era essa e se tenha passado a investigar as "relações com vizinhos" que em 1972 eram invocadas, entre outros elementos, para atestar o "atraso" do "barranqueiro" na famosa carta do Diretor de Obras e que teriam, a partir de 1975, provavelmente, funcionado para inviabilizar a solução proposta pela CHESF de remoção da população para 700 quilômetros de distância.

Como o termo "comunidade" aparece freqüentemente associado a "povoado" na literatura produzida em função da construção da barragem (HIDROSERVICE, CHESF, Duqué, Barros) seguiu-se aqui a pista do povoado e se procurou na literatura a respeito da vida social no Vale do São Francisco antes da barragem indicações que permitissem entender a sua composição social e as relações sociais que o estruturavam. Com base nas informações fornecidas por Pierson (1972) e Silva (1961), para o período anterior assim como algumas indicações de Duqué para o período de realocação, é possível afir-

mar que esses povoados característicos do Vale eram constituídos fundamentalmente de parentelas com fortes laços de solidariedade que se sobrepunham a quaisquer outros e com uma identidade própria, construída a partir daqueles laços, do culto a um mesmo Santo Patrono, de festas religiosas promovidas em sua honra, de uma mesma capela, de formas de cooperação mútua no trabalho produtivo, etc. Tal identidade seria reforçada pela referência comum a um mesmo centro urbano (se assim se pode classificar as sedes municipais e distritais) e a locais comuns onde eram feitas as compras, para onde se levava a produção, onde se enterravam os mortos.

Tal organização preexistente à intervenção do Estado parece ter adquirido funções "políticas" no momento do conflito e funcionado como a principal instância de organização e pressão política. Evidentemente trata-se aqui de uma hipótese que só através de dados coletados em trabalho de campo poderia ser confirmada, mas que se configura como bastante plausível não só a partir dos elementos disponíveis, como a partir das indicações das teorias sobre a organização social camponesa. Ao formulá-la procura-se aqui pensar a reação da população, não como uma resposta espontânea de um "ator coletivo", como sugere Duqué (1980: 354), às formas de dominação que lhe estavam sendo impostas, mas como uma resposta construída no interior de uma determinada forma de organização social e a partir dela. Se a reação foi coletiva, pode-se supor que os povoados tenham reagido de forma similar, o que poderia ser explicado pela semelhança de sua estrutura e em parte pelas articulações existentes entre os povoados, articulações essas que eram preexistentes mas que também se constituíram ao longo do processo de enfrentamento com a CHESF. Tanto há referências a reuniões de mais de um povoado para discutir as alternativas propostas, quanto a própria composição dos núcleos na borda do lago indica o agrupamento de povoados.

Se possuíam estrutura semelhante não eram necessariamente

mente homogêneos. A população rural que os integrava não era um todo indiferenciado: havia diferenciação tanto a nível de posições sociais quanto a nível das condições de produção mediatizadas por relações sociais distintas.

Para se chegar à análise das condições sociais de produção e da rede de relações sociais nas quais estava inserida a população rural, trabalhou-se com os dados fornecidos pelos autores a respeito da estrutura fundiária e da oposição entre a agricultura das áreas secas (caatinga) e das áreas úmidas (vazante). Analisando a literatura sobre o Vale antes da barragem e a literatura produzida em função de ela (7), procurou-se articular situações e identificar semelhanças e diferenças nas classificações feitas pelos autores. Assim, se na "literatura de barragem" aparece a categoria "foreiro", na literatura anterior a referência é a "lavradores que pagam foro", o que não se identifica com a categoria "foreiro", geralmente associada ao produtor subordinado no interior de grandes propriedades. Na medida que foi possível perceber que a matriz da literatura da barragem eram os trabalhos da empresa consultora (Hidroservice), concluiu-se também que no caso se aceitasse acriticamente as categorias por ela indicadas haveria o risco de mapear a população a partir do princípio da "condição do produtor" que a CHESF interessava porque tinha que lidar com indenizações. A questão que se tentou superar portanto foi a de uma classificação jurídica que anulava diferenças importantes do ponto de vista das relações sociais.

Havia assim o "ribeirinho" ou "lameiro", em geral sem título de terra que produzia nas áreas de vazante nas ilhas e margens do São Francisco, mediante pagamento de um foro à Prefeitura ou mediante o pagamento de uma renda em dinheiro ou produto ao grande proprietário, cujas terras estavam si

(7) Foram analisados os trabalhos de Andrade, 1964; Silva, 1961; Pier son, 1979; Duqué, 1980; CHESF/ANCARBA, 1975; Tallowitz, 1979; HIDRÔ SERVICE, 1973a, b e 1975; Zarur, 1946.

tuadas nas ilhas ou nas margens. A possibilidade de produção estava portanto subordinada a uma relação com os grandes proprietários, que controlavam não apenas suas próprias terras, mas também as Prefeituras locais. Havia também pequenos produtores cujas condições de produção ao que tudo indica não dependiam da subordinação às chefias políticas. Eram eles os pequenos proprietários, os posseiros e os proprietários em condomínio (8) das margens, que praticavam agricultura de vazante, e os pequenos proprietários posseiros e proprietários em condomínio da caatinga que praticavam agricultura de sequeiro. Por fim havia pequenos produtores morando no interior de fazendas e subordinados a um grande proprietário por um conjunto de obrigações, conhecidos localmente como "agregados" e tidos pelos demais pequenos produtores como "cativos".

Caberia ainda mencionar os pequenos produtores da caatinga que eram posseiros não de terras devolutas, mas no interior de fazendas de proprietários ausentes ou de proprietários presentes que toleravam sua permanência na terra, sem submetê-los como aos "agregados".

Restaria mencionar uma outra posição social no interior da população rural que se distinguiria das demais por excluir a produção para o autoconsumo. Este seria o caso dos pequenos produtores da cebola, subordinados a empresários recentemente instalados na área, que ocupavam terras mediante arrendamento aos fazendeiros tradicionais da região. Estes empresários eram os "ceboleiros" procedentes de Cabrobó (Pernambuco) que vinham subindo o rio em busca de terras férteis, os barrancos do São Francisco próximos às vazantes, e que produziam mediante recurso à irrigação por um período de três anos, quando então devolviam a terra ao proprietário coberta de pasto. Como os "ceboleiros" que os submetiam

(8) Proprietário em condomínio seria o indivíduo que tem uma posse de terra no interior de uma fazenda, toda ela ocupada dessa forma. Cada condômino cerca sua área, sem que haja restrição por parte dos outros condôminos (Hidroservice, 1975: 36).

esses pequenos produtores não eram da região. Via de regra chegavam com o próprio "ceboleiro", e não pareciam constituir um contingente expressivo. Sua subordinação consistia em obrigação de entregar metade da produção ao empresário sendo que a metade restante acabava sendo também a entrega para saldar dívidas contraídas ao longo do ano.

Estas diversas posições sociais não correspondem a posições fixas no interior da estrutura das relações sociais, pois o mesmo indivíduo poderia ocupar posições sociais diferentes, de acordo com a época do ano. Isto porque as condições de reprodução para uma parcela significativa desses pequenos produtores, independentemente da posição que ocupassem, dependia da combinação de dois tipos de agricultura: a agricultura de vazante realizada nos lameiros e terra firme das ilhas, margens do rio e das lagoas próximas ao São Francisco (beira); e agricultura de sequeiro ou de chuvas praticada no semi-árido às vezes contíguo, às vezes distante apenas alguns poucos quilômetros do rio (caatinga).

Os pequenos produtores residentes na beira, fossem eles pagadores de foro à Prefeitura ou de renda a proprietários em condomínio, tinham acesso a parcelas extremamente pequenas de terra (1,5 ha), cujo cultivo, apesar da fertilidade da terra, era insuficiente para a reprodução do pequeno produtor e de sua família. Daí que a grande maioria desses pequenos produtores da beira fossem obrigados a combinar com a agricultura de vazante uma outra atividade. Dentre as combinações mencionadas pelos autores, destacam-se a pesca e a agricultura de chuva. Em ambos os casos, trata-se de atividades praticadas na entressafra da agricultura de vazante. Quando as águas subiam, no período de outubro a março, parte das terras a que tinham acesso os "beiradeiros" ficavam submersas. A pesca era então um dos principais recursos utilizados pela população para assegurar o seu auto-abastecimento e uma renda monetária mediante a venda de pescados.

Mas, o que mais chama atenção nos dados disponíveis so

bre o Submédio São Francisco é a combinação entre os dois tipos de agricultura. Pelo menos 1/3 dos pequenos produtores dos dois municípios cuja população rural deslocada era mais numerosa (Sento Sé e Casa Nova), combinava agricultura de vazante com agricultura de sequeiro. Terminada a colheita na vazante, inúmeros pequenos produtores deslocavam-se para as terras secas, a fim de dar início a um novo ciclo produtivo dependente do regime de chuvas e cujo calendário agrícola era complementar ao da vazante (Cf. Quadro II).

A alta incidência desta combinação impõe uma reflexão mais detida sobre suas implicações em termos da organização social atingida pela construção de Sobradinho, como se verá a seguir.

QUADRO II
CALENDÁRIO AGRÍCOLA ANTERIOR À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO

	C H E I A					V A Z A N T E							
	OUT.	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	
ILHAS E MARGENS ALTAS E BAIXAS	início da cheia					máxima cheia					início da vazante		máxima vazante
CALENDÁRIO DAS ZONAS RIBEIRINHAS EM XIQUE-XIQUE E MARRECAS	—pesca de anzol e arco—					—queimada—					—limpeza—		colheita
						—pesca de rede e tarrafa							pesca de rede
CALENDÁRIO DA CAATINGA EM XIQUE-XIQUE E MARRECAS	limpeza					colheita					queima da		semeadura
	semeadura de mais 1/3 da terra					semeadura de 1/3 restante							preparo dos campos e semeadura de 1/3 da terra
CALENDÁRIO DA CAATINGA EM CASA NOVA													

Fonte: Quadro montado a partir de dados fornecidos por Silva (1961) e Duqué (1960).

Em primeiro lugar, a ocorrência de tal combinação impõe a relativização de uma suposta fixidez de posições sociais, assim como a absolutização da autonomia ou subordinação do pequeno produtor. Isto porque um pequeno produtor que dependesse da subordinação às chefias políticas locais para viabilizar sua agricultura de vazante podia gozar de grande autonomia quando praticasse agricultura de chuvas em terras, devolutas ou não, por ele apropriadas (9).

Se essa análise permite afirmar que a combinação entre dois tipos de agricultura implica na articulação de posições sociais distintas, ela também permite perceber a lacuna da maioria dos trabalhos que, ao mencionarem a combinação, o fazem apenas a partir do referencial geográfico ou do calendário agrícola. A literatura que revela a existência de posseiros, pequenos proprietários, proprietários em condomínio, pagadores de foro, etc., é a mesma que aponta para a combinação entre beira/caatinga. Essa literatura, no entanto, se mostra incapaz de perceber que através da combinação de agriculturas complementares, existem posições sociais distintas (10).

No entanto, é importante assinalar que, se a combinação indica a possibilidade de articular subordinação e autonomia, ela também revela a exclusão radical de autonomia. Assim, é que "agregados" e pequenos produtores submetidos a

(9) Não apenas a combinação beira/caatinga autoriza que se proceda a esse tipo de relativização, como também outras combinações de menor incidência, como por exemplo aquelas realizadas na própria beira, do interior da agricultura de vazante, entre cultivo no lameiro e cultivo nas margens, pressupondo posições sociais diferentes. Há referências, por exemplo, a pequenos produtores que combinam cultivo de lameiro viabilizado pelo foro com a agricultura em terra firme viabilizada pela posse ou propriedade da terra.

(10) Essas lacunas aparecem particularmente nos levantamentos feitos por encomenda da CHESF em função da construção da barragem. O trabalho de Duqué (1980), inegavelmente o mais rico em dados a respeito do deslocamento, se não se deteve sobre essa implicação da combinação, forneceu no entanto a maioria dos elementos sobre os quais se trabalhou.

"ceboleiros" viam-se impossibilitados de combinar porque totalmente subordinados através da moradia.

Uma segunda reflexão remete à garantia do pleno emprego da força de trabalho familiar que a combinação de dois calendários agrícolas e de modalidades distintas de acesso à terra permite. Esse pleno emprego permite ainda supor que os "beiradeiros" que se deslocavam para a caatinga tinham condições de obter uma produção maior do que aqueles que, permanecendo nas margens durante todo o ano, se limitassem a combinar com a pesca (11).

Por fim, restaria chamar atenção para as implicações da combinação sobre a organização social do espaço e as relações sociais que são solidárias a essa organização social. O movimento anual de "beiradeiros" em direção à caatinga indica a existência, no período anterior à barragem, de uma circulação no interior do espaço regional que em muito relativiza a oposição beira/caatinga. Se beira e caatinga são dois espaços que se opõem em termos de solo (fêrtil na beira e árido na caatinga), de disponibilidade de terras (mais disputadas na beira e menos disputadas na caatinga), e em termos de população (concentrada na beira e rarefeita na caatinga), etc., existe no entanto entre eles uma continuidade que é dada pelo próprio movimento da beira em direção à caatinga, o que portanto autoriza que se pense os dois espaços físicos como um único espaço social. Tanto mais quando se sabe que também partindo da caatinga mais isolada havia um movimento em direção à beira (Duquê, 1980). Tal ocorria quando a estiagem era prolongada e o "caatingueiro" buscava refúgio na beira e aí praticava a agricultura de vazante. Embora seja a única referência precisa que se dispõe a respeito do movimento caatinga/beira, referências esparsas (Andrade, 1983) levam

(11) É bom lembrar que a combinação beira/caatinga não excluía necessariamente a pesca que poderia ser praticada na entressafra da vazante pelos jovens do sexo masculino, enquanto o chefe da unidade familiar praticava sua agricultura de chuvas.

a supor que tal movimento, embora não tão freqüente quanto o do sentido inverso, não se limitasse apenas a essa circuntância.

A partir dessas reflexões, é possível pensar de outra forma os povoados. Embora não se tenha dados a respeito da uniformidade ou diversidade de posições sociais no interior dos povoados, sabe-se que pela própria relatividade dessas posições a questão da composição homogênea/heterogênea dos povoados é uma questão secundária. O povoado importa socio logicamente enquanto principal referencial social da população.

Através da análise das diferentes posições sociais, da combinação entre atividades e do movimento da população, é possível perceber que a reprodução desses pequenos produtores (excluindo-se aí os "agregados" e os submetidos a "ceboleiros") implica em múltiplos deslocamentos. Para a maioria dos "beiradeiros" a agricultura de vazante requeria um deslocamento de sua casa no povoado para a terra que havia conseguido nas ilhas ou margens. Lá, ele construía seu "rancho" (uma habitação precária) para abrigá-lo durante o ciclo produtivo. Se na cheia fosse pescar, deveria também se afastar do povoado para os locais de pesca onde também construía um "rancho". Se se deslocasse para a caatinga, adotava o mesmo procedimento. Nessas circunstâncias de inexistência de contigüidade física entre a casa e o roçado, e entre a casa e uma atividade como a pesca que assegura a manutenção da família, o povoado aparece como a única referência espacial fixa que lhe assegura o sentimento de pertencimento e que o localiza no interior do espaço social. O povoado é o local da casa, a sede para a qual converge a família (ou membros dela) após os deslocamentos e o local onde se encontram os parentes mais próximos.

Por outro lado, é a partir da localização do povoado ao qual pertence, que um pequeno produtor tem acesso à vazante — tão valorizada na região — que lhe confere a identidade de "beiradeiro". No que se refere à caatinga, embo

ra aí não se verifique a mesma intensidade de movimentos, é a partir do local onde se situa o povoado onde reside que se constitui a identidade "caatingueiro", a qual, por sua vez, só faz sentido quando oposta à do "beiradeiro".

Se, como se procurou demonstrar era tão significativa a importância social do povoado, não é de se estranhar que ele tenha sido a base sobre a qual se estruturou a reação às "soluções" que a CHESF tentou impor.

7. A DESCAPITALIZAÇÃO CUMULATIVA: DO POVOADO AO NÚCLEO

A literatura que trata dos efeitos sociais de hidrelétricas indica que os primeiros impactos já começam a afetar a sociedade local com o próprio anúncio da obra (Scudder, 1973). Sobradinho não foge à regra, como se pode verificar através de referências ao aumento geral dos preços na região (Hidroservice, 1973a e b), à queda nos investimentos produtivos na área a ser alagada (Sandroni, 1979), às mudanças no quadro populacional decorrentes da evasão da população local via "solução própria" e da concomitante atração de mão-de-obra em função da abertura de novas oportunidades de emprego com as obras de construção da barragem (CHESF, 1980 e Duquê, 1980), e ao clima de insegurança e medo já mencionado.

No que se refere especificamente à população rural, que é o referencial da análise, o anúncio da barragem e a perspectiva de deslocamento parecem ter funcionado para inibir os esforços produtivos (Sandroni, 1979), provocando uma queda na produção dos pequenos produtores, agravada posteriormente por força da própria atuação de prepostos da CHESF proibindo a população de cultivar a terra (Congresso Nacional, 1982).

No momento em que se tenta refletir a respeito do modo como a população rural estava sendo afetada a atenção deste trabalho se volta para aquele segmento que, no processo de

transferência, percorreu a trajetória do povoado ao núcleo na borda do lago.

Esse foco de análise não implica num abandono da perspectiva de que a população atingida é muito mais abrangente do que o da população deslocada. Significa apenas que com os dados disponíveis não se dispõe no momento de condições para avaliar os efeitos para a população que se deslocou para Serra do Ramalho, para a população que através da "solução própria" se instalou nos municípios vizinhos e para a população dessas áreas para onde se dirigiram os deslocados sobre a qual certamente se estenderam os efeitos de Sobradinho, como sugere a literatura (Partridge, 1983) e como indicam os dados fornecidos pelo movimento sindical. Também não existem dados para se pensar os efeitos para a população localizada à jusante da barragem, que, em virtude da decantação das águas do lago de Sobradinho, viu-se impossibilitada de realizar a agricultura de vazante porque o rio não mais deposita sobre as margens o humus fertilizante.

Se a opção de análise recai sobre aqueles que se encontram hoje na borda do lago, tal ocorre não apenas porque foi lá que se concentrou o contingente mais significativo da população deslocada (Cf. Quadro I), como também porque é a respeito dos núcleos que se dispõe de maior número de informações (Barros, 1983 e 1984; Sandroni, 1979; Duquê, 1984; CONTAG, 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983).

A literatura produzida a partir de Sobradinho tende a ressaltar como aspectos negativos da barragem a questão das indenizações dos bens da população e as novas condições de vida nos núcleos. Quanto às indenizações, ressalta-se frequentemente a ocorrência de inúmeras arbitrariedades. Os valores pagos pela CHESF eram estipulados não em função de critérios pré-estabelecidos mas resultaram da capacidade de resistência daqueles que estavam sendo indenizados e de suas relações mais ou menos harmoniosas com os funcionários da Companhia, o que teria provocado variações de até 1.000% no pagamento de bens equivalentes (Congresso Nacional, 1982).

A insuficiência dos valores pagos é outro argumento invocado recorrentemente. Segundo dados disponíveis o critério utilizado pela CHESF de indenizar benfeitorias e terra segundo seu valor venal não levou em consideração o processo inflacionário que sua presença na área havia provocado, o que inviabilizou a reposição de bens, uma vez que o preço de mercado estava defasado em relação aos preços na área (Duquê, 1984). É preciso assinalar que para a grande maioria da população rural a indenização incidiu apenas sobre as benfeitorias, pois somente 13,9% dispunha de títulos que comprovassem a propriedade da terra (Hidroservice, 1975: 36), considerados pela CHESF indispensáveis para efeito de indenização da terra.

As indenizações, que a população considera terem sido injustas e insuficientes (Barros, 1984) foram muitas vezes pagas antes do reassentamento, quando muitos já se encontravam impedidos de produzir mas ainda não realocados. Assim, as quantias recebidas além de não corresponderem ao valor do patrimônio perdido, acabavam sendo utilizadas pela população para assegurar sua manutenção no período que antecede a transferência, ou mesmo quando já instalada no núcleo mas ainda sem condições de extrair seu sustento da produção. Há evidências de que mesmo para manutenção foram insuficientes (fala-se em fome antes e depois da chegada aos núcleos), em virtude da alta geral dos preços dos gêneros alimentícios (Tallowitz, 1979), provocada pelo aumento da demanda em função dos contingentes de mão-de-obra atraídos para a área e também pela transformação em consumidores daqueles que anteriormente produziam para o auto-abastecimento e que agora estavam impossibilitados de plantar, fato este que, por sua vez, gerava a redução da oferta, pois, como já foi assinalado, a pequena produção também abastecia as cidades.

Nessas condições a população parece ter chegado aos núcleos já descapitalizada, pois as indenizações tendo sido utilizadas para o consumo não poderiam mais ser usadas para repor ainda que parcialmente o patrimônio, destinação que

supostamente deveriam ter tido. A respeito dos núcleos, contudo, poucos são os dados disponíveis, havendo apenas a descrição da CHESF, segundo a qual "o plano de implantação dos núcleos rurais abrangeu:

- . escolha do sítio para implantação do núcleo;
- . demarcação de parcelas dos núcleos (vilas) e glebas rurais, estas variando de 5 a 20 ha;
- . abastecimento de água para as construções e em algumas situações construção de barragens e poços tubulares;
- . construção de estradas e vias de acesso;
- . transporte dos pertences das famílias, inclusive material de demolição (alvenaria, telhas, madeira, cerca, portas, etc.);
- . pagamento de 70% do custo de construção de casa;
- . pagamento de 50% do custo de implantação de uma roça de 2 ha;
- . construção de prédios comunitários, tais como: escola, templo religioso, cemitério, mercado, Posto de Saúde, Agência de Correio e rede elétrica em substituição dos existentes" (CHESF, 1980: 13).

Essa descrição corresponde a um plano de intenções e não reflete as condições enfrentadas pela população ao se instalar nos núcleos, como se pode perceber a partir de outras indicações.

No que se refere às moradias, a CHESF, a partir de um critério que discriminava a população rural em relação à população urbana, comprometia-se apenas a arcar com 70% dos custos de construção da casa, quando para aquela oferecia indenização da casa, no caso dos mais favorecidos, ou arcava com a construção das habitações dos menos favorecidos (Barros, 1984). Embora segundo a CHESF a população rural preferisse ela mesma construir sua casa, não se pode deixar de assinalar que a aquiescência da companhia a este "desejo" da população representava a rigor uma economia de custos. Para a população, se a autoconstrução da casa era uma garan

tia contra mais uma intervenção do Estado sobre seu espaço, representava por outro lado o uso do tempo de trabalho da força de trabalho familiar para assegurar condições mínimas de alojamento em detrimento das atividades produtivas.

Além de ter de construir sua própria casa, a população que se desloca para os núcleos recebe glebas de terra não preparada, necessitando portanto de pesado investimento de trabalho em desmatamento e roçagem para se tornarem agricultáveis. Por ocasião do reassentamento, as formas de ajuda mútua tradicionalmente utilizadas pela população do Vale do São Francisco tanto para a construção de moradias quanto para a preparação das roças (Pierson, 1972, T. II: p. 488 e segs.) não puderam ser acionadas pelas famílias reassentadas nos núcleos, dada a concomitância do envolvimento de todos, tanto na fase de construção das casas, quanto na de preparação de suas roças, sem considerar por enquanto a ruptura dos laços de solidariedade provocada pelo deslocamento.

Ainda quanto às terras, ignora-se o critério de distribuição das glebas nos núcleos, mas sabe-se que não foi feita em função das necessidades da força de trabalho disponível em cada família, mas a partir da divisão da extensão da terra à disposição da CHESF pelo número de famílias a serem reassentadas, independentemente inclusive das novas condições que se colocavam em virtude da aridez dos solos (Barros, 1983: 49).

Assim, a descapitalização antecede a chegada ao núcleo, e tende a se tornar cumulativa em virtude das condições desfavoráveis referentes à moradia e à terra.

No entanto, mais do que qualquer outro bem, a perda da criação (bovinos, caprinos e suínos) no processo de transferência e por ocasião da instalação dos núcleos assinalada pelos autores (Sandroni, 1979 e Barros, 1984) parece ter sido um dos elementos mais ressentidos pela população, o que pode ser compreendido quando se sabe o papel que a criação desempenha como fundo de reserva e de acumulação para o camponato (Garcia Jr. e Heredia, 1971).

Como se pode perceber a partir dos dados disponíveis, as perdas dos pequenos rebanhos camponeses foram se sucedendo ao longo da trajetória que está sendo examinada. Há referências a inúmeros casos de animais afogados por ocasião do enchimento do lago por não ter sido possível retirá-los a tempo, dada a urgência imposta pela CHESF para "evacuar" a área. Outros tantos registros indicam perdas a meio caminho dos núcleos, os animais não suportando o deslocamento a que foram obrigados pois a CHESF na maioria das vezes não forneceu transporte. Segundo Tallowitz (1979), a população muitas vezes gastou parte significativa das suas indenizações no transporte particular de animais.

Para os pequenos produtores que conseguiram que sua criação sobrevivesse ao processo de transferência, os problemas não terminaram. A partir de então a questão que se colocou foi a da sua manutenção. As dificuldades incluíam tanto a obtenção de água, em virtude de sua poluição logo no início, após a formação do lago, e em virtude da distância entre as glebas e as fontes de água, como também a alimentação. As áreas reservadas nos núcleos para os pastos comunais foram em muitos casos rapidamente apropriadas e, não havendo produção das roças, não havia também os restos sempre utilizados pela população para a alimentação do rebanho na falta de pasto. Como consequência dessas dificuldades iniciais, boa parte dos animais morreram ou acabaram sendo vendidos (Sandroni, 1979: 12), não apenas pela impossibilidade de manutenção dos rebanhos, como também pela necessidade das famílias de fazer reverter para o consumo sua tradicional fonte de reserva e investimento.

A perda da criação pelas razões apontadas contribuiu não apenas para a descapitalização dos pequenos produtores, como subverteu, em função mesmo de sua importância para a reprodução camponesa, as formas tradicionais de previsão econômica. Se o Vale do São Francisco se assemelha a outras regiões do Nordeste, pode-se supor que os pequenos produtores se viram impossibilitados de ajudar os filhos a consti

tuírem patrimônio próprio por ocasião do casamento, viram inviabilizadas quaisquer pretensões de através da venda de animais ampliar os investimentos na agricultura e, no que se refere particularmente às mulheres, a perda da criação deve ter se refletido na deterioração dos equipamentos domésticos, cuja reposição freqüentemente é mediatizada pela venda da criação (12).

A descapitalização até aqui descrita agravou-se consideravelmente com as secas que vêm ocorrendo na região desde 1978 (Sandroni, 1979 e Jornal do Brasil, 07/08/1984), determinando sucessivas perdas de colheita e de animais, e com as enchentes de proporções inesperadas de 1979 e 1980. Tais cheias resultaram não apenas de fenômenos naturais mas de ausência de coordenação da operação das barragens de Três Marias (Minas Gerais) e Sobradinho (Congresso Nacional, 1982 e 1983). Dentro da lógica de maximização de energia, nem a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) esvaziou Três Marias nem a CHESF esvaziou Sobradinho, de forma a garantir um volume de espera capaz de neutralizar o aumento do volume de água. Como consequência, quando as águas liberadas por Três Marias chegaram a Sobradinho foi preciso retê-las, inundando a borda do lago, pois as cidades de Petrolina e Juazeiro, à jusante, estavam ameaçadas de serem submersas pelas águas, bem como todo o Baixo São Francisco. A decisão de inundar a borda do lago tomada pelos Ministros do Interior e das Minas e Energia revela não apenas o cuidado com as vidas à jusante como também as implicações catastróficas da absoluta priorização da energia e a imprevisão da CHESF e das outras subsidiárias da ELETROBRÁS. Em virtude da decisão tomada nos altos escalões do Governo, a população da borda foi duramente atingida e mais uma vez perdeu colheitas, animais e benfeitorias (Congresso Nacional, 1982 e 1983).

(12) Sobre a destinação social da criação no Brejo da Paraíba e na Zona da Mata de Pernambuco, ver particularmente Garcia Jr., 1983 a e b e Heredia, 1979.

No ano de 1984, de acordo com registros da imprensa, a população encontrava-se, mais uma vez às voltas com problemas relativos ao regime das águas do lago. Ao invés de cheia, assistia-se à depleção das águas do lago ampliando suas margens até 10 km em alguns pontos. Faltou água para os animais e tornou-se impossível captá-la através de tubulações e bombas para irrigar a agricultura, o que ocasionou nova perda de colheita (Jornal do Brasil, 07/08/1984).

A descapitalização cumulativa da população rural deslocada constitui-se no entanto no aspecto mais evidente dos efeitos imediatos da intervenção do Estado, o sintoma da situação de fragilidade em que a população foi colocada desde o primeiro momento. Mas, se se contrapõe a ação do Estado à análise realizada sobre as condições sociais anteriores e se se incorporam os dados sobre a situação atual, verifica-se que a intervenção do Estado produziu efeitos de muito mais longo prazo sobre a região.

8. ESTADO E MUDANÇA SOCIAL

A intervenção do Estado no Submédio São Francisco visando a construção de uma barragem a partir do pressuposto de priorização inquestionável da produção de energia hidrelétrica e o processo de reassentamento da população resultante dessa intervenção, desencadearam mudanças sociais profundas na região.

Ao intervir sobre o espaço físico para formar o lago, o Estado atingiu violentamente o espaço social, provocando uma desestruturação das relações sociais que a partir dele haviam se constituído. Tentar-se-á, a seguir, apontar as principais tendências da mudança social provocada pela intervenção do Estado, limitando-se no entanto a reflexão aos processos sociais que atingiram a população rural que se encontra na área do reservatório.

A) MUDANÇAS PROVOCADAS PELA INTERVENÇÃO NO CURSO DO RIO

A.1) A inviabilização da agricultura de vazante

A formação do reservatório de Sobradinho significou a supressão das terras de vazante, e portanto a expropriação da maior parte da população rural deslocada das principais terras de onde extraía a sua subsistência. Não foram atingidos apenas os "beiradeiros" que cultivavam nas ilhas e margens do São Francisco, como também os "caatingueiros" para os quais a vazante se constituía na principal alternativa para enfrentar estiagens prolongadas. Isso quer dizer que, mesmo que não tenham sido deslocados como o foram todos os "ribeirinhos", os "caatingueiros" foram também expropriados de condições sociais de produção.

Expropriada da vazante, a população que se encontra reassentada nos núcleos da borda tenta reproduzir sua antiga forma de cultivo, plantando nas terras descobertas na margem do lago abaixo da cota máxima do reservatório (392,5 m).

Mas esta vazante "artificial" deixada pelo lago é distinta da vazante natural do São Francisco, pois a subida das águas é decidida nos escritórios da CHESF dentro do princípio de maximização da energia da usina. As lavouras que porventura sejam destruídas pela subida do nível da água não são passíveis de indenização, por se tratar de um cultivo em terras localizadas abaixo da cota do reservatório. Mesmo enfrentando essas dificuldades, a população dos núcleos insiste em cultivar a "vazante" do lago pois esta ainda oferece melhores condições de plantio e remete a um saber da população acumulado ao longo de muitos anos. As terras dos lotes nos núcleos são terras secas de caatinga e que dependem da chuva para poderem ser trabalhadas. E sem chuvas, são necessários muitos investimentos, como irrigação, para os quais se encontra descapitalizada. Como afirma Sandroni (1979), a população dos núcleos se depara com novas condições de produção que requerem todo um trabalho de prepara-

ção da terra anteriormente não necessário nas plantações nos lameiros da vazante, cujas condições criadas pelas enchentes periódicas das águas do rio facilitavam o processo de trabalho (13).

Ainda segundo Sandroni, tudo leva a crer que o custo da atividade agrícola nas condições oferecidas pelos aluviões era relativamente baixo, se comparado aos investimentos necessários à produção nas terras da borda do lago. Com a barragem, a irrigação das terras dos núcleos passa a ser prática absolutamente necessária para o cultivo.

É dentro desse contexto que se pode compreender a insistência da população realocada em cultivar as terras abaixo da cota do lago. Assiste-se hoje a uma verdadeira corrida em busca dessas terras, as quais se tornam objeto de disputa e alvo de uma intensa grilagem. No passado, as terras da vazante do rio eram cercadas somente para impedir que os animais invadissem as plantações quando fossem beber água no rio. Além disso, o acesso às terras de vazante era regulado a partir da mediação do poder local. Atualmente, as formas tradicionais de controle das terras não mais são operantes, tendo a CHESF adotado o seguinte posicionamento quanto à sua utilização: "Desde 1980 a CHESF esclarece que as vazantes podem ser usadas, que a forma deve ser objeto de acertos entre trabalhadores, seus Sindicatos e autoridades municipais e estaduais e que a CHESF não se responsabiliza por eventuais danos em culturas abaixo de 392,50 m" (Maranhão, 1984).

A partir de dados do movimento sindical e daqueles fornecidos por Sandroni (1979) e Barros (1983), verifica-se que a apropriação dessas terras tem sido realizada de forma caótica e extremamente conflituosa. A vazante do lago vem sendo sistematicamente cercada, mas num sentido bastante diver-

(13) "As sementes eram, na medida em que a água ia baixando, introduzidas com um pedaço de pau ou com a mão, na terra 'líquida'" (Sandroni, 1979: 8).

so das antigas cercas de proteção contra o gado. Nas cercas de hoje, está em jogo muito mais a falta de regras que viabilizem o acesso às terras: os pequenos produtores brigam entre si e com os grandes fazendeiros para conseguir um lugar para seu cultivo, o qual é imediatamente delimitado para impedir não mais a invasão de animais, mas antes a de vizinhos e estranhos. Com isso pode-se ter uma dimensão de como a inviabilização da vazante a partir da intervenção do Estado no curso do rio repercutiu no conjunto das relações de solidariedade e vizinhança características dos antigos povoados.

A.2) Perda do "controle das águas"

A construção do lago de Sobradinho e a operação da barragem com fins exclusivos de produção de energia provocaram uma alteração no regime do rio, subvertendo todo o esquema de referências da percepção social da população ribeirinha. Tanto no que se refere ao calendário agrícola, quanto às atividades sociais, como por exemplo as festas profanas e religiosas (Silva, 1961), a população se orientava em função do regime do rio, a respeito do qual possuía um saber acumulado há gerações.

Na medida que as águas do lago sobem e descem de acordo com decisões técnicas, a população não apenas perde seu principal esquema de referências, como também as condições de prever como proceder diante do movimento das águas. Se no passado era possível avaliar antecipadamente as dimensões que assumiriam cheias e vazantes e a partir daí tomar as medidas necessárias (como deslocamento do povoado, em caso de cheia; e avanço do cultivo, em caso de vazante) hoje a população está totalmente subordinada a decisões tomadas sem levá-la em consideração. É essa situação que o movimento sindical parece indicar quando afirma em seus documentos que "os trabalhadores perderam o controle das águas".

A.3) A inviabilização da pesca tradicional

A atividade pesqueira sempre foi fundamental para a sobrevivência da população das margens e ilhas do São Francisco, que a ela recorria para complementar sua alimentação durante todo o ano. Em geral a pesca era praticada pelos filhos mais velhos de cada família, os quais utilizavam pequenas embarcações construídas conjuntamente por parentes e vizinhos. Nos períodos de vazante do rio, a pesca tornava-se abundante e era então praticada em maior escala por grande parte da população. Os peixes eram então salgados para melhor conservação e venda, constituindo-se assim em fonte de renda monetária que viabilizava a aquisição de bens de consumo que a população não produzia.

Com a construção da barragem as águas do lago se tornaram revoltas, a fazer ondas de até 5 metros de altura, o que tornou inviável a utilização das pequenas embarcações. Além disso, a própria distância dos lotes em relação ao reservatório inviabilizou a pesca como atividade que podia ser exercida a qualquer momento para complementar o orçamento familiar. A pesca hoje requer altos investimentos, e a ação do Estado tem sido no sentido de fortalecer a pesca em escala comercial, com a utilização de grandes barcos e frigoríficos para a conservação do peixe.

B) MUDANÇAS DECORRENTES DO REASSENTAMENTO DE POVOADOS

O reassentamento da população em núcleos obedeceu a uma deliberação da CHESF de congregar a população anteriormente dispersa (Congresso Nacional, 1982: 128). Esse reagrupamento fica claro quando se comparam dados relativos ao número de famílias que os antigos povoados da área alagada agregavam com os dados disponíveis sobre o número de famílias assentadas nos núcleos na borda do lago.

Assim, de acordo com o levantamento feito em Casa Nova (Duqué, 1980), na beira, onde a maior parte da população es

tava concentrada e onde estavam localizados os povoados maiores (se comparados com os da caatinga), mais da metade dos 118 povoados agrupavam menos de 10 famílias. Já os núcleos organizados pela CHESF têm sua composição variando, segundo dados da Companhia (CHESF, 1980), entre 42 (em Algodões, no município de Sento Sé) e 242 famílias (em Pau a Pique, no município de Casa Nova), agrupando em média mais de 70 famílias. A partir dessa contraposição de dados verifica-se que com o reassentamento da população em núcleos, processou-se a junção de povoados com características diversas. Este é o caso, por exemplo, da localidade de Bem Bom, no município de Casa Nova, na qual residiam antes da transferência 146 famílias (Duqué, 1980) e que hoje conta com 200 (CHESF, 1980), o que provavelmente resultou da aglutinação a Bem Bom de antigos povoados da área vizinha.

O agrupamento de povoados em núcleos não significa apenas um reagrupamento populacional. Mesmo que tenha sido feito obedecendo eventualmente a critérios sugeridos pela população, dele resultou um redimensionamento de unidades sociais preexistentes e uma alteração das relações entre elas, cujas implicações podem ser indicadas, com base no conhecimento que se dispõe sobre a região.

A junção de povoados em núcleos acarreta uma mudança nas relações sociais entre povoados. Essas relações estavam estreitamente vinculadas à descontinuidade espacial. O povoado era freqüentemente o lugar de referência da parentela que nele residia, situada espacialmente distante de outras parentelas, algumas vezes subgrupos de grandes grupos de parentes tradicionais na região (Pierson, 1972). As relações entre parentelas dependiam, portanto, da descontinuidade espacial de povoados, suprimida com o seu reagrupamento no núcleo.

O reagrupamento de diversos povoados nos núcleos significou também a supressão das antigas relações de vizinhança. Essas relações entre vizinhos no interior dos povoados eram anteriormente caracterizadas por regras de convivência e so-

lidariedade construídas ao longo do tempo entre famílias que se conheciam mutuamente, se sentiam pertencentes à mesma comunidade e se consideravam parentes. Assim, a proximidade da moradia correspondiam formas de relacionamento entre as famílias certamente distintas das que a repentina aproximação espacial de moradores de diferentes povoados pode proporcionar.

Com a junção de povoados em núcleos foram suprimidos os elementos que conferiam identidade ao povoado e que supunham um conjunto de relações sociais estabelecidas entre seus moradores: o nome do povoado, seu Santo Patrono, as festas religiosas promovidas pelos moradores, a venda que freqüentavam, os pastos e fontes d'água utilizados por todos, as organizações religiosas locais, as casas de farinha, etc. Esses elementos que singularizavam os povoados perdem espaço nos núcleos, mesmo naqueles casos em que os antigos vizinhos permanecem espacialmente próximos, uma vez que as ligações existentes entre povoados não foram preservadas e a necessária descontinuidade espacial foi suprimida. É pouco provável que o povoado, mesmo quando transformado numa espécie de bairro do núcleo mantenha sua identidade, delimitada por um Santo Patrono, um calendário de festas, etc. A escolha de um Santo Patrono, não é aleatória e tem um evidente sentido contrastivo. Povoados contíguos não têm o mesmo Santo Patrono. O calendário religioso de um povoado articula-se com o calendário religioso de outros povoados. Por outro lado, as atividades envolvendo vários povoados, quer sejam elas religiosas, econômicas, políticas ou outras, não reúnem indiferentemente quaisquer povoados.

Essa junção em núcleos de povoados anteriormente desconectados provavelmente está na raiz de alguns problemas sérios que afetam esses agrupamentos no momento atual e que podem atingir a coesão social da população reassentada. Assim, a prática da criação em comum nos fundos de fazendas e nas áreas de criatório em comum nos limites entre áreas agrícolas de duas ou mais comunidades confinantes não tem

conseguido evitar a privatização das terras destinadas nos núcleos aos pastos "em regime de uso comunitário" pelos próprios trabalhadores, que competem para aumentar o seu patrimônio familiar, uma vez que as regras que regulavam o acesso das diferentes comunidades aos "recursos naturais" perderam sua condição de vigência com a reorganização espacial promovida pela CHESF.

C) MUDANÇAS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DE UMA INFRA-ESTRUTURA NA REGIÃO

Com a construção da barragem de Sobradinho, os municípios que circundam o lago sofreram um processo de modernização que envolve a construção de rodovias pavimentadas e canais de irrigação; o fornecimento de energia elétrica; a instauração de uma rede bancária, etc. No passado, era o rio que servia de via de comunicação entre os povoados e cidades da região, eram poucos os bancos, e a irrigação estava pouco difundida, sendo utilizada apenas nas plantações de cebola há pouco tempo introduzida na área. A região hoje se encontra dotada de uma infra-estrutura que, por si só, aponta para uma mudança em sua economia.

Com relação à população rural da área pode-se afirmar que essa modernização promovida pelo Estado não chegou a beneficiá-la na medida que não teve como contrapartida uma política de defesa da população (que só o Estado poderia ter promovido), no que se refere à regularização da situação jurídica das terras (14) e a programas de irrigação voltados para o pequeno produtor reassentado na área. A partir da análise dos dados sobre a situação atual em Sobradinho é possível perceber que essa "modernização" não apenas exclui a população rural de seus benefícios como tem contribuído pa-

(14) A titulação das terras da área do reservatório tornadas devolutas após o fechamento do lago está a cargo do INTERBA (órgão vinculado ao Governo da Bahia), mas até agora pouco foi feito.

ra desestruturar ainda mais suas condições de produção.

Dotada de infra-estrutura, a região está hoje atraindo vários grupos de investidores de fora, os quais têm todo o interesse em se apropriar de grandes extensões de terras, o que geralmente é feito através de grilagem, pois grande parte das terras da região não está legalmente titulada. As organizações sindicais têm denunciado a grilagem generalizada que se desencadeou na região a partir da valorização das terras próximas ao reservatório, as quais estão sendo beneficiadas por grandes projetos governamentais de irrigação. Em vários municípios observam-se casos significativos de grilagem.

Em Pilão Arcado, "Antonio B. de Oliveira e o advogado William estão grilando terras em áreas desapropriadas pela CHESF para assentamento dos trabalhadores desalojados. Já houve casos de pressão e espancamento de trabalhadores" (CONTAG, 1979 a).

O caso de maior destaque no município de Sento Sé vem ocorrendo na área de Piçarrão, "onde foram griladas 18.000 ha de terras pelo antigo juiz" (CONTAG, 1984).

Na localidade de Riacho Grande, em Casa Nova, o projeto agroindustrial Camaragibe (de implantação do Proálcool), segundo as organizações sindicais, pretende ocupar 30 mil hectares de terras férteis, as quais são cultivadas para a produção de alimentos. Moram nesta área pretendida pela empresa 56 famílias. "Estas 351 pessoas não querem deixar esta terra de jeito nenhum, nem transferindo-se para outras áreas, nem vendendo. Já foram feitas muitas investidas e ameaças para que a área seja entregue à empresa" (CONTAG, 1980).

Em janeiro de 1981, o movimento sindical assinala que os pequenos agricultores de Riacho Grande "enfrentam uma das lutas de resistência travadas na região contra todo o tipo de violência" (CONTAG, 1981).

A ação de grilagem na região aparece associada à implementação de projetos governamentais (Proálcool, irrigação,

etc...), ou então à ação de fazendeiros da área que desejam expulsar posseiros de terras onde moram e trabalham há vários anos, sem título de propriedade. A ação de grilagem geralmente envolve, segundo documentos do movimento sindical, ações fraudulentas em cartório, as quais não excluem o recurso à violência para expulsar o posseiro da terra. A violência contra os pequenos produtores surge como uma constante nos casos de grilagem relatados, havendo até mesmo menção a mortes. Em Sento Sê, por exemplo, no dia 17/03/82, um trabalhador foi "barbaramente assassinado" (CONTAG, 1982).

Como resultado da grilagem, segundo o movimento sindical, milhares de famílias estão sendo expulsas de suas terras. A migração para outras regiões ou a venda da força de trabalho para as novas empresas instaladas na região aparecem freqüentemente como as únicas alternativas que restariam aos trabalhadores.

Essa situação de grilagem generalizada atinge diretamente os pequenos produtores da caatinga, os quais são em sua maioria posseiros. As áreas que tradicionalmente eram deixadas em disponibilidade para a utilização livre da população caatingueira, estão sendo griladas e cercadas. Quando não são expulsos de suas terras, os "caatingueiros" acabam por ficar isolados e sem condições de se reproduzir, pois perdem o livre acesso às pastagens e fontes de água, indispensáveis para viabilizar a produção e a própria vida nas terras secas da caatinga. É sugestivo que um dos principais problemas enfrentados hoje por essa população seja justamente a "falta de áreas livres para o criatório" (CONTAG, 1979a). Os trabalhadores estão lutando para a obtenção de áreas de criatório em comum, o que pode indicar uma tentativa da população para reconstituir suas antigas condições de produção.

9. A REESTRUTURAÇÃO DA VIDA SOCIAL

Nesta parte do trabalho procurou-se pensar os efeitos de Sobradinho enquanto mudanças sociais provocadas pela intervenção do Estado na área. Houve a preocupação de entender o caráter dessa intervenção, através de análise da lógica da atuação do Estado, dos conflitos em torno do destino da população e das condições sociais que viabilizaram a reação em prol de uma solução na borda do reservatório. Com base no conhecimento relativo à situação anterior e nos dados disponíveis sobre a situação atual, tentou-se apontar as principais tendências da mudança social.

Evidentemente trata-se de um conjunto de reflexões preliminares, a merecer maior aprofundamento, mas ainda assim original, se comparada a outras tentativas de avaliação de Sobradinho, na medida que revela a preocupação de pensar os efeitos a partir de um processo e de contrapor as iniciativas do Estado à estrutura social preexistente e à visão da população.

O desdobramento desta reflexão requer necessariamente o trabalho de campo. Só através de dados colhidos na área será possível avançar em relação ao que foi feito até aqui, tanto no que se refere ao reassentamento da população como no que se refere ao reordenamento das relações sociais.

Assim, só através da reconstituição de trajetórias de deslocados, mediante recurso a histórias de vida, será possível entender a lógica que presidiu as opções feitas pela população. Tal reconstituição permitirá ainda entender de que modo as posições sociais ocupadas anteriormente influem nas condições atuais dos realocados. A partir de indicações disponíveis a respeito da existência de diferenciação social no interior dos núcleos e entre os núcleos (Sandroni, 1979), interessa investigar o fundamento dessa diferenciação. É possível por exemplo que aqueles pequenos produtores melhor situados no passado tenham tido melhores condições para superar as dificuldades oriundas da descapitaliza

ção que acompanhou o processo de reassentamento e portanto retomar o processo de produção. Há algumas evidências em Barros (1983) de que aqueles que tinham uma roça fora do núcleo (talvez fossem "caatingueiros") atravessaram melhor o momento da instalação na borda. É importante assinalar que toda a literatura sobre a transferência da população e sobre o período pós-barragem tende a usar quase que exclusivamente a categoria "população rural" ou "pequenos produtores" ou "camponeses", esquecendo-se que no interior dessas categorias usadas como sinônimos havia a diversidade social. Trata-se no entanto de recuperar o significado dessa diversidade.

No que se refere ao reordenamento das relações sociais, cabe ressaltar que mesmo tendo havido uma desestruturação das relações sociais e das condições de produção tradicionais, necessariamente deve estar ocorrendo na região uma reestruturação social, a respeito da qual se dispõe de algumas evidências.

No que se refere às condições atuais de produção, há indicações de que tanto na borda do lago como na caatinga, em virtude das mudanças já assinaladas, torna-se necessário o uso de insumos agrícolas e de irrigação, o que, por sua vez, impõe uma nova relação dos pequenos produtores com o mercado. Se antes recorriam ao mercado para se auto-abastecer e para escoar sua produção, hoje devem também recorrer ao mercado para a aquisição de insumos. O alto preço desses meios de produção por outro lado pressupõe financiamento e portanto relação com bancos. É significativo que nos documentos do movimento sindical tanto insumos como financiamento apareçam como reivindicações dos trabalhadores.

Por outro lado sabe-se que nem todos conseguem produzir sob novas condições e que aqueles que vêm inviabilizados seus esforços produtivos acabam por vender a terra ou arrendá-la e tornam-se assalariados ou dos compradores/arrendatários de suas terras ou nos grandes projetos agropecuários (Sandroni, 1979 e Duqué, 1984). Pode-se supor que o as

salariamento, antes praticamente restrito às fazendas de cebola, como foi dito, tenha se acentuado na área. Mas tanto o assalariamento, como a nova relação com o mercado e com os bancos são questões que só podem ser verificadas na própria área. Em todo material disponível não foram encontradas referências à comercialização atual dos produtos agrícolas. No passado sabemos que ela se processava nas feiras, através de venda direta, nos povoados e nas cidades, através de vendas e casas comerciais, e também através dos barqueiros. Com o lago, os barqueiros que já estavam em decadência (Hidroservice, 1975) certamente desapareceram. Em relação às outras formas é difícil supor que se tenham mantido intactas, dada a alteração tão profunda ocorrida na região.

Quanto à irrigação, sabe-se que ela é hoje uma reivindicação dos pequenos produtores, via suas entidades sindicais. O que se discute é a extensão aos "pequenos" do benefício que o Governo está assegurando aos "grandes". Assim, propõe-se revisão dos critérios dos projetos de colonização e irrigação por fora dos projetos da CODEVASF.

Tanto a irrigação como o financiamento são demandas novas para essa população que indicam certamente uma tentativa de exigir do Estado meios para superar a situação criada pelo Estado, o que permite relativizar generalizações como as feitas por Scudder (1973) a respeito do apego à tradição e recusa à inovação.

A existência dessas demandas, como outras relativas a saneamento, água, saúde e educação, que aparecem em documentos de entidades sindicais, permite que se coloque a questão do surgimento de novos mediadores na região, notadamente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia e a CONTAG, bem como a Diocese de Juazeiro, que parece congregar setores tidos como mais "progressistas" no interior da Igreja Católica. Esses mediadores de natureza diferente (os Sindicatos enquanto entidades representativas e a Igreja enquan

to instituição religiosa) vêm desempenhando um papel importante na organização da população rural e no encaminhamento de suas lutas, contribuindo para a constituição de novas identidades sociais. Pelo que representam de novo mereciam ser objeto de uma análise mais detida.

A presença do Estado na área é uma questão que também mereceria uma análise mais detida. Se anteriormente a relação do Estado com a população era mediatizada pela elite local, hoje o Estado se faz representar diretamente através da CHESF, da CODEVASF, da SUDEPE, e, mais recentemente, da SEPLANTEC (Órgão do Governo do Estado da Bahia). A elite local certamente perdeu algumas das bases sobre as quais se assentava o seu poder (o controle das terras de vazante e a mediação com o Estado) mas ainda é uma força política na região e em algumas oportunidades entrou em conflito com o Estado (tanto na construção da barragem, quanto por ocasião das cheias de 1979 e 1980).

A partir dessas evidências seria necessária uma investigação sistemática para poder qualificar as novas redes de relações sociais que emergem a partir das transformações ocorridas na região. Só então será possível ampliar o quadro da análise sobre os efeitos sociais de intervenção do Estado para a população camponesa, objeto deste trabalho.

IIª PARTE: O CASO MACHADINHO

1. DADOS GERAIS DO PROJETO

A barragem de Machadinho deverá ser construída na confluência dos rios Pelotas (a 22 km de sua foz) e Apuaê, entre os estados do Rio Grande do Sul (município de Marcelino Ramos) e Santa Catarina (município de Piratuba) pela Centrais Elétricas Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL, subsidiária da ELETROBRÁS a qual se encontra subordinada ao Ministério das Minas e Energia. A decisão de construir Machadinho foi tomada no interior do Ministério das Minas e Energia, por sugestão da ELETROSUL, em 1982 durante o Governo do Presidente João Figueiredo.

A barragem de Machadinho é a primeira de uma série de 22 usinas hidrelétricas a serem implantadas na bacia do rio Uruguai, pela ELETROSUL com os objetivos de assegurar uma reserva de energia elétrica para o país; estabelecer a interligação entre os sistemas de energia a nível nacional, principalmente com os da Região Sudeste; e concretizar o aproveitamento energético de uma bacia a custos inferiores à média nacional (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1983a). Além dessas 22 barragens, estão previstas a construção de outras 3 usinas, no trecho internacional do rio Uruguai, com execução a cargo da ELETROBRÁS em convênio com o governo argentino (ELETROSUL, 1979a). Dentre as barragens do trecho nacional, existem 7 prioritárias a saber, pela ordem de implantação: Machadinho, Itá, Campos Novos, Barra Grande, Iraí, Itapiranga.

O canteiro de obras de Machadinho foi instalado no município de Marcelino Ramos, no ano de 1982 estando o início da obra principal previsto para 1986 e seu funcionamento para 1992 (ELETROSUL, 1983: 5). Com a construção da barragem serão inundados 23.400 ha de terra atingindo parcialmente 16 municípios, dos quais Barracão, Esmeralda, Guaramá, Getúlio Vargas, Machadinho, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, São José do Ouro e Viadutos estão situados no estado do Rio Grande do Sul e Anita Garibaldi,

baldi, Campos Novos, Capinzal e Piratuba no estado de Santa Catarina. A formação do reservatório com 270 km² (ELETROSUL, 1980b: 4) implicará na inundação do distrito de Carlos Gomes (município de Viadutos) e de cerca de 40 povoados e no deslocamento de 11.200 pessoas (ELETROSUL, 1980b: 38). Também será atingido o Posto Indígena Ligeiro (município de Tapejara), habitado pelos Kaingang (Grupo Gê), que deverão perder 188 ha de sua reserva a qual totaliza 4.551 ha (UFSC/ELETROSUL/FUNAI, 1980: 108).

A região afetada é a de mais alta densidade populacional rural do estado do Rio Grande do Sul com uma média de 31 hab/km da "área de colônia" (cerca de 21.800 km² dos 23.400 ha atingidos). A população é constituída em sua maioria (70%) por pequenos produtores localmente denominados de "agricultores" e/ou "colonos". As principais atividades econômicas da região são a agricultura (predominando as culturas de soja e milho), a suinocultura e a avicultura (ELETROSUL, 1980b: 13-14), desenvolvidas em pequenas propriedades (20 a 30 ha) com base no trabalho familiar (ELETROSUL, 1983: 15).

2. CRONOLOGIA DOS FATOS RELATIVOS À BARRAGEM DE MACHADINHO: 1966-1984

1966/1969:

O Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL) encomenda levantamento dos recursos energéticos dos estados do Sul à empresa norte-americana Canambra Engineering/Consultants Limited. Desse levantamento resulta um trabalho intitulado *Power Study of South Brazil*, publicado em setembro de 1969, no qual estão inventariados os aproveitamentos possíveis acima de 10 MW (ELETROSUL, 1979a: 6-9).

1968:

Criação das Centrais Elétricas Sul do Brasil S.A. (ELE

TROSUL), subsidiária da ELETROBRÁS e subordinada ao Ministério das Minas e Energia.

1973/1974:

O consórcio Hidroservice-Hidroned elabora um Estudo de Inventário do trecho internacional da Bacia do Rio Uruguai, na divisa entre Brasil e Argentina, por encomenda da ELETROBRÁS (ELETROSUL, 1979a: 6-9).

1976:

A ELETROSUL solicita autorização ao Ministério das Minas e Energia para a realização de estudos de aproveitamento energético da Bacia do Rio Uruguai por considerar que "diante das perspectivas de crescimento acelerado de seu mercado e da possibilidade cada vez maior de intercâmbio da energia elétrica com a região sudeste", bem como do fato do aproveitamento do potencial energético do rio Iguaçu já estar totalmente esquematizado torna-se necessário voltar as atenções para a Bacia do Rio Uruguai "enquanto último bloco de energia hidráulica disponível na região sul" (ELETROSUL, 1979a: 3 e 6; 1983: 1).

1977:

O Ministério das Minas e Energia autoriza a realização dos estudos pela ELETROSUL, no mês de março (ELETROSUL, 1983: 1).

Entre os meses de março a julho a ELETROSUL escolhe, através de licitação, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) para realização dos estudos, e estabelece convênios com o IBGE, Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE/RS), Governo do Estado de Santa Catarina, Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), INCRA, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), NUCLEBRÁS e outras instituições, visando levantamento de mais longa duração.

1979:

No mês de outubro a ELETROSUL publica o Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai, realizado pelo CNEC e financiado pela ELETROBRÁS, FINEP e BRDES (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul). Deste estudo constam a atualização dos critérios de dimensionamento energético do levantamento ENERSUL/CANAMBRA (1966/1969), seleção de alternativas com otimização dos recursos hídricos e custos competitivos e seleção de aproveitamentos interessantes para posteriores estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira. Neste momento as justificativas para a realização do inventário são as mesmas já invocadas em 1976, acrescidas de argumentos relativos aos aumentos dos custos da energia termelétrica. No estudo de inventário são programadas 22 usinas para o aproveitamento da Bacia do Rio Uruguai, das quais sete seriam prioritárias, a primeira delas sendo Machadinho, e a segunda Itá.

No mês de novembro, a ELETROSUL publica o estudo realizado pelo CNEC sobre a viabilidade de duas centrais: Itá e Machadinho (ELETROSUL, 1979b).

No mês de dezembro, representantes da Comissão Pastoral da Terra, líderes sindicais de trabalhadores rurais e agricultores realizam uma reunião em Chapecó (SC) para discutir as futuras barragens de Itá e Machadinho. Dessa reunião resulta a criação da Comissão de Barragens com o objetivo de enfrentar o que se considera "um problema" (CRAB, 1980).

1980:

No mês de fevereiro, a Comissão de Barragens promove uma reunião em Piratuba (SC) para discutir as indenizações do canteiro de obras de Machadinho. Nessa reunião é escolhida uma comissão para manter contato com a ELETROSUL, que nesse momento já possui um escritório em Erechim, cidade mais importante próxima à área para onde está prevista a construção da barragem de Machadinho (CRAB, 1980).

Em março a Comissão de Barragens promove um Encontro

de Atingidos, na cidade de Concórdia (SC). Neste encontro segundo documento publicado pela Comissão de Barragens intitulado "Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre Barragens", o projeto de construção de barragens é questionado, a partir de um conjunto de objeções. No texto coloca-se em dúvida a utilidade de novas centrais, questiona-se o próprio modo como o projeto foi elaborado, sem consulta aos interessados, e chama-se a atenção para os direitos da população residente na região. Após indagar a respeito de qual destino será dado aos habitantes da área, os "atingidos" formulam a reivindicação de "terra por terra", isto é, rejeitam indenização em dinheiro, e exigem que sejam ouvidos pela ELETROSUL e que as soluções sejam "comunitárias". O Manifesto contendo essas exigências foi assinado por mais de 270 "agricultores" e por entidades como PT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (RS e SC) e Comissão de Justiça e Paz de Santa Catarina (CRAB, 1980).

Em julho, o Presidente da ELETROSUL declara através da imprensa que a empresa "leva em conta o pagamento de um preço justo pela terra e o reassentamento da família na própria região ou em áreas onde existam projetos de colonização" (*Zero Hora*, 2/7/80). A afirmação do Presidente da empresa confirma o temor existente entre os "atingidos", uma população composta em sua grande maioria por pequenos produtores (70%), de que existe a intenção de tirá-los do sul e "mandá-los para milhares de quilômetros de distância", possivelmente para o Mato Grosso, onde seriam instalados projetos de colonização.

Em agosto, a Comissão se reúne em Marcelino Ramos, para avaliar suas atividades em vários municípios — Piratuba, Sananduva, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Aratiba, Concórdia, Severino de Almeida e Itá. Neste reunião decide ampliar a organização através da criação de Comissões Locais. A partir de então a Comissão passa a se chamar Comissão Regional (CRAB, 1980).

Ainda neste ano, a ELETROSUL publica outro trabalho do

CNEC, intitulado *UHE Machadinho - Estudo de Viabilidade*. Nele, a única referência à indenização diz respeito às terras indígenas do Posto Indígena Ligeiro (RS).

Em outubro, a ELETROSUL publica *UHE Machadinho - Estudo de Viabilidade: Estudos sócio-econômicos. Situação e Análise das Repercussões da Formação do Reservatório*. Esse trabalho aborda as definições de "impacto", cita dificuldades já encontradas com a população da região de Itá, desde a fase de estudos, e, no final do texto, no item referente à recomendação para se definir diretrizes de reassentamento e realocação afirma:

- " - conhecer as expectativas, as aspirações e reivindicações da população atingida;
- identificar a disponibilidade e adequação de áreas para relocação de Carlos Gomes e, eventualmente de outras comunidades rurais;
- aprofundar os estudos referentes às perspectivas de aproveitamento racional das áreas remanescentes de propriedades atingidas pelo alagamento, especialmente na área de Colônia, levando em consideração o fator "capacidade de sustento familiar";
- confirmar a disponibilidade e a adequação de terras na região sul, para reassentamento da população rural, já afirmada em depoimentos registrados, de autoridades e líderes de opinião, durante a pesquisa exploratória;
- conhecer experiências de reassentamento e relocação, procurando identificar a influência das características regionais no sucesso ou fracasso do empreendimento" (ELETROSUL/CNEC, 1980b: 58).

Em novembro, a ELETROSUL informa, através de um de seus técnicos, a "líderes regionais" reunidos na Cidade de Passo Fundo, que o Projeto Básico de Machadinho será realizado no ano de 1981 sem previsão certa para o início das obras. Quanto às indenizações, segundo notícia da imprensa, "serão para todos, não há motivos para insegurança, mas estas só serão definidas nas fases posteriores de estudo" (*Zero Hora*,

5/11/80).

1981:

No mês de janeiro a Comissão Regional consolida sua estrutura que é composta por uma coordenação integrada pelas seguintes entidades: Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Marcelino Ramos, Aratiba e Maximiliano de Almeida (RS), Itá e Piratuba (SC), Diocese de Chapecó (SC), Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a função de promover a discussão do "problema das barragens", acompanhar os "atingidos" durante a construção, realizar uma análise científica das consequências e soluções das barragens, subsidiar os agricultores com informações para que possam se defender e servir de ponto de apoio para os agricultores e demais "atingidos". As Comissões Locais têm a mesma função junto às "bases" (CRAB, 1981a).

Em fevereiro, os prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) realizam uma reunião extraordinária para definir a agenda para um encontro com o presidente da ELETROSUL. Esse encontro ocorreu no mesmo mês e nele os Prefeitos obtiveram garantias da ELETROSUL a respeito da cota da Barragem de Machadinho, sobre o prazo da construção de Itá, sobre o prazo para as colheitas, sobre as indenizações e sobre a reposição das instalações e infra-estrutura municipais a serem atingidas (*Voz da Serra*, 19/02/81).

Em maio, uma comissão de nove Prefeitos do Alto Uruguai se reúne com representantes da ELETROSUL e encaminha por escrito um questionário para saber como a empresa vai resolver "os problemas que já estão aparecendo e ainda vão aparecer com a construção das barragens na região"... "Com o passar do tempo e a não manifestação da ELETROSUL, aumentam as expectativas junto aos preocupados agricultores" declarou nessa oportunidade à imprensa o Prefeito de Marcelino Ramos (*Voz da Serra*, 19/05/81).

No mesmo mês a ELETROSUL responde aos Prefeitos e libe

ra um documento intitulado "*Política Geral de Desapropriação*" (ELETROSUL, 1981) no qual explicita os princípios que deverão nortear a "liberação das áreas". Neste documento, resumidamente é dito que: as terras situadas dentro da cota do reservatório serão adquiridas pela empresa desde que exista documento comprobatório de propriedade; a empresa estabelecerá convênio com o Governo dos Estados (RS e SC) e o INCRA para resolver a situação de posseiros; ao expropriado será dada a opção de incorporar-se ou não ao plano de reassentamento; o levantamento das benfeitorias e culturas será feito em presença do proprietário e os valores serão apurados segundo tabela da ELETROSUL; a negociação sobre valores não poderá exceder o que foi aprovado na avaliação; as indenizações serão pagas de acordo com as conveniências da empresa; uma vez paga a indenização a empresa considerará o imóvel livre; em caso de divergência e esgotadas as possibilidades de indenizações, a ELETROBRÁS recorrerá à Justiça para desapropriar o imóvel; quando os imóveis tiverem sido liberados se procederá ao enchimento do reservatório, a população devendo ser avisada com seis meses de antecedência. Na parte relativa a reassentamento, a ELETROSUL não é tão afirmativa quanto no que se refere a seus procedimentos para "liberação da área". Aí, após afirmar que os planos devem atender "aos anseios da população, dentro do quadro da legislação vigente" indica que os planos ainda serão elaborados, em convênio com o INCRA e com os Governos dos Estados. Neste momento a empresa não sabe ainda se reassentará no Município, no Estado ou em outros Estados (p. 8). No entanto admite ouvir a população e até mesmo a realização de um plebiscito sobre assuntos que interessem à população (p. 9). A respeito dos bens comunitários da área rural (igrejas, escolas e salões comunitários) a referência da documentação é de que sua realocação será estudada com os moradores. As únicas afirmações definitivas dessa parte consistem na informação de que o "expropriado" deve definir-se em relação ao plano até 2 anos antes do fechamento do reservatório (p. 9)

e de que as estradas atingidas serão reconstruídas (p. 10) (ELETROSUL, 1981).

Em junho o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viadutos divulga um documento relatando reuniões de agricultores realizadas em 10 localidades do município. Neste documento surgem as seguintes reivindicações: - terras para reassentamento no Estado; - não permitir o início das obras antes de conhecer o destino dos atingidos e acertar o valor da indenização; - que sejam indenizadas todas as propriedades, inclusive as áreas remanescentes, construções, redes elétricas, pomares; - a maioria dos agricultores concorda em trocar terra por terra no Estado; - que os "recambiados" recebem ajuda de custo para recompensar os prejuízos com mudanças para locais estranhos (com valor a ser fixado pelas comissões); os agricultores exigem terras para posseiros, arrendatários, ocupantes da área da União, do Estado, parceiros, etc.; - que a lei que serve para desapropriar atingidos seja aplicada também para desapropriar grandes latifúndios no Estado; - a "população urbana" do distrito de Carlos Gomes solicita que seja baixada a cota da barragem para que não atinja a vila; - "algumas localidades gostariam de iniciar movimento para impedir a construção das barragens". O documento é assinado por representantes das 10 "comunidades" (STR Viadutos, 1981).

Em julho a Igreja Luterana, segundo a imprensa estadual, realizou, em Erechim, seu Encontro Nacional de Pastores Distritais da IECLB, no qual "os pastores debateram basicamente dois temas: ecologia, com destaque especial para a construção de barragens na Bacia do Rio Uruguai e a questão dos "sem-terra". No encerramento deste Encontro, foi divulgada uma "carta aberta à população sobre estes temas", numa linguagem muito próxima ao "Manifesto de Concórdia" (cf. CRAB, 1980). Conforme esta carta, o "uso da tecnologia como instrumental dos poderosos nos força a questionar a validade e o sentido da construção das barragens, tanto para o povo diretamente atingido como para a nação em geral. No exemplo, vemos que mais uma vez o preço do progresso e do de

envolvimento ocorre às custas dos pequenos e indefesos, resultando na concentração de riqueza e poder na mão de poucos. Constatando que a característica do modelo político e econômico vigente é o de grandes obras (Itaipu, Usinas Nucleares, e outras) apontamos para os males ecológicos e sociais que os mesmos provocam: destruição das terras férteis, e, principalmente, a desconsideração com a pessoa humana, suas raízes históricas, culturais e sociais. Por isso, pleiteamos por uma democratização da tecnologia e dos benefícios que a mesma pode trazer para a humanidade". A seguir dá como exemplo de "despreocupação com a população atingida" o fato de "apenas oito a dez por cento do total orçado para a construção das barragens de Machadinho e Itá (...) serem previstos para a desapropriação de terras" e faz outras considerações sobre barragens e "sem terra" (*Zero Hora*, 31/07/81).

Em agosto, 17 STRs e mais de 300 agricultores representando seus municípios ("área atingida"), se reúnem em Assembleia, na cidade de Marcelino Ramos (RS) e elaboram um documento no qual são apresentados os posicionamentos e reivindicações dos "atingidos".

1. Exigir a demarcação das áreas atingidas de imediato;
2. Impedir o início das obras antes de definir os critérios;
3. Com relação à terra - duas alternativas:
 - a) Terra por terra - condições:
 - a.1) no Estado (ou, ao menos, no Estado vizinho) e com igual qualidade e tamanho;
 - a.2) em grupo e/ou intermediado pelas Comissões e expropriados e/ou Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
 - b) Indenização em dinheiro - condições:
 - b.1) preço justo, no mínimo igual ao do mercado do dia;
 - b.2) pagamento no máximo, 15 dias após o acordo;
 - b.3) contrato coletivo fiscalizado pelos Sindicatos e Comissões;

- b.4) contrato simultâneo: com terra e as benfeitorias;
- b.5) permanência na propriedade até o alagamento;
- b.6) o proprietário decidirá se quer a indenização to

tal em caso de ser atingido parcialmente.

4. Com relação às benfeitorias:

- 4.1) avaliação feita da construção civil na ocasião da indenização, com fiscalização e avaliação dos sindicatos (STRs), Comissões dos expropriados e entidades que apóiam;
- 4.2) indenização em conjunto com a terra e numa só época;
- 4.3) intermediação das Comissões dos expropriados e/ou Sindicatos (STRs);
- 4.4) indenizar redes elétricas e estradas para os colonos;
- 4.5) direito de cada um remover todas as benfeitorias;
- 4.6) infra-estrutura no reassentamento por conta da ELETROSUL.

5. Com relação aos que não possuem terra (posseiros, arrendatários, peões, parceiros, índios, etc.):

- 5.1) direito de serem reassentados em terras do Sul, com terra financiada e assistência técnica;
- 5.2) infra-estrutura por conta da ELETROSUL;
- 5.3) indenização das benfeitorias.

6. Com relação ao jeito de negociar:

- 6.1) acordos coletivos (somente em grupo) com intermediação das Comissões dos expropriados e/ou Sindicatos (STRs);
- 6.2) fiscalização e assessoria de outras entidades, como: Igrejas, Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Justiça e Paz (RS, SC), FAPES, CPTs (RS e SC), Cooperativas, etc.

7. Permanência na propriedade:

- 7.1) ficar na terra até o alagamento;
- 7.2) desapropriação com acordo antes do início da obra.

8. Com relação aos estragos anteriores às obras:

- 8.1) impedir a entrada na propriedade e procurar o Sindi

cato ou Comissão para tentar o acordo;

- 8.2) indenizar todos os estragos antes do início das obras" (CRAB, 1981b).

Este documento passa a ser amplamente divulgado pela CRAB em reuniões realizadas nas localidades dos municípios atingidos, nos encontros regionais e inter-estaduais, na imprensa, em seminários, em reuniões nas Igrejas, como uma espécie de *plataforma* dos "atingidos".

Em setembro começa a circular uma publicação da Comissão Regional de Barragens intitulada "*A Enchente do Uruguai*" com periodicidade irregular, porém com publicação constante até dezembro de 1984 (CRAB, 1981c).

Ainda neste mesmo mês o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e o Presidente do STR de Marcelino Ramos depõem na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre a questão das barragens. Em seus depoimentos, expressam a inquietação dos agricultores diante do "silêncio" da ELETROSUL e manifestam "a preocupação maior (...) quanto à possibilidade de terem de deixar o Rio Grande do Sul e irem para zonas desconhecidas e distantes de seus parentes e amigos" (*Zero Hora*, s.d. 1981).

Em novembro, a ELETROSUL envia uma correspondência à Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda. (COTREL), esclarecendo sobre o Programa de Implantação das Barragens na Bacia do Rio Uruguai e da UHE Machadinho e expõe as idéias de reassentamento já expressas no documento *Política Geral de Desapropriação* (COTREL, 1981).

Neste mesmo mês o presidente da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente), através de entrevista à imprensa, condenava os "projetos faraônicos" das barragens e enfatizava a possibilidade de um "desastre ecológico", de transferência de "tecnologias superadas nos países vendedores" e o fato de estas barragens beneficiarem apenas "grandes proprietários" e provocarem conflitos sociais como consequência do "sistema tecnocrático" (*Zero Hora*, 28/10/81).

Em dezembro o Ministério das Minas e Energia aprova a *Revisão do Estudo de Viabilidade da UHE Machadinho* (na alternativa atual, à jusante do rio) com publicação no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1981 (ELETROSUL, 1983: 4).

1982:

Logo no início do ano (04 de janeiro) a imprensa de Porto Alegre referindo-se à resposta da ELETROSUL à COTREL observa que a "manifestação das lideranças e dos próprios agricultores a serem atingidos pelas barragens parece já estar provocando nos responsáveis pelas obras a consciência de pensarem de modo diferente de como vinha acontecendo e de como já ocorreu, com as demais barragens projetadas e idealizadas". Conforme o presidente da COTREL teria declarado à imprensa por ocasião do recebimento da resposta da ELETROSUL, isto representaria "tranquilidade porque o associado poderá obter pela aquisição de uma área idêntica àquela que ele tem na própria região do Alto Uruguai, ou então receber em dinheiro o total de sua desapropriação". E se "a ELETROSUL cumprir com o documento por ela própria firmado, através de seu presidente (...) nós estamos mais tranquilos quanto aos problemas a serem causados no Alto Uruguai..." (*Zero Hora*, 04/01/82).

Em 06 de janeiro, o Presidente da República autoriza a construção da UHE de Machadinho, através do decreto 86812/82 (ELETROSUL/CNEC, 1983).

O Presidente da ELETROSUL, em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, de 20 de janeiro, procura tranquilizar a população a respeito das desapropriações afirmando que a preocupação "é de deslocar os proprietários das terras atingidas pelas águas dentro do próprio município ou região, sempre que possível, e só em último caso deslocá-los para fora do Estado. Quando se tornar absolutamente necessário o deslocamento para outras regiões, procuraremos manter os colonos com suas características de proprietários rurais. Tratando-

-se de proprietários urbanos, a desapropriação será feita em dinheiro" (*Correio do Povo*, 20/01/82). A Comissão Regional encaminha um documento à ELETROSUL no mês de março, contendo 28 questões de esclarecimento sobre a situação dos agricultores atingidos pela construção das barragens (CRAB, 1982a).

Em abril realiza-se um encontro entre técnicos da ELETROSUL e dirigentes dos STRs da área de Machadinho, além de representantes de agricultores atingidos e a CRAB, na cidade de Viadutos. Foram formuladas vinte e oito perguntas, sendo que a primeira delas foi: "Demarcação da Bacia Aquática da Barragem de Machadinho: quando se realizará?" e a segunda: "Quando será iniciada a obra de construção da Barragem de Machadinho?". O restante do questionário girou em torno de problemas de reassentamento ou de existência ou não de planos para tanto, indenizações, condições, prazos, etc. Quanto a estas duas questões, os representantes da ELETROSUL responderam através de aproximações, uma vez que a resposta exata requereria maior prazo. Quanto à demarcação, a empresa pretende "realizá-la até 1985, quando no início da desapropriação". Na tentativa de tranquilizar os agricultores, os técnicos da empresa argumentaram que a ELETROSUL "é uma empresa do Grupo Eletrobrás (...) é uma empresa estatal, empresa que pertence ao povo: é uma empresa pública. Por isso não poderia de maneira alguma trazer problemas e prejuízos aos senhores" (CRAB/STRs, 1982b).

Em início de maio, a ELETROSUL desapropria 15 propriedades (colônias) para a formação do canteiro de obras (*Zero Hora*, 17/05/81). Posteriormente a CRAB avaliaria a desapropriação da seguinte forma:

- "Como saldo positivo dessa primeira luta, verificou-se a união dos atingidos não fazendo o acordo individualmente. Eles se organizaram, estudaram as propostas em conjunto, reivindicaram e conseguiram comprar outra terra e continuam na agricultura".

- "O saldo negativo foi o pessoal atingido não exigir

Terra por Terra como foi decidido no Encontro de Marcelino Ramos em agosto de 1980". E termina o relato perguntando: "Será que todos os demais atingidos encontrarão terra para comprar na região? Não é hora de pensar mais firme na necessidade de exigir *Terra por Terra*? Pelo menos é essa a lição que se tira dessa primeira batalha" (CRAB, 1982f).

Em maio a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura promove em Brasília um *Encontro Nacional sobre Barragens*, com a participação de representantes de trabalhadores rurais de todas as áreas onde estão sendo ou foram recentemente construídas hidrelétricas. No relatório de Machado constam como tarefas da Comissão:

- "levantamento de áreas atingidas e benfeitorias; estabelecimento de critérios de indenização; campanha de documentação (90 a 95% das propriedades já são escrituradas); publicações específicas; comissão para organizar fundos; (...) encontros, seminários, reuniões; (...) já conseguiram o mapa com parte das indicações" (das áreas a serem alagadas);

- "a posição é de ninguém negociar individualmente, nem sem a Comissão presente; (...) a posição terra por terra ficou a critério dos atingidos";

- "Em encontro acontecido em Marcelino Ramos os agricultores reivindicam reassentamento no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina. Nos casos em que a fertilidade do solo não for igual deve haver compensação com área maior ou com correção da indenização. A nova terra deve contar com infraestrutura, inclusive com serviço médico completo" (CONTAG, 1982a: 19).

Do lado da ELETROSUL, no mês de setembro, conforme a imprensa, foi estabelecido que não "será construído qualquer tipo de barragem para fins de utilização hidrelétrica, no Rio Grande do Sul, que venha provocar alagamento de terras, sem antes ser resolvido o problema de assentamento dos agricultores. Esse compromisso formal foi comunicado ao Governador Amaral de Souza, pelo presidente da ELETROBRÁS, General Costa Cavalcanti, que respondeu a uma solicitação do

chefe do Executivo Estadual a respeito. Desta maneira, os agricultores do Alto Uruguai podem ficar tranquilos, porque nem a ELETROBRÁS nem a ELETROSUL irão executar tais obras sem resolver antes o problema social, evitando desta maneira que aconteça o que se verificou com os colonos da Barragem do Passo Real (...). Em função desta garantia o Governador ressaltou (...) que os atuais movimentos sobre o problema de alagamento 'não têm razão de ser já que o Governador está consciente do problema e de sua responsabilidade'" (Zero Hora, 29/09/82).

Ainda em setembro a Comissão Regional de Barragens se reúne, tendo como pauta a programação do Encontro Interestadual de Barragens e a preparação da Romaria da Terra (CRAB, 1982d).

Nos dias 19, 20 e 21 de outubro é realizado em Erechim o *Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens*, promovido pela CRAB, FETAG-RS, FETAESC e Dioceses, com representantes das "lideranças sindicais, agentes de Pastoral, atingidos por barragens nos cinco estados do Sul (SP, MS, PR, SC e RS) representando trinta e seis municípios afetados diretamente". O documento que divulga o Encontro revela o "repúdio ao governo" pela falta de planos de reassentamento; a "surpresa" da construção de hidrelétricas em um "país com profunda crise econômica"; e o repúdio à perseguição às lideranças. Assinam o documento "Trabalhadores Atingidos pelas Barragens de Porto Primavera, Ilha Grande, Itaipu, Machado, Passo Real, Roncador, Itapiranga, Itá, Projeto Sombrio e Torres" (CRAB, 1982e).

Ainda em outubro de 1982 é lançado o Boletim nº 3 da Comissão Regional - "*A Enchente do Uruguai*". A descrição sumária do conteúdo do Boletim poderá indicar os temas que se estava considerando importante veicular naquele momento. O primeiro tema "Usina pros Grandes" analisa a construção das hidrelétricas com benefícios para as multinacionais e indica as conseqüências destes planos, entre as quais mudar o estilo da agricultura, "eles precisam de grandes produto

res que produzam conforme os padrões exigidos pelas agroindústrias e pelo mercado", "eliminar e expulsar muitas famílias de pequenos agricultores. Uma parte será aproveitada como mão-de-obra nas indústrias e no comércio. A outra parte deverá ir para o Norte do país em regiões pioneiras pra desbravar o sertão e abrir o caminho para os grandes que vão atrás" (CRAB, 1982f).

1983:

Em janeiro de 1983, *O São Paulo* (jornal da Arquidiocese de São Paulo), numa matéria sobre "O Dilúvio", após expor alguns dados relativos aos projetos do Rio Uruguai e os problemas que teriam ocorrido com outras barragens, apontava, como um dos problemas, o fato de que uma "das táticas que usam é não divulgar os projetos. Ninguém sabe e até há ameaças sobre quem tenta se informar. Impedem a organização dos atingidos, pressionam as Comissões e Lideranças, pagam melhor alguns para desmobilizar a união dos atingidos" (*O São Paulo*, 4-10/02/83).

No dia 15 de fevereiro, a CRAB promove a "Romaria da Terra" no distrito de Carlos Gomes (Viadutos) com o tema "Águas para a Vida e não para a Morte". Participam da manifestação 20 mil pessoas (*Zero Hora*, edição especial) lideranças dos STRs, lideranças religiosas e políticas. Nesta Romaria, a sexta a se realizar no Estado, o projeto de construção de barragens foi veementemente condenado, por ser visto, por exemplo, como "uma violência, um dilúvio das águas para a morte. (...) Mas essa catástrofe acontece unicamente porque os grandes grupos econômicos, por interesses gananciosos, simplesmente resolveram dividir a América do Sul em três grandes regiões. (...) É onde querem colocar suas grandes indústrias modernas, especialmente as agroindústrias, explorando a nossa mão-de-obra, energia e matéria-prima baratas; e, além disso, aproveitando-se da falta de leis sociais do trabalho e do controle da poluição" (CRAB, 1983a).

No mês de fevereiro o PMDB propõe na Assembléia Legis

lativa (RS) a formação de uma comissão para estudar o problema das barragens. Segundo a imprensa, o objetivo da formação desta comissão seria "evitar novas Encruzilhadas Natalino", através do reestudo das barragens e a formulação de um projeto alternativo, de menor impacto social (*Jornal do Comércio*, 18/02/83; *Zero Hora*, 18/02/83).

No início de abril, é instalada na Assembléia Legislativa (RS) a Comissão Especial de Barragens (*Zero Hora*, 12/04/83). Nesta reunião, segundo o Presidente da Comissão, "o objetivo principal é saber, com antecedência, quais os planos do Governo quanto às barragens, como por exemplo, o organograma oficial de sua construção; as áreas que serão atingidas; como e onde será feito o assentamento dos colonos e quando entrarão em funcionamento". Por ocasião da instalação da Comissão, à qual estiveram presentes os representantes dos STRs de Tenente Portela, Crissiumal, Humaitá e Três Passos e o então presidente da Comissão Regional de Barragens, foram apresentadas três exigências dos STRs da região a ser afetada: "Que sejam demarcadas imediatamente as áreas a serem atingidas; que não sejam iniciadas as obras antes de definidos os critérios de assentamentos dos colonos; e com relação ao reassentamento, que ele seja no Estado, ou no máximo em terras vizinhas, e que as terras tenham igual extensão e fertilidade". Para o então presidente da CRAB, o reassentamento é o "principal problema, já que os técnicos autorizados da ELETROSUL (...) não esclareceram para onde levarão os trabalhadores desapropriados" (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1983b).

Em maio, num encontro da Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens, a "mesma resolveu, diante das divergentes informações" que circulavam "enviar uma nota à imprensa, na qual afirma que seus componentes constataram 'a falta de respeito das autoridades ligadas ao setor energético de nosso país, em não dar satisfação e que teriam acompanhado as notícias pela imprensa, onde vemos: dia 15 de fevereiro, realizamos a 6ª Romaria da Terra (...) sendo que a imprensa

deu um significativo espaço (...). Já no dia 16 de fevereiro, o General Costa Cavalcanti dá entrevista ao jornal *Zero Hora*, onde afirma não haver projeto energético para a Bacia do Rio Uruguai (...). No mesmo veículo de comunicação, o presidente da ELETROSUL, Thompson Flores, afirma que, as obras de Machadinho começam em dois anos (...). Em quem acreditar? Por que toda esta confusão (...). Essas informações desencontradas só nos levam ainda mais a aumentar o nosso sofrimento, e também a nossa desconfiança nas autoridades constituídas, além de servir de instrumento para que políticos da região tentem enganar os colonos, como desmobilizar o nosso trabalho que vem sendo feito com muito sacrifício e muito custo" (*Voz da Serra*, 10/05/83).

Em fim de maio, a Comissão especial da Assembléia Legislativa (RS) encaminha à ELETROSUL uma proposta alternativa à localização da barragem de Machadinho (*Zero Hora*, 27/05/83).

Em junho, a ELETROSUL responde às Assembléias Legislativas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul através da publicação de *UHE Machadinho - Estudos de Viabilidade - Análises Complementares de Localização*. Nesta resposta é dito que: "(...) se estima que 740 famílias ou 3.850 pessoas devam vir a ser efetivamente reassentadas, o que talvez se torne possível em áreas ainda disponíveis na própria região sul. Para efeito dos presentes estudos considera-se que as famílias cujas propriedades forem alagadas em menos de 30% de sua área, o que representa cerca de 70% do número de propriedades atingidas, poderão permanecer em suas terras, recebendo justa indenização pela área inundada. Onde em tais propriedades as benfeitorias venham a ser atingidas, estas poderão ser relocadas até com melhores características sanitárias e de infra-estrutura. Esta hipótese será verificada caso a caso, em cada propriedade, avaliando-se se a área remanescente pode apresentar características e dimensões adequadas ao sustento e sucesso sócio-econômico de seu proprietário. Também será estudado o reagrupamento de áreas re-

manescentes de propriedades atingidas, para reassentamento de famílias na própria região" (ELETROSUL, 1983: 19-20).

Em junho de 1983, as Regionais Sindicais de Frederico Westphalen (RS) e Palmitos (SC), promoveram o I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai, com participação de "Presidentes e Diretores de STRs e representantes das duas Federações, agricultores, futuros atingidos pelas barragens, Vigários, Pastores e Irmãs, além de professores e assessores. Ao todo, 100 pessoas". Como "palestrante" participou o assessor da Comissão Regional. O programa deste Encontro consistiu em: Os Grandes Projetos e a Política da Trilateral para a América Latina; A Política Energética Brasileira; Plano 2000 e a Bacia do Uruguai: Estudo Especial das Barragens de Iraí e Itapiranga; As Contra-Informações: Comissão Especial da Assembléia Legislativa; A Política Fundiária e os Atingidos por Barragens; Nosso Compromisso: O que Fazer? Conforme o relatório deste Encontro, suas conclusões referentes aos "custos econômicos" são: "O alagamento de milhares de hectares de alta produtividade — mudança de clima, acumulação de lixo industrial, prejuízos para a flora e a fauna, etc.; se deixará de produzir milhares de toneladas de alimentos". Quanto aos "custos sociais e culturais": "Ninguém pode avaliar os custos com a desagregação social que atinge milhares de famílias retiradas de seu ambiente. (...) Itaipu deslocou 40.000 pessoas. A insegurança produz ansiedade que é causadora de inúmeros distúrbios do corpo e dos nervos (psicossomáticos)". (I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai: Relatório). Como se pode ver, pelo menos no que o relatório demonstra, neste caso, trata-se de um Encontro de "análise" e divulgação de informações, mais que de definição de reivindicações e exigências (CRAB/STRs, 1983b).

Em setembro, a Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul promove o Encontro Estadual sobre a Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai. Realizado no auditório da Assembléia, estiveram presentes aproximadamente 500 pessoas "representantes de STR, lideranças de

base, atingidos por barragens, entidades classistas e ecológicas, deputados, professores, Igreja e técnicos envolvidos na questão". Neste encontro houve uma condenação quase que unânime do projeto de construção de barragens. As poucas exceções praticamente se restringiram ao presidente da ELETROSUL (que se ausentou antes do final para "resguardar" a imagem do Governo Federal e "salvaguardar" seu próprio nome, como declarou mais tarde), o deputado (PDS) que ocupava o cargo de Secretário da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e o deputado (PDS) presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Os argumentos contrários à construção das barragens utilizados neste encontro abrangem desde problemas ecológicos; o agravamento de problemas sociais, especialmente fundiários e de êxodo rural; a forma "tecnocrática" e "autoritária" da formulação e execução do projeto; a impropriedade das dimensões "megalomaniacas" deste tipo de projeto; a falta de definição quanto ao futuro dos atingidos e inexistência de planos concretos para tanto; as experiências socialmente mal sucedidas com outras barragens, etc. (cf. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1983a). Cabe notar, no entanto, que em geral não se tratava de condenação pura e simples do projeto de construção de barragens para geração de energia elétrica, mas das dimensões e formas do projeto em vigor e da inexistência de alternativas para contornar seus efeitos sociais e ecológicos. Esta mesma Comissão Especial, através de sua assessoria técnica, propôs uma série de modificações que reduziriam os efeitos sociais deste projeto, ainda que pudessem elevar seu custo ou diminuir a quantidade de energia gerada. Neste sentido houve algumas discordâncias entre a Comissão Regional de Barragens e as propostas finais da Comissão Especial, na medida em que aquela está mais inclinada a sustar o projeto enquanto não forem definidos claramente seus efeitos sociais e os critérios e medidas para enfrentá-los. Ao final do Encontro, é proposta a transformação da Comissão Especial em Comissão

Permanente.

Em outubro, a CRAB divulga nota à imprensa denunciando a recusa da ELETROSUL em realizar reuniões com a CRAB e de impor condições para encontros com agricultores. Nesta nota, a CRAB conclui que "a posição da Comissão de Barragens é barrar um projeto de violência que é contra a população que mora à margem do rio Uruguai" (CRAB/STRs, 1983b).

Ainda em outubro a Comissão divulga um documento contendo alternativas às hidrelétricas projetadas, entre elas: construção de pequenas hidrelétricas com consulta popular; desenvolvimento de pequenos projetos a cargo dos municípios ou associação dos mesmos; biodigestores, biomassa, maremotriz; bagaço de cana-de-açúcar; pequenas destilarias de álcool; energia solar; floresta energética; investir em pesquisas para buscar fontes alternativas; explorar primeiro outras regiões menos povoadas, etc. O documento é assinado por: Comissão Regional de Atingidos; STRs do Alto Uruguai Gaúcho, STRs do Alto Uruguai Catarinense (CRAB/STRs, 1983b).

O último Boletim do ano da CRAB é editado em novembro e neste momento já é realizado em Porto Alegre pelo Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) (CRAB, 1983c).

Em dezembro realiza-se o II Encontro Interestadual de Barragens, em Palmitos (SC), do qual participaram representantes de STRs de municípios de dois estados, agricultores, agentes de pastoral, CPT, professores, pastores da IECLB, padres e irmãs, o bispo de Chapecó e presidente da CPT e "Grupos de jovens", num total de representantes de 26 municípios. Conforme documento da Comissão Regional, os participantes do Encontro se "posicionaram" contra "estes projetos faraônicos, que não visam os interesses do povo, mas do capital". "Posicionaram-se e assumiram a luta nacional pela Reforma Agrária, assumida pela Comissão Regional de Barragens, ABRA, CPT, Movimento dos Sem Terra, CONTAG, FETAG, STRs, IECLB, Sindicatos Urbanos e Partidos Políticos" (CRAB, II Encontro Interestadual de Barragens). Como se pode ver, trata-se de uma "generalização" e "politização" das reivindicações

dicações mais concretas e específicas.

Conforme o boletim da Comissão Regional, de março de 1984, neste Encontro os participantes "discutiram os motivos por que a ELETROSUL prefere a colonização em vez do assentamento no próprio Estado e chegaram às seguintes conclusões: para aproveitar a mão-de-obra barata dos agricultores do Sul nas grandes fazendas da Amazônia; para que as indústrias de máquinas agrícolas e insumos modernos possam vender seus produtos; para matar a pequena propriedade agrícola, chamada pelo Governo de agricultura de subsistência; para 'fazer a cabeça' do pequeno proprietário, iludindo-o que será um grande granjeiro; para reorientar a agricultura para a exportação, não interessando se o povo brasileiro passa fome, e para deslocar para longe o problema dos pequenos agricultores que estão reclamando Reforma Agrária" (CRAB, 1984a).

Em termos organizacionais é proposta nesse encontro uma nova alteração, com a criação de uma Comissão Interestadual Provisória. "Composta de dois representantes dos atingidos, um padre, um pastor, um representante dos STR dos seguintes municípios: Palmitos, Itapiranga, Águas do Chapecô, São Carlos e Mondaí, de Santa Catarina, Alpestre e Iraí do Rio Grande do Sul. A comissão terá a função de coordenar e motivar os trabalhos sobre barragens procurando uma continuidade na conscientização. Ela deverá reunir-se de dois em dois meses. A sede da comissão é o Sindicato de Palmitos" (CRAB, 1984a).

1984:

A ELETROSUL publica em março um folheto com finalidade didática, intitulado: *A Verdade sobre as Barragens* para divulgação das UHE de Itá e Machadinho, contendo referências aos aspectos sócio-econômicos, informações gerais sobre indenizações e realocação populacional (ELETROSUL, 1984). Nenhum plano concreto de reassentamento é no entanto proposto à população.

Em março a CRAB lança, através de seu Boletim, a campanha do *Abaixo Assinado* apoiada por Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, FETAG-RS, FETAESC, contra a construção das barragens. "Com essa medida a Comissão quer ampliar a campanha de apoio e solidariedade à sua luta junto a entidades e opinião pública; conscientizar os agricultores e trabalhadores da cidade do problema da construção das barragens; conseguir o apoio dos sindicatos, entidades, Igrejas, políticos e do povo em geral; despertar nos agricultores que serão atingidos a necessidade de se organizarem para lutar; usar o abaixo-assinado como forma de pressão contra a ELETROSUL e o governo" (CRAB, 1984a).

Neste mesmo boletim de março a Comissão faz um balanço das oito conclusões a que teria chegado o relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa, destacando as seguintes: criação de uma secretaria de Recursos Renováveis e do Meio Ambiente a nível do Governo Estadual; emprego de fontes de energia alternativa em vez das hidrelétricas, como carvão; transformação da Comissão Especial em Comissão Permanente; e a constatação de que "a imensa maioria dos agricultores que serão atingidos pelas barragens, bem como a opinião pública em geral, são contrários à construção das barragens pelos grandes prejuízos econômicos, ecológicos, psicossociais que acarretarão. (...) A Comissão Regional de Barragens, reunida ainda em novembro (...) avaliou o relatório da Comissão Especial dos deputados. O resultado do relatório não satisfez às lideranças e foi recebido com restrições. (...) Apenas uma das conclusões do relatório foi bem aceita e apoiada pelos agricultores". Esta conclusão seria a "transformação da Comissão Especial de Barragens numa Comissão Permanente, pois é importante um respaldo político constante aos colonos em luta por seus direitos e sua dignidade". Por outro lado, "os agricultores contestam a margem deixada pelo relatório para a construção das barragens, cujos efeitos para a região serão um verdadeiro desastre. Esta questão exige um repúdio e rejeição claramente

colocados, sem meias medidas". Por sua vez, o presidente da Comissão Especial, defendendo-se "das críticas feitas ao relatório (...) quis deixar claro que sua postura é contrária à construção de qualquer barragem que prejudique os agricultores. Observou ainda que o relatório já alcançou respostas positivas, como a ampliação do debate da questão que já obtém eco no INCRA, PORTOBRÁS e Ministério de Assuntos Fundiários e a atenção obtida pela sugestão do uso de outras fontes de energia, como o carvão". Para a Comissão Regional "estes esclarecimentos não são suficientes" e acima "de tudo, falta ao relatório um posicionamento mais claro e decidido quanto ao projeto do Governo: a contestação e rejeição clara e aberta, única postura possível para quem quer ser defensor da causa do povo" (CRAB, 1984a). Cabe notar que a única sugestão aceita, ou seja, a transformação da Comissão Especial em Comissão Permanente acabou sendo inviabilizada por questões de "regulamentos" e políticas.

Ainda em março realiza-se em Alpestre um Encontro Regional promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comissão Local de Atingidos, com o apoio da prefeitura e Igreja. Participam a FETAG-RS e atingidos de Passo Real, num total de 3.000 pessoas (CRAB, 1984a).

Entre os meses de maio e junho realizam-se inúmeros encontros regionais e das Comissões locais (Caiçara, Viadutos, Concórdia, Iraí e Itapiranga). Num desses encontros, o de Itapiranga, compareceram 3.000 pessoas e mais de 30 delegações integradas por lideranças sindicais, representantes políticos, autoridades religiosas. Esse encontro se desdobra numa reunião de lideranças (70 pessoas) na qual: "Os atingidos decidiram partir já para as ações concretas: a) Formação de Comissões Municipais até final de julho nos lugares onde não houver ainda; b) Encontros Inter-estaduais de Comissões Municipais de Atingidos, na segunda quinzena de agosto em Frederico Westphalen; c) Dia de luta contra as barragens, com propostas para os dias 10 ou 12 de outubro; trazer pessoas de outras barragens para passar no municípios;

fazer contatos e ir acertando datas" (CRAB, 1984b).

Em seu boletim de junho, a Comissão Regional procura refutar os argumentos da ELETROSUL contidos no folheto "A Verdade sobre as Barragens", distribuído na região. Para tanto, os principais argumentos da ELETROSUL são enumerados em oito, "acompanhados das verdades que ela esconde e não diz aos atingidos. É o outro lado do projeto: as desvantagens, as conseqüências desastrosas que causará à região e, principalmente, problemas sociais que surgirão com o alagamento de terras de produção". Ao argumento da ELETROSUL de que "é preciso pensar no futuro" apesar da sobra de energia, para a Comissão Regional "esta é uma informação que confirma o projeto de construção das barragens, desmentindo os políticos que alegavam a crise econômica como fator de impedimento do projeto"; ao argumento de que "os atingidos terão garantidas as mesmas condições de vida de antes da construção" é contraposto o argumento de que esta afirmação "difícilmente será cumprida" e "nas barragens construídas até agora nenhuma população declarou ter melhorado suas condições de vida depois da construção". Quanto ao "investimento direto de 400 bilhões de cruzeiros na região, eles decorreriam da compra de materiais e pagamento de salários e por isso 'não servem para nada'". Quanto à garantia de água nas estiagens e o maior espaço para evitar enchentes, é contraposto que o "que se tem verificado é justamente o contrário", como é o caso de Iatipu. Já a garantia "de indenizações, mesmas condições de vida e/ou terra por terra: este já é um grande passo, pois até hoje a ELETROSUL ainda não tinha tocado neste ponto sem que antes fosse preciso muita luta dos agricultores". Quanto à promessa de "indenizações em 30 dias e individuais", esta seria uma "promessa até hoje não cumprida em nenhuma das barragens até então construídas". No tocante à garantia de "reassentamento e reconstrução de vilas e distritos destruídos", a ELETROSUL "não tem experiência nenhuma em reassentamento, muito menos na reconstrução de vilas e distritos", além de não haver planos para

tanto. Por fim, quanto à "vantagem na produção de energia elétrica, no uso de irrigação na agricultura, desenvolvimento da economia na região e lazer e turismo na margem do lago", a Comissão Regional contrapõe que "a energia elétrica não é uma vantagem, é o objetivo da Usina. Além do mais, a energia não será dirigida à região, e sim aos grandes centros urbanos. Em segundo lugar, a agricultura da região é de montanha e a irrigação se usa em várzeas (...) e por último, não são citadas as vantagens que as empresas construtoras e fornecedoras de material para a usina terão (...)" (CRAB, 1984c).

Em julho, no dia 25, tradicionalmente comemorado como o "Dia do colono", ou "Dia do agricultor", foi realizada uma manifestação de protesto na cidade de Erechim, promovida pela Regional Sindical do Alto Uruguai, CPT-RS e Comissão Regional. O protesto constava de uma missa campal em um bairro da periferia conhecido como local de moradia de ex-colonos. Após a cerimônia religiosa em quatro atos simbolizando o "dilúvio" que ocorreria com as barragens, os participantes saíram em passeata pelas ruas da cidade até o escritório regional da ELETROSUL para entregar um documento de protesto contra a construção das barragens. O escritório estava fechado "restou apenas pegar uma assinatura para comprovar que o documento foi entregue" (CRAB, 1984e). Em seguida, uma praça próxima foi utilizada como arena para a "tribuna livre", onde os representantes de Sindicatos, FETAG-RS, Sindicatos Urbanos, Cooperativas e agricultores "sem terra" discursaram por quase duas horas.

Durante a manifestação foi distribuído o panfleto "25 de Julho: Dia do Trabalhador Rural", com matéria sobre Barragens, Previdência, Sindicatos, Projetos de Colonização e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (CRAB/STRs, 1984d).

Dois dias após a manifestação de Erechim, um grupo composto por 33 pessoas, entre elas dirigentes sindicais e membros das Comissões de Barragens viajaram para o Rio de Janeiro para entregar ao Presidente da ELETROBRÁS uma carta

contendo as principais reivindicações e justificativas do movimento contra a construção das barragens. Não foram recebidas pelo Presidente da empresa, mas por funcionários de segundo escalão, que questionaram a validade das formulações técnicas contidas no documento e invocaram a ausência de "prova científica" de que a energia a ser gerada pelas barragens não seria necessária (CRAB, 1984e).

A Comissão segue para Brasília e no dia 2/8 é recebida pelo titular do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, General Venturini. Após receber o documento de reivindicações e o abaixo-assinado com um milhão e 16 mil assinaturas, o Ministro afirmou que entraria em contato com a ELETROBRÁS para se informar sobre o assunto e sugeriu aos agricultores que não vendessem suas terras (CRAB, 1984e).

Em setembro, a Comissão entrega um documento ao Governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, que a recebe "fria mente" (CRAB, 1984e).

Em outubro realiza-se em Itapiranga um encontro da Comissão Municipal e STRs com a ELETROSUL para esclarecimento de dúvidas. Cerca de 1800 pessoas e delegações de 5 municípios participam da discussão com 8 representantes da ELETROSUL. Neste encontro os agricultores reafirmam: "Temos terra e queremos nela permanecer" e condenam unanimemente a construção da barragem. Os representantes da ELETROSUL admitem então que se os atingidos "não quiserem as barragens e tiverem força política, elas não serão construídas" (CRAB, 1984f, grifos nossos).

Em novembro, durante "O Grito do Campo", manifestação de mais de 40 mil agricultores realizada no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre (RS), e organizada pela FECOTRIGO, a Comissão entrega um documento ao então candidato à Presidência da República, Tancredo Neves (CRAB, 1984f).

Ainda no mesmo mês a Comissão é recebida pelo Governador de Santa Catarina, Esperidião Amim, que apóia a luta dos "atingidos" e manifesta disposição de colaborar financeiramente com o movimento (CRAB, 1984f).

Manifestações de protesto, reuniões e abaixo-assinados se multiplicam no final de 84. A reação da população à construção da barragem consegue "evitar que técnicos da ELETROSUL realizem levantamentos de terreno, o que impede a continuidade dos trabalhos" (*O Interior*, 8 a 14/12/84).

No último Boletim do ano a Comissão reafirma sua disposição de impedir a construção das barragens "por todos os meios possíveis e enumera um conjunto de pontos centrais de seu posicionamento: oposição à construção de barragens, nos moldes do Plano 2000, recusa a planos de reassentamento; solicitação de projetos alternativos para produção de energia, com a participação dos afetados através de suas entidades; afirmação de que enquanto não houver acordo não será "tolerada" a continuidade dos trabalhos relativos às barragens; atribuição de responsabilidade à ELETROSUL pelo que "possa vir a acontecer aos funcionários e técnicos" que continuarem a fazer levantamento na área, e ao Ministério das Minas e Energia, ELETROBRÁS, Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários e Governos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina por qualquer conflito que possa eclodir na região (CRAB, 1984f).

Em dezembro realiza-se em Porto Alegre o II Encontro Estadual sobre a Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, promovido pela Comissão Regional com apoio da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (o primeiro, no ano anterior, havia sido promovido pela Comissão Especial da Assembleia Legislativa). Neste encontro, do qual participaram atingidos, lideranças de oposição às barragens, políticos profissionais, representantes de diversas organizações, foi "pedido o fechamento da ELETROSUL (...) a substituição das hidrelétricas previstas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina por termoelétricas movidas a carvão vegetal". Ainda neste encontro, os representantes dos governadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina apoiaram a suspensão das obras (*O Interior*, 22 a 28/12/84).

O ano de 1984 termina com a aglutinação de forças so

ciais com posições divergentes da Comissão Regional de Barragens. A Cooperativa Tritícola de Erechim (COTREL), os Presidentes dos STRs de Gaurama, Viadutos, Marcelino Ramos e Maximiliano de Almeida, os Prefeitos desses municípios e o de Erechim (Presidente da AMAU) fundam a "Equipe Justiça e Trabalho da Barragem de Machadinho" com o objetivo de buscar alternativas para os "atingidos". A "Equipe" considera a barragem irreversível e se dispõe a encontrar junto com a ELETROSUL uma "solução", que não excluiria, segundo o Presidente da COTREL, a saída do Estado (CRAB, 1984f).

A hierarquia da Igreja Católica na região mantém seu apoio à Comissão de Barragens e questiona a legitimidade da "Equipe" (cf. "Declaração do Clero de Erechim", editada pela Mitra Diocesana de Erechim).

3. OS FUNDAMENTOS DA REAÇÃO DA POPULAÇÃO

A análise dos fatos ligados à cronologia de Machadinho e demais barragens do Alto Uruguai revela, em primeiro lugar, tratar-se de uma situação limite na qual o efeito antecede a própria decisão de construir as barragens. A literatura sobre o tema assinala que geralmente os "impactos" começam a ser sentidos tão logo a obra é anunciada. Aqui, no entanto, verifica-se que antes que o Estado decidisse oficialmente construí-las, a população reagiu, organizando-se através das Comissões de Barragens. Ao longo do período, mesmo a obra não tendo ainda sido iniciada, conseguiu mobilizar a sociedade regional, via entidades da sociedade civil e partidos políticos e obteve o apoio do Governador, no final de 1984.

Essa reação da população é o objeto da análise que se segue e é a partir dela que se procurará estabelecer a comparação com a barragem de Sobradinho. Estamos aqui diante de dois processos sociais desencadeados por uma iniciativa do Estado visando a produção de energia. Trata-se no entan

to de momentos diferentes. No caso de Sobradinho a obra já foi concluída, a energia já está sendo gerada e os efeitos, como já foi demonstrado, se manifestam numa desestruturação e reestruturação da vida social. No caso de Machadinho a obra propriamente dita sequer começou, apenas o canteiro de obras foi instalado.

Não apenas os momentos são diferentes como também as próprias características sociais das duas regiões. Enquanto o Vale do São Francisco, onde se encontra Sobradinho, é uma região de ocupação antiga, onde historicamente se estruturou um modo de vida singular articulado ao rio, o Vale do Rio Uruguai é uma região de ocupação recente, na qual não se estruturou nada semelhante ao que foi assinalado para o São Francisco.

Por outro lado, enquanto no rio São Francisco verificava-se a existência de uma população dispersa, rarefeita e relativamente homogênea, no Alto Uruguai, observa-se uma população concentrada e heterogênea, do ponto de vista de sua origem social. Última fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, o Alto Uruguai foi ocupado a partir de meados do século XIX por excedentes populacionais das chamadas "colônias velhas" (região de imigração estrangeira), por imigrantes procedentes da Europa e por colonos "nacionais" num empreendimento conhecido como colonização mista, realizado tanto por iniciativa do Estado, quanto de companhias particulares e até mesmo espontâneo. Na década de 50, esgotada a fronteira agrícola, essa região começa a expulsar população. É de lá que saem levas de colonos para as terras livres de Santa Catarina, Paraná e mais recentemente para o Mato Grosso. No entanto é essa população com uma trajetória social fortemente marcada por sucessivos deslocamentos que irá reagir à construção da barragem em nome do desejo de permanecer na região, revelando um sentimento semelhante ao "dos ribeirinhos" do São Francisco, dela tão diferentes.

Como em Sobradinho, a recusa da população em deixar a região é interpretada pelos técnicos empenhados na constru

ção das barragens como manifestação de "atraso", e de "tradicionalismo" e como resultante, aqui não mais da "manipulação" de elites políticas, como em Sobradinho, mas de "agitadores". Em que pesem as semelhanças entre os dois casos, é preciso ir além das aparências e colocar em questão a própria reação da população. Ora, aqui não está em jogo nenhum modo de vida que dependa da proximidade do rio, e nem uma população sem tradição de migração como em Sobradinho. Embora via de regra as populações a serem deslocadas para as barragens tendam a reagir ao deslocamento, como mostra a literatura, aqui estamos diante de uma situação em que uma população para a qual a migração é uma perspectiva reage porque não quer migrar. E esse é o problema que se coloca para a análise.

Embora não se disponha de dados diretamente colhidos em campo é possível adiantar em primeiro lugar que a migração para outras áreas rurais tradicionalmente se colocava para essa população camponesa como alternativa sobretudo para alguns dos membros do grupo doméstico, no momento de se estabelecerem autonomamente, com o casamento. Aqui, como em outras situações camponesas, a migração se constitui em uma estratégia do grupo doméstico, que administra a saída de alguns de seus membros para assegurar a reprodução da condição camponesa. Com a migração evita-se a partilha excessiva que inviabilizaria economicamente a propriedade. Se esse foi o princípio que presidiu o deslocamento acima referido, é possível compreender a resistência da população à migração a ser desencadeada pela construção da barragem. Na medida que forçada pelo Estado, essa migração não se insere mais na lógica da reprodução camponesa. Trata-se não mais da saída de alguns membros do grupo doméstico, mas do deslocamento compulsório de todo o grupo e não apenas dele, mas também da comunidade na qual está inserido, a "linha". Para o campesinato já estabelecido, a propriedade em que vive — e aqui temos mais um contraste com Sobradinho, uma vez que uma maioria significativa é constituída por proprietários

— é o produto de todo um processo de construção social. Mais do que um pedaço de terra de onde extrai o seu sustento a propriedade é algo que vai sendo constituído ao longo do ciclo de vida, e que implica num conjunto de benfeitorias construídas segundo uma estratégia de formação de um patrimônio para os filhos, cuja marca é a perspectiva de permanência. Por outro lado, é no povoado ou "linha" que esses camponeses se relacionam com seus parentes e amigos, com os quais estabelecem formas de cooperação, aonde educam seus filhos, aonde desenvolvem sua vida religiosa, e também aonde enterram seus mortos. É significativo que em inúmeros depoimentos surjam referências justamente às árvores que plantaram e ao cemitério que não desejam ver cobertos pelas águas. A árvore enquanto expressão do trabalho investido e o cemitério enquanto local onde "descansam" os mortos são exatamente os símbolos da permanência ameaçada pela barragem. No que se refere à "linha" a perspectiva do êxodo coletivo coloca necessariamente também a perspectiva da ruptura dos laços que se solidificaram paralelamente a todo processo de construção social de cada propriedade individual. Indagações do tipo: "Por que eles não levam em conta as amizades da gente, a igreja onde a gente reza, a escola de nossos filhos?" são recorrentes em documentos produzidos pela CRAB.

Caberia aqui ainda uma outra observação a respeito da migração. Para além da ruptura com padrões estruturais que incluem a saída de alguns membros do grupo doméstico, a migração parece suscitar outro tipo de problema para os agricultores do Alto Uruguai, o qual remete à conjuntura atual da condição camponesa naquela região. A partir dos anos 60 e sobretudo na década de 70, em função de políticas governamentais de incentivo à mecanização da agricultura, à utilização de insumos agrícolas, de facilidade para exportação e de investimento em infra-estrutura, ocorreu na região um processo de modernização da agricultura, o qual implicou na especialização de muitos agricultores no cultivo de produ-

tos como trigo e soja, voltado para o mercado, e na concentração fundiária. A região que nos preocupa, o Alto Uruguai, ficou à margem desse processo, em parte porque sua topografia a torna imprestável para a mecanização, a qual no entanto também seria inviável na área em virtude do tamanho reduzido das propriedades (média 25 ha). Isso no entanto não quer dizer que não tenha havido nenhuma modernização, pois na atividade mais típica da região, a suinocultura, a tecnologia empregada é considerada moderna, sobretudo entre aqueles que produzem integrados a agro-indústrias que desenvolvem programas de fomento à criação. A modernização dos últimos 20 anos parece ter interferido no Alto Uruguai de duas maneiras. Por um lado a concentração fundiária nas áreas vizinhas inviabilizou a possibilidade de acesso à terra na própria região do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a modernização resultou também num processo de acumulação e portanto de diferenciação no interior do campesinato, o que por sua vez tem implicações para a própria perspectiva de migração. Como a fronteira agrícola disponível encontra-se agora no Mato Grosso e na região Norte do país, o deslocamento para essas áreas requer algum tipo de capital para fazer frente não só à viagem mas também aos investimentos produtivos. Ora, a escassez de terras afeta não apenas o agricultor menos capitalizado, como aquele que conseguiu acumular. Para esses a fronteira se configura como perspectiva de ampliação do patrimônio e de acumulação e não apenas dentro da ótica tradicional de reprodução da condição camponesa. Desta forma a diferenciação se reproduz também para a fronteira pois aquele que não se modernizou dificilmente poderá competir na fronteira com aquele que nela se instala já capitalizado.

Habitados com a suinocultura — uma espécie de adaptação entre um know-how adquirido culturalmente, sobretudo entre os de origem alemã, e as condições do solo, os agricultores do Alto Uruguai e os de Machadinho particularmente rejeitam migrar para o Mato Grosso, porque sabem que difícil-

mente conseguiriam reproduzir a mesma atividade e, por outro lado, porque não dispõem de capital para uma conversão à modernização, a qual sabem ser pré-condição para a migração nas condições atuais.

Concluindo, seria possível afirmar que o desejo de permanecer na região e a recusa à migração, embora semelhantes ao que foi encontrado na descrição do processo de Sobradinho, aqui têm outros fundamentos.

Não basta, no entanto, entender as razões dos agricultores do Sul, é preciso também explicar o que tem viabilizado sua reação organizada, a qual se constitui na característica mais marcante desse processo, em contraste com o de Sobradinho.

O relaxamento do regime autoritário do final dos anos 70 e início dos anos 80 certamente se constitui num fator decisivo, que contribui para tornar possível a reação organizada da população do Alto Uruguai. No entanto, em que pese a importância da conjuntura política, ela não parece ser suficiente para dar conta das diferenças em relação a Sobradinho. Haveria, ao que parece, características singulares de organização social e política do Rio Grande do Sul, da conjuntura política a nível local e particularmente da posição do campesinato naquele Estado que teriam em grande parte viabilizado a reação da população.

Se em Sobradinho se tratava de um campesinato isolado do resto da sociedade nacional, disperso, subordinado às elites políticas e privado de uma organização política própria, no Alto Uruguai (e não apenas lá mas no Rio Grande do Sul em geral) trata-se de um campesinato altamente concentrado (o Alto Uruguai se constitui numa das regiões de mais alta densidade demográfica do Estado), integrado à vida política regional, autônomo e com uma forte tradição de vida associativa desde o século XIX. Assim, diferentemente de Sobradinho, onde a partir da situação criada pelo Estado é que o campesinato se organiza em Sindicatos, no caso do Alto Uruguai a organização política preexiste à intervenção do

Estado, assim como a participação desse campesinato em organizações religiosas (Igrejas) e organizações econômicas (cooperativas). Não é portanto gratuito que a reação tenha se estruturado através de comissões. Essa é uma forma cultural de organização, acionada por aquele campesinato desde o início do século para fazer frente a seus problemas.

Se a tradição política do campesinato do Rio Grande do Sul explica a sua capacidade de reagir organizadamente, ela por si só não dá conta da agilidade com que se processa essa reação. Como foi visto na cronologia dos fatos ligados à barragem, apenas dois meses após a conclusão do *Estudo de Inventário*, a Comissão de Barragens é criada e antes mesmo que o Estado decidisse oficialmente construir Machadinho inúmeros encontros e manifestações de protesto já haviam sido realizados e a comissão já contava com uma ampla estrutura a nível local. Essa agilidade política poderia ser explicada tanto a partir da própria conjuntura específica que esse campesinato atravessa quanto do nível de informação disponível a respeito de outras experiências com barragens.

No que se refere à conjuntura específica do campesinato, pode-se adiantar que o final dos anos 70 e início da década de 80 são momentos particularmente difíceis para os agricultores do sul do país. A mudança da política do Estado em relação ao crédito, ao subsídio, à exportação e aos preços mínimos na agricultura, para fazer face às dificuldades da dívida externa representa mais uma ameaça à reprodução social daquele campesinato, a qual vinha se somar a dificuldades anteriores decorrentes da ausência de disponibilidade de terras. O mesmo Estado que os incentivara a uma maior vinculação ao mercado, naquele momento retirara seu apoio. Nessas condições não surpreende que uma iniciativa visando a construção de hidrelétricas partindo do mesmo Estado esbarrasse na resistência dos agricultores. O que se quer assinalar é que a conjuntura favorecia movimentos contrários às iniciativas do Estado e reforçava um sentimento de profunda desconfiança em relação à "palavra" das autori

dades. No que se refere ao Alto Uruguai, convém ressaltar que essa foi uma região na qual os agricultores haviam sido há pouco tempo particularmente atingidos pela famosa "peste suína" e pela conseqüente determinação do Estado de dizimar rebanhos de porcos sob a alegação, posta em dúvida pelos camponeses, de que os animais estariam doentes.

Por outro lado, aquela população não ignorava o que havia acontecido em outras regiões onde barragens tinham sido construídas. Informações a respeito de indenizações irrisórias, perdas de terra e reassentamentos insatisfatórios que teriam ocorrido em Sobradinho, Itaipu e até mesmo no próprio estado do Rio Grande do Sul em Passo Real, com o anúncio do projeto das 22 barragens passam a circular com maior intensidade. Essas informações são transmitidas aos agricultores tanto pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais quanto pelas organizações vinculadas às Igrejas Católicas e Protestantes. Essa socialização a respeito dos "resultados catastróficos" de barragens assegurada atualmente pela própria comissão e pela estrutura sindical tem contribuído em muito para dar impulso ao movimento no Sul. Através da divulgação permanente, via boletim, de notícias referentes a outras barragens e através de reuniões das quais participam "atingidos" de diferentes regiões do país, o movimento das comissões vai adquirindo uma "visão" mais nacional do "problema barragens". A contraposição de experiências tem permitido por exemplo que se percebam comportamentos recorrentes por parte das empresas, no que se refere à divulgação de informações e no que se refere a um determinado estilo de atuação marcado pelo "autoritarismo". Esse tipo de percepção veiculada pelas Comissões tem fundado a convicção a respeito da necessidade de resistir ao projeto das barragens e está por detrás de muitas das reivindicações que têm sido formuladas nesses cinco anos de atuação das Comissões.

Vê-se portanto que, diferentemente de Sobradinho, a população aqui não foi apanhada de surpresa. Se em Sobradinho

além do que já foi assinalado em termos de subordinação, isolamento e ausência de organização política, faltava também à população qualquer parâmetro que a permitisse vislumbrar o que poderia lhe suceder, no caso do Alto Uruguai, a população dispõe de parâmetros para prever seu próprio destino. Num certo sentido, o caso Sobradinho na medida que é socialmente percebido como desastroso tem o efeito de, via a mediação política da organização sindical e das Comissões, estimular a reação contra as barragens o que certamente chama a atenção do observador, pois este tipo de "impacto político" nunca é sugerido pela literatura.

O caso do Alto Uruguai revela não apenas, em contraste com Sobradinho, a agilidade política em termos de resposta imediata, como também uma diferença acentuada em termos do suporte político que o movimento desencadeado pela Comissão de Barragens consegue assegurar junto a entidades da sociedade civil, Partidos Políticos, Igrejas e, já no final do ano de 1984, do próprio Governador do Estado. Esse apoio que nem sempre indica uma identidade de posições (cf. por ex. divergências entre as Comissões e a Comissão Especial da Assembléia Legislativa) seria impensável no caso da barragem de Itaparica, que está sendo construída pela CHESF, no Submédio São Francisco (à jusante de Sobradinho, próximo a Petrolândia, Pernambuco). Como no Alto Uruguai, a construção da barragem suscitou uma reação forte por parte da população, também lá majoritariamente camponesa, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das Federações dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e Bahia. Tendo já alcançado algumas vitórias expressivas junto à CHESF, o movimento conta com o apoio apenas da Igreja Católica. Nada semelhante ao que se encontra no Sul em termos de apoio de entidades, partidos, Assembléia Legislativa e cobertura de imprensa, ocorre em Itaparica. Se no Sul, o Governador declara-se contrário à construção de barragens embora pertencendo ao mesmo Partido do Governo que decidiu construí-la em Pernambuco, o Governador, também eleito pelo Partido do Governo, reclama do atraso das obras, parcialmente provoca

do, sabe-se, pela reação da população. O que haveria de diferente entre o Sul e o Nordeste que pudesse explicar a mobilização da sociedade local e das próprias autoridades num caso, e a ausência de mobilização no outro?

A participação na sociedade regional e o peso relativo do campesinato são radicalmente distintos nas duas situações. Enquanto no Sul os agricultores pesam politicamente enquanto força social autônoma, no Nordeste encontram-se via de regra excluídos da vida política e subordinados a grandes fazendeiros que dominam o poder local. Por outro lado enquanto no Nordeste a clivagem social que existe entre as elites e as classes médias urbanas, por um lado, e os camponeses, por outro, é tão acentuada que aquelas são muitas vezes impermeáveis às demandas e interesses gestados no interior do campesinato; no Sul a clivagem é muito menor, e a classe média urbana, sobretudo a descendente de imigrantes, está ligada aos camponeses por relações de parentesco. Se no Nordeste os políticos, mesmo de oposição são filhos da elite, no Sul muitos políticos são filhos ou descendentes de camponeses. Se no Nordeste os políticos dependem pouco dos votos dos camponeses, quer porque estejam excluídos por serem analfabetos, quer porque são votos assegurados através dos currais eleitorais, no Sul os agricultores podem até mesmo definir o resultado eleitoral. Se no Sul existe um denominador comum em termos de origem social entre agricultores, clero e classe política, nada disso é encontrável no Nordeste. Assim entende-se porque, num caso, as demandas encontram eco na cidade e, no outro, as mesmas demandas tendem a ser ignoradas pela cidade.

A luta contra barragens empreendida por camponeses do Nordeste e do Sul constitui um exemplo privilegiado para se pensar as diferenças sociais entre as duas regiões e particularmente as diferenças existentes no interior da condição camponesa. Essas diferenças, que se refletem no apoio político diferenciado que movimentos com mesmos objetivos obtêm, permitem compreender porque, por exemplo, no caso do Sul as

comissões tenham condições até mesmo de propor alternativas à hidreletricidade em termos de outras soluções energéticas, enquanto que no Nordeste essa questão seja apenas mencionada. A ausência de propostas concretas não passa pela capacidade técnica de um ou outro campesinato, mas sim do suporte técnico-político diferencial. Em suma se a própria eficácia da ação política do movimento contra as barragens depende também desse suporte político, é de supor que os agricultores do Sul levem vantagem sobre os do Nordeste.

Para concluir a comparação com Sobradinho, seria importante analisar a atuação do Estado no Sul. Através da cronologia é possível perceber como a mesma lógica de priorização inquestionável da produção de energia parece informar a política da empresa. Aqui, tal como em Sobradinho, a população aparece como um problema, um obstáculo a ser removido para "liberar a área". Aqui, como em Sobradinho, trata-se de reduzir custos às custas do custo social (cf. episódio mudança do local de Machadinho). Aqui tal e qual Sobradinho, não se sabe o que fazer com a população a não ser impor-lhe condições de indenização e tabelas de preço. No entanto, à diferença de Sobradinho, aqui a reação da população parece ter sido eficaz no sentido de forçar um recuo em relação ao reassentamento fora do Estado (o que em Sobradinho só iria ocorrer numa fase posterior), assim como uma mudança no próprio modo da empresa se apresentar publicamente. Em função exatamente de uma pressão social maior de diferentes setores da sociedade, a ELETROSUL tem se preocupado recentemente em dar satisfações à opinião pública, com vistas a garantir sua imagem, o que não ocorre com a CHESF.

Mas, aqui como em Sobradinho, observa-se a existência de um fosso aparentemente insuperável entre a lógica da empresa e a lógica do movimento camponês. Enquanto para a empresa a produção de energia é um pressuposto inquestionável, para o movimento camponês o que é inquestionável é a permanência dos colonos em suas propriedades em suas "linhas". Os elementos para o conflito estão dados, os agricultores

tendo passado já de uma posição em que exigiam recompensas justas e reassentamento na área para uma postura de oposição às barragens tout court. A empresa, por outro lado, na medida que não define uma solução e abre a perspectiva de reassentamento na região, sem no entanto demonstrar como isso seria viável, joga com o fator tempo, na expectativa de que possa, com o início das obras, criar uma situação de fato para a população, tal e qual ocorreu em Sobradinho, a partir do enchimento do reservatório. É possível no entanto que a pressão social aumente e que, forçada a examinar concretamente a possibilidade de reassentamento no Estado, a empresa verifique a inviabilidade econômica de desapropriar terras de grandes propriedades para realocar os atingidos, e acabe por rever não só o projeto Machadinho, como os demais projetos.

CONCLUSÃO

O esforço de comparação realizado até aqui está baseado exclusivamente na análise da literatura. Assim como para Sobradinho só o trabalho de campo permitirá um aprofundamento das questões levantadas, também para Machadinho, somente através da coleta de dados na própria região será possível estender a análise no que se refere às motivações da população, às diferenças existentes em seu interior e aos efeitos prováveis da intervenção do Estado.

Mesmo em se tratando de um trabalho que reflete um momento de uma pesquisa em andamento, não se poderia deixar de observar que, diante da análise feita com relação ao "caso Sobradinho", a interpretação do "caso Machadinho" aparece com um peso menor, indicando até mesmo um certo "desequilíbrio" no conjunto do texto.

Em parte apenas tal desequilíbrio se deve ao fato de que Machadinho ainda está no início, a construção da barragem propriamente dita não tendo sequer começado e estando até mesmo momentaneamente suspensa desde março de 1985. A rigor o desequilíbrio é um reflexo da atenção diferencial que as duas regiões despertaram nos estudiosos. Assim, se o Vale do São Francisco tem sido historicamente objeto de um particular interesse, que se reflete na vasta literatura produzida a seu respeito, o Alto Uruguai nunca foi objeto de nada semelhante. Daí que para o Vale tenha sido possível recuperar um conhecimento já acumulado sobre a área e que para o Alto Uruguai todo um investimento ainda esteja por ser feito.

Apesar dessas limitações, acredita-se que, comparando os efeitos para grupos camponeses da intervenção do Estado em regiões tão diferentes, em termos sócio-econômicos, históricos e culturais e até mesmo em termos do interesse que tem despertado, tenha sido possível fornecer alguns elementos para a compreensão tanto dos fundamentos da diversidade/semelhança no interior da condição camponesa neste país quanto do que está em jogo na relação do campesinato com o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M.C., 1964 - *A Terra e o Homem no Nordeste*. 267 pp. Brasiliense, São Paulo.
- ANDRADE, M.C., 1983 - *Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*, 114 pp. Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL/COMISSÃO ESPECIAL DE BARRAGENS, 1983a - *Nossa Terra vai Sumir do Mapa*. Encontro Estadual sobre Implantação de Barragens na Baía do Rio Uruguai, 98 pp., Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1983b - *Notícia Diário*, 19/04/1983.
- BARROS, H.O.M., 1983 - *Projeto Sobradinho: avaliação sócio-econômica da realocação populacional* (Relatório de Pesquisa), CHESF/Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Pesquisas Sociais, Recife, 86 pp. mimeo.
- BARROS, H.O.M., 1984 - *A Dimensão Social dos Impactos da Construção do Reservatório de Sobradinho. Trabalhos para Discussão*, Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Pesquisas Sociais, Recife, # (15): 1-52.
- BASTOS, Eliane, 1977 - *Laranja e Lavoura Branca - Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*, mimeo, p. 35-60. Em *Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste*. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- BROECKELMAN, M., 1979 - *A Barragem de Sobradinho na Bahia/Brasil - desenvolvimento para quem?* Boletim da ABRA, Campinas ano IX (5): 6-15, Set.-out.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1979a - *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - Estudo de Inventário Hidroenergético*, ELETROSUL, Florianópolis, Relatório Geral, 144 pp., mimeo. Estudos Sócio-Econômicos, 115 pp., mimeo.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1979b - *Usinas Hidrelétricas Itá e Machadinho - Estudos de Viabilidade*, (relatório técnico), Florianópolis, 41 pp. mimeo.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1980a - *Usina Hidrelétrica de Machadinho - Estudos de Viabilidade* (re-

- latório técnico), São Paulo, I, 5 pp., III, 14 pp., mimeo.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1980b - *Usina Hidrelétrica de Machadinho - Estudos de Viabilidade, Estudos Sócio-Econômicos - Situação Atual e Análise das Repercussões da Formação do Reservatório* (relatório técnico), Florianópolis, 58 pp., mimeo.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1981 - *Política Geral de Desapropriação* (documento), Florianópolis, 10 pp. mimeo.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1983 - *Usina Hidrelétrica de Machadinho - Estudos de Viabilidade - Análises Complementares de Localização* (relatório técnico), Florianópolis, 21 pp. mimeo.
- CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES (CNEC), 1984 - *A Verdade sobre as Barragens* (folheto explicativo), ELETROSUL, Florianópolis.
- COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CVSF), 1957 - *A Valorização do Vale do São Francisco* (relatório da missão francesa enviada pela "secção de assistência técnica bilateral do Ministério dos Negócios Exteriores da França em abril 1956), 206 pp., CVSF, Rio de Janeiro.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), 1979 - *As ilhas da Resistência: os lavradores no Vale do Rio São Francisco* (documento), Secretariado Nacional/CPT, Goiânia, 55 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1980 - *Comissão de Barragens - Documento de Marcelino Ramos* (reunião), Marcelino Ramos, 9 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1981a - *Comunicado da Comissão Regional das Barragens* (documento) Erexim, 3 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1981b - *Documento de Marcelino Ramos: Reivindicações dos Agricultores*, Marcelino Ramos, 2 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1981c - *A Enchente do Uruguai* (boletim), Erexim, 15 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1982a - *Questões que os atingidos querem saber* (documento), Ere-

- xim, 2 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1982b - *Documento de Viadutos* (documento), Viadutos, 2 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1982c - *A Enchente do Uruguai* (boletim), Erexim, 18 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1982d - *Ata da Reunião nº 11* (documento), Erexim, 2 pp.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1982e - *Relatório do Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens*, Erexim, 128 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1982f - *A Enchente do Uruguai* (boletim), Erexim, 23 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1983a - *Águas para a Vida e não para a Morte*, (documento), Erexim, 3 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB)/SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DO ALTO URUGUAI GAÚCHO E CATARINENSE, 1983b - *Nota à Imprensa* (documento), Erexim, 2 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1983c - *A Enchente do Uruguai* (boletim), (5), CAMP, Porto Alegre, 8 pp.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1983d - *IIº Encontro Interestadual de Barragens* (relatório), Palmitos, 1 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1984a - *A Enchente do Uruguai* (boletim) (6), CAMP, Porto Alegre, 8 pp.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1984b - *Manifestação de Atingidos em Itaipiranga* (relatório), Itaipiranga, 2 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1984c - *A Enchente do Uruguai* (boletim) (7), CAMP, Porto Alegre, 8 pp.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB)/SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS, 1984d - *25 de Julho: Dia do Trabalhador Rural* (folheto), Erexim, 4 pp., mimeo.
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1984e - *A Enchente do Uruguai* (boletim) (8), CAMP, Porto Alegre, 8 pp.

- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM (CRAB), 1984f - *A Enchente do Uruguai* (boletim) (9), CAMP, Porto Alegre, 8 pp.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CODE VASF), 1975 - *II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco - 1975-79*, Brasília, 184 pp., mimeo.
- COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CHESF)/HIDROSERVICE, 1973a - *Projeto Sobradinho: Estudo de localização da nova sede do município de Casa Nova* (relatório técnico), São Paulo, 167 pp., mimeo.
- COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CHESF)/HIDROSERVICE, 1973b - *Projeto Sobradinho: estudo de localização da nova sede do município de Santo Sê* (relatório técnico), São Paulo, 152 pp., mimeo.
- COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CHESF), 1980 - *Aspectos Sócio-Econômicos da Implantação do Reservatório de Sobradinho* (relatório técnico), Dep. de Implantação de Reservatórios, Recife, 50 pp., repro.
- COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CHESF)/AN CARBA, 1980 - *Aspectos Sócio-Econômicos da implantação de Reservatórios* (documento), Dept. de Implantação de Reservatórios, Recife, 196 pp., mimeo.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1979a - *3º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Carnaíba-Juazeiro, 48 pp., mimeo.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1979b - *4º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Carnaíba-Juazeiro, 42 pp., mimeo.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1980 - *5º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Carnaíba-Juazeiro, 42 pp., mimeo.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1981 - *7º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Carnaíba-Juazeiro, 39 pp., mimeo.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1982a - *8º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Carnaíba-Juazeiro, 31 pp., mimeo.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1982b - *9º Encontro do Vale do São Francisco* (relatório), Montes Claros, 15 pp., mimeo.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1983 - *10º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Nova Glória, 57 pp., mimeo.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG), 1984 - *11º Encontro do Vale do São Francisco* (documento oficial), Carnaíba, 43 pp., mimeo.

CONGRESSO NACIONAL, 1982 - Projeto de Resolução nº 108 de 1980/CPI das cheias do Rio São Francisco. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 37 (01/07, Seção I, Sup."A", Nº 090), 590 pp.

CONGRESSO NACIONAL/CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1983 - *CPI das Cheias do São Francisco: considerações sobre o Projeto de Resolução nº 331/82* (relatório e conclusões), 130 pp. Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, Brasília.

COOPERATIVA TRITÍCOLA EREXIM LTDA. (COTREL), 1981 - *Correspondência ELETROSUL/COTREL* (documento interno), Erexim, 3 pp.

CORREIO DO POVO, 1981 (08/11); 1982 (20/01, 20/11), Porto Alegre.

DUQUÊ, G., 1980 - *Casa Nova: Interventions du pouvoir et stratégies paysannes*. Thèse de doctorat de 3^e cycle en Sociologie, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 405 pp., mimeo.

DUQUÊ, G., 1984 - A Experiência de Sobradinho: Problemas Fundiários colocados pelas grandes Barragens. *Cadernos do CEAS*, Salvador, (91): 30-38.

GARCIA JR., Afrânio, 1983a - *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*, 236 pp., Paz e Terra, Rio de Janeiro.

GARCIA JR., Afrânio, 1983b - *O sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ, 395 pp., mimeo, Rio de Janeiro.

GARCIA JR., Afrânio & HEREDIA, B.A., 1971 - Trabalho Familiar e Campesinato. *América Latina*, Rio de Janeiro, 14 (1/2): 10-20, Jan./jun.

HIDROSERVICE, 1975 - *Projeto Sobradinho: plano de reassentamento para a população afetada pelo reservatório de Sobradinho* (relatório técnico), São Paulo, 255 pp., mimeo.

JORNAL DO BRASIL, 1984 (7/08) - Sobradinho seca e a falta de água está destruindo as plantações ribeirinhas, Rio de Janeiro.

JORNAL DO COMÉRCIO, 1983 (18/02), Porto Alegre.

LOPES, L., 1955 - *O Vale do São Francisco*. 347 pp., Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro.

MARANHÃO, J.P.A., 1984 - *Avaliação sócio-econômica da relocalização populacional - Projeto Sobradinho* (comentário), Fundação Joaquim Nabuco, Recife 17 pp., datilog.

MITRA DIOCESANA DE EREXIM, 1984 - *Declaração do Clero de Erexim* (documento), Erexim.

O INTERIOR, 1984 (8-14/12, 22-28/12), Porto Alegre.

O SÃO PAULO, 1983 (04-10/12) - *Jornal da Arquidiocese de São Paulo*, 1983, São Paulo.

X PATRIDGE, W.L., 1984 - *Relocación en las Distintas Etapas de Desarrollo de los Empreendimientos Hidroelectricos*. Comunicação apresentada no Seminário Efectos Sociales de Las Grandes Represas de America Latina, Buenos Aires, 58 pp., mimeo.

PIERSON, D., 1972 - *O Homem no Vale do São Francisco*, Tomo I, 361 pp., MINTER/SUVALE, Rio de Janeiro.

PIERSON, D., 1972 - *O Homem no Vale do São Francisco*, Tomo II, 638 pp., MINTER/SUVALE, Rio de Janeiro.

PIERSON, D., 1972 - *O Homem no Vale do São Francisco*, Tomo III, 503 pp., MINTER/SUVALE, Rio de Janeiro.

SANDRONI, P., 1979 - *Diferenciação do Campesinato e Intervenção Estatal*. Trabalho apresentado na IV Reunião do P.I.P.S.A., Natal, 15 pp., mimeo.

X SCUDDER, T., 1983 - The Human Ecology of big projects; River basin development and resettlement. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, Ca., (2): 45-61.

SIGAUD, Lygia, 1979 - *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco*, 260 pp., Duas Cidades, São Paulo.

SILVA, F.A., 1961 - *Xique-Xique e Marrecas: duas comunidades do Médio São Francisco*. 300 pp., Comissão do Vale do São Francisco, Rio de Janeiro.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VIADUTOS, 1981 - *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viadutos - Reunião (relatório) Viadutos*, 2 pp., mimeo.

TALLOWITZ, K., 1979 - *A expulsão do povo: a barragem de Sobradinho*, Juazeiro, 98 pp., mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)/CENTRAIS ELÉTRICAS SUL DO BRASIL S/A (ELETROSUL)/FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio (FUNAI), 1980 - *Projeto Uruguai: Conseqüências da Construção da Barragem de Machadinho para os Índios do P.I. Ligeiro (RS) (relatório de pesquisa)*, Florianópolis, 146 pp., mimeo.

* VELHO, Otávio Guilherme, 1976 - *Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 261 pp., Difel, São Paulo.

VOZ DA SERRA, 1981 (19/02, 19/05); 1983 (10/05), Erechim.

ZARUR, J., 1946 - *A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional*. 189 pp., IBGE, Rio de Janeiro.

ZERO HORA, 1980 (02/07, 05/11); 1981 (31/07, ed. especial 17/05, 28/10); 1982 (29/09, 04/01); 1983 (18/02, ed. especial, 02, 12/04), Porto Alegre.

COMUNICAÇÃO nº 1

Roberto Da Matta - O Ofício de Etnólogo, ou como ter Anthropological Blues.

COMUNICAÇÃO nº 2

Gilberto Velho - Acusações: Projeto Familiar e Comportamento Desviante.

COMUNICAÇÃO nº 3

Luiz de Castro Faria - Populações Meridionais do Brasil - Ponto de Partida para uma Leitura de Oliveira Viana.

COMUNICAÇÃO nº 4

Lygia Sigaud - A Morte do Caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios.

COMUNICAÇÃO nº 5

José Sergio Leite Lopes - Notas Críticas ao "Desemprego e Subemprego no Brasil".

COMUNICAÇÃO nº 6

Afrânio Raul Garcia Jr. - O Brasil como Representação.
José Sergio Leite Lopes - O "Tradicionalismo Camponês"
Maria Rosilene Barbos Alvim - Família e Operários de Origem Camponesa.

COMUNICAÇÃO nº 7

José Sergio Leite Lopes - Apresentação e Introdução: Formas de Proletarização, História Incorporada e Cultura Operária.
Luiz Fernando Dias Duarte - De Bairros Operários sobre Cemitérios de Escravos: um estudo de construção social de identidade.
Maria Celia Paoli - Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira.
Giralda Seyferth - Aspectos da Proletarização do Campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários.

COMUNICAÇÃO nº 8

Gilberto Velho - Sistemas Cognitivos e Sistemas de Crenças: Problemas de Definição e Comparação.
- Indivíduo e Religião na Cultura Brasileira: Questões Preliminares.